



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Géssica Gabrieli Valentini

**Das interpretações sobre o ser humano aos processos de
(des)humanização no jornalismo**

Florianópolis

2019

Géssica Gabrieli Valentini

**Das interpretações sobre o ser humanos aos processos de
(des)humanização no jornalismo**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação
em Jornalismo da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em
Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Valentini, Géssica Gabrieli
Das interpretações sobre o ser humanos aos processos de
(des)humanização no Jornalismo / Géssica Gabrieli Valentini
; orientador, Jorge Kanehide Ijuim, 2019.
212 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Jornalismo. 3. Humanização. 4.
Desumanização. 5. Direitos Humanos. I. Ijuim, Jorge
Kanehide . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Géssica Gabrieli Valentini

**Das interpretações sobre o ser humanos aos processos de
(des)humanização no jornalismo**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Daiane Bertasso Ribeiro
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Flávia Guidotti
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Katarini Giroldo Miguel
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Jornalismo.

Prof.^a Dr.^a Cárilda Emerim
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo

Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim
Orientador

Florianópolis, 2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, que foram os primeiros a ensinar-me a viver em sociedade, dividindo alegrias e tristezas, a cama e os brinquedos, entre abraços e desavenças: obrigada!

Aos meus amigos, amores e todos aqueles que me deram motivos para humanizar as circunstâncias, boas e ruins: obrigada!

Aos meus mestres, especialmente ao professor Jorge Kanehide Ijuim, que me ensinaram a humanizar o conhecimento e o jornalismo: obrigada!

A todos os autores que já escreveram sobre humanização e iluminaram o meu caminho, especialmente Cremilda Medina, Hannah Arendt e Edith Stein, que foram inspirações teóricas e de vida: obrigada!

Aos futuros leitores, que vão se debruçar sobre essas páginas e encontrar nelas muitos anos de pesquisa, dedicação e muito amor: obrigada!

RESUMO

O jornalismo pode desumanizar? Embora o processo de produção seja realizado por pessoas e para pessoas, esta pesquisa parte da suspeita de que o tratamento dado às fontes, ao público e, muitas vezes, aos próprios jornalistas, pode conduzir a narrativas desumanizadas e/ou desumanizadoras, que ultrapassam limites éticos e morais. Na formação da identidade, pessoal e coletiva, os caminhos da história da humanidade fizeram com que antropólogos e outros cientistas criassem classificações de acordo com características biológicas ou sociais, como cor de pele ou local de nascimento. Essas valorações afetaram o olhar de cada um sobre si e também sobre os outros, ora o considerando como superior, ora inferior, de acordo com cada construção cultural. Como desumanização entendemos qualquer tratamento que comprometa a dignidade humana, que não trate o outro com igualdade, [...] sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição, como detalha o Artigo 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Se as relações estão desumanizadas, a Imprensa, enquanto instituição, é parte do mesmo sistema social que a serve e pode refletir tais características. Os produtos jornalísticos podem reproduzir as mazelas, estigmas e violências dessa sociedade. No entanto, também podem exercer uma potência ético-educativa para produzir narrativas humanizadas e humanizadoras e contribuir para o processo de humanização da sociedade. Esta é a hipótese desta tese, que traz como consequência o seu objetivo geral: compreender os processos de desumanização e humanização no Jornalismo, promovendo a discussão sobre as suas causas e consequências e, por conseguinte, elencar as possibilidades de humanização no pensar e no fazer jornalísticos. Para concretizar tais objetivos foi necessário investigar o que é o ser humano, assim como perscrutar os processos de desumanização, recorrendo a obras nas áreas de saúde, direito, antropologia, ciências sociais (MORIN, 1999, 2005, 2006; SANTOS, 1999, 2002, 2007; RUSSELL, 1977), entre outras. No campo do Jornalismo, a tese se debruça em escritos de autores que vão além dos aspectos normativos, mas compreendem o Jornalismo como meio de transformação social (MEDINA, 1988, 1999, 2003, 2008, 2016; CORNU, 1994). Para avaliar o material empírico, foram utilizados os procedimentos da Análise Pragmática e Cultural da Narrativa (Motta, 2007, 2016). Com o arcabouço teórico e as análises, chegamos a considerações finais importantes, entre elas a de que a humanização ou a desumanização não estão diretamente relacionadas à distância ou proximidade física, mas à abordagem. No caso do jornalismo, podemos humanizar em uma entrevista por telefone e desumanizar em reportagens presenciais. Como alternativa, trazemos reflexões sobre a empatia e a tríade proposta por Medina (1999): técnica, ética e estética.

Palavras-chave: 1. Jornalismo; 2. Humanização; 3. Desumanização; 4. Direitos Humanos; 5. Narrativas humanizadas.

ABSTRACT

Can journalism dehumanize? Although the production process is carried out by people and for people, this research is based on the suspicion that the treatment given to sources, the public and, often, journalists themselves, can lead to dehumanized and / or dehumanizing narratives, which go beyond limits ethical and moral. In the formation of identity, both personal and collective, the paths of human history have led anthropologists and other scientists to create classifications according to biological or social characteristics, such as skin color or birthplace. The consequences constitute the social imaginary and lead to dehumanizing behaviors: prejudice, slavery, social exclusion, among many other forms of violence. As dehumanization we mean any treatment that compromises human dignity, that considers the other as inferior or superior, that is, does not treat him equally, [...] without distinction of any kind, whether of race, color, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, wealth, birth, or any other condition, as detailed in Article 2 of the Universal Declaration of Human Rights (1948). If relations are dehumanized, the press, as an institution, is part of the same social system that serves it and can reflect these characteristics. Journalistic products can reproduce the ills, stigmas and violence of that society. However, it can also exercise an ethical-educational power to produce humanized and humanizing narratives. It can contribute to the humanization process of society. This is the hypothesis of this thesis, which has as its consequence its general objective: to understand the processes of dehumanization and humanization in Journalism, promoting the discussion about its causes and consequences and, therefore, listing the possibilities of humanization in thinking and doing journalistic. To achieve these objectives, it was necessary to investigate what the human being is, as well as to investigate the processes of dehumanization, using works in the areas of health, law, anthropology, social sciences (MORIN, 1999, 2005, 2006; SANTOS, 1999, 2002, 2007; RUSSELL, 1977), among others. In the field of Journalism, the thesis focuses on writings of authors that go beyond normative aspects, but understand Journalism as a means of social transformation (MEDINA, 1988, 1999, 2003, 2008, 2016; CORNU, 1994). To evaluate the empirical material, the procedures of the Pragmatic and Cultural Analysis of the Narrative were used (Motta, 2007, 2016). With the theoretical framework and analyzes, we arrived at important final considerations, such as that humanization or dehumanization is not directly related to distance or physical proximity, but to the approach. In the case of journalism, we can humanize in a telephone interview and dehumanize in face-to-face reports. As an alternative, we bring reflections on the empathy.

Keywords: 1. Journalism; 2. Humanization; 3. Dehumanization; 4. Human rights; 5. Humanized narratives

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Texto publicado no The New York Times no dia 9 de setembro de 1906	120
Figura 2: Texto publicado no The New York Times no dia 10 de setembro de 1906	121
Figura 4: Texto publicado no The New York Times no dia 12 de setembro de 1906	123
Figura 5: Reportagem do site do programa Fantástico de 12 de outubro de 2014	128
Figura 6: Reportagem publicada no site da Exame no dia 10 de outubro de 2014	129
Figura 7: Reportagem publicada no site da Exame no dia 14 de outubro de 2014	129
Figura 8: Reportagem publicada no G1 SC em 22 de novembro de 2014	132
Figura 9: Captura de tela do Twitter do Balanço Geral DF	135
Figura 10: Captura de tela do Twitter do Balanço Geral DF	136
Figura 11: Captura de tela do programa Primeiro Impacto do SBT	148
Figura 12: Captura de tela de reportagem do programa Brasil Urgente	141
Figura 13: Captura de tela de reportagem do Brasil Urgente Bahia	143
Figura 14: Reportagem publicada no site G1 no dia 4 de junho de 2019	146
Figura 15: Reportagem publicada no site IstoÉ no dia 3 de junho de 2019	147
Figura 16: Reportagem do Hoje em Dia publicada no site R7 no dia 25 de junho de 2015	149
Figura 17: Reportagem publicada no site G1 em 24 de junho de 2015	150
Figura 18: Reportagem publicada no site Campo Grande News em 26 de julho de 2017	152
Figura 19: Reportagem site Campo Grande News publicada em 25 de julho de 2018	153
Figura 20: Reportagem publicada no site G1 em 8 de junho de 2019	154
Figura 21: Reportagem publicada no site da Revista Fórum em 17 de dezembro de 2018	155
Figura 22: Reportagem publicada na Revista IstoÉ em 17 de dezembro de 2018	156
Figura 23: Artigo da revista Veja de 27 de abril de 1983	159
Figura 24: Reportagem publicada no Correio Braziliense de 14 de setembro de 2017	161
Figura 25: Reportagem publicada no site G1 em 14 de setembro de 2017	162
Figura 26: Reportagem publicada no site do Estadão em 2 de outubro de 2017	163
Figura 27: Reportagem publicada no site Click Camboriú em 31 de maio de 2017	165
Figura 28: Captura de tela do programa Balanço Geral da Ric Record	168
Figura 29: Reportagem publicada no Jornal A Tarde em 14 de março de 1978	173
Figura 30: Captura de tela de reportagem do programa Caminhos e Parcerias, veiculado em 17 de outubro de 1999	177
Figura 31: Reportagem publicada na revista Época em 15 maio de 2006	180

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2. DO SER HUMANO AOS PROCESSOS DE (DES)HUMANIZAÇÃO	17
2.1 COMPREENSÕES CIENTÍFICAS	18
2.2 COMPREENSÕES FILOSÓFICAS	25
2.3 COMPREENSÕES SOBRE O SER HUMANO COMO SER SOCIAL	32
3. EU DESUMANIZO, TU DESUMANIZAS...	37
3.1. COMPREENSÕES SOBRE O TERMO	38
3.2 DESUMANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO	40
3.3 DESUMANIZAÇÃO E HISTÓRIA	45
3.4 DESUMANIZAÇÃO E “EVOLUÇÃO”	54
3.5 DESUMANIZAÇÃO E ATUALIDADE	61
4. DA COMUNICAÇÃO AO JORNALISMO	70
4.1 DO JORNALISMO DE OPINIÃO AO FUNCIONAL POSITIVISMO	74
4.2 DO FUNCIONAL POSITIVISMO AO JORNALISMO DE COMUNICAÇÃO	79
4.3 DA COMUNIDADE INTERPRETATIVA AO PARADIGMA JORNALÍSTICO	83
5. JORNALISMO HUMANIZADOR	87
5.1 UMA ÉTICA NECESSÁRIA	97
5.2 UMA EMPATIA POSSÍVEL	102
6. JORNALISMO E (DES)HUMANIZAÇÃO	115
6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	115
6.2 O JORNALISMO PODE DESUMANIZAR?	119
6.2.1 Desumanização em casos envolvendo mulheres	150
6.2.2 Desumanização e direito à imagem e a à honra	157
6.3 O JORNALISMO PODE HUMANIZAR?	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
APÊNDICE	209

1. INTRODUÇÃO

O jogador de futebol negro é chamado de macaco¹. A pessoa em situação de rua é queimada como lixo². A mulher é tratada como propriedade e morta, caso discordar³. O imigrante é considerado invasor, como se fosse bactéria ou vírus⁴. Nas entranhas da história, algumas destas práticas chegaram a ser executadas em praça pública e aplaudidas. No caminhar da civilização, ainda que a tropeços, questionamentos sobre as consequências de percepções que discriminam seres humanos por diferenças como sexo, cor de pele e classe social resultaram em legislações e documentos que defendem princípios de igualdade e a dignidade de todos os seres humanos. Entretanto, os exemplos acima ainda são atuais e ganharam repercussão nos meios de comunicação, considerados atos desumanos contra o outro.

Há pouco tempo, acreditava que o jornalismo é “a arte de sujar os sapatos”, como anunciou Humberto Werneck no prefácio do livro *Fama e Anonimato*, de Gay Talese. Neste sentido, em meu trabalho de conclusão de curso e dissertação de mestrado defendi a humanização como possibilidade do jornalismo de colocar em prática tal arte, enveredando-se na vida das pessoas através do ato presencial. Uma proximidade cada vez mais rara, não só ao repórter.

Na graduação, percorri a cidade de Santa Maria (RS) em busca de personagens e histórias com a intenção de demonstrar como, mesmo com diferentes formas de apuração, é possível alcançar o que Medina (1999) propõe através da trílice tessitura: técnica, ética e estética, este último referindo-se à sensibilidade do

¹ Disponível em http://www.espn.com.br/noticia/436034_aranha-e-chamado-de-macaco-por-torcida-do-gremio, acesso em 10 de agosto de 2019.

² Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/morador-de-rua-morre-queimado-em-estacao-de-trem-em-sp-2356449>, acesso em 10 de agosto de 2019.

³ Disponível em <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2019/08/13/mulher-e-encontrada-morta-no-mi-quel-badra-em-suzano.ghtml>, acesso em 10 de agosto de 2019.

⁴ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/saia-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil/>, acesso em 10 de agosto de 2019.

repórter para contar uma boa história. No mestrado, me debrucei sobre a revista *piauí*, buscando uma compreensão dos diferenciais deste meio de comunicação, que em meu entendimento também alcança a tríade de Medina (1999).

Entretanto, ainda não havia conseguido responder de forma satisfatória os questionamentos com relação ao fato de parecer redundância falar em humanização, tratando-se de uma atividade feita por e para seres humanos.

Depois do mestrado, coloquei os pés no mundo imaginando a possibilidade de percorrer todos os caminhos possíveis, sujando os sapatos em busca de boas histórias. Alguns meses depois, estava produzindo “reportagens completas” em 30 minutos, com a apuração quase exclusivamente feita por telefone, em uma redação de jornalismo *online*. Três anos se passaram até o dia em que “caí do cavalo”. Estava tão distante do chão, de sujar os sapatos, que o solavanco da queda foi inevitável e me vi em meio ao que me pareceu um charco imundo, não com a sujeira da realidade, mas aquela que poderia produzir com a consequência de minha ação como jornalista. Instantes depois de publicar a foto de um homem condenado por estupro me dei conta que as vítimas eram suas filhas. Isso significava que, além dele, estava expondo-as também. Mesmo já condenado, surgiu o dilema: qual a utilidade da foto para a reportagem, comparado aos efeitos na vida desse homem e de sua família? Naquele momento, pareceu-me que a única coisa que estava sujando era a imagem de um ser humano, talvez de forma ainda mais cruel do que uma condenação judicial.

Nos dias seguintes, passei a discutir o assunto com colegas jornalistas, até me dar conta que estava referindo-me a esta ação como desumana, sendo que todos os dias me deparava com reportagens semelhantes, no *Portal de Notícias G1*, onde trabalhava, mas também em outros meios de comunicação. No passado ou hoje, seres humanos são capazes de queimar outro ser humano como lixo. São capazes de tratar o outro como propriedade. São capazes de olhar para imigrantes como pestes invasivas. Jornalistas são seres humanos, logo, são capazes de cometer tais atos e outros, que também podem ser considerados desumanos, de forma consciente ou não.

Havia chegado a uma hipótese para responder o questionamento em relação à humanização: o jornalismo é capaz de desumanizar?

Na formação da nossa identidade, pessoal e coletiva, somos afetados pelas valorações construídas socialmente ao longo da história, as mesmas que legitimaram ações como a escravidão e o assassinato de pessoas em guilhotinas ou fogueiras, ora considerando outros seres humanos como superiores, ora inferiores, em consonância com cada construção cultural. As consequências constituem o imaginário e conduzem a comportamentos desumanizadores: criação de estigmas e preconceitos, exclusão social, entre tantas outras formas de violência que seguem acontecendo.

Durante as reflexões, outras hipóteses foram surgindo, como a de que as distorções começam na compreensão do que é ser humano. Quando não há uma noção de que existem (in)compreensões, que se refletem no jornalismo, não ficamos imunes a cometer ações desumanas. Se considerarmos as configurações da modernidade, com a necessidade de muros, grades, trancas nas portas, encerrando-nos em um espaço fechado, com uma distância física e simbólica entre os seres humanos, essa noção parece ainda mais difícil de assimilar. Assim, ainda que a profissão defenda como premissa basilar a defesa dos direitos humanos e da cidadania, contrários a qualquer ato discriminatório, na prática, muitas vezes, fui aquela repórter cruel, desta vez imediatamente constrangida, mas possivelmente em tantas outras com as mãos sujas, sem nenhuma ponderação ou arrependimento.

Possivelmente foram práticas como essa que suscitaram a necessidade de reflexões específicas, entre elas a que deu origem à Declaração Universal dos Direitos Humanos, escrita em 1948 por representantes de praticamente todas as nações do mundo. Baseado nela, entendo a desumanização como uma prática histórica e social, que ocorre sempre que há um tratamento que comprometa a dignidade humana e considere o outro como inferior ou superior, ou seja, não o trate com igualdade, [...] sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição, como detalha o Artigo 2 da Declaração.

Neste sentido, se as relações sociais estão desumanizadas, a Imprensa, enquanto instituição do mesmo sistema social, não está imune e pode reproduzir tais características, inclusive porque seu trabalho também é feito por seres humanos.

Assim, ao mesmo tempo, os produtos jornalísticos podem reiterar mazelas, estigmas e violências dessa sociedade, mas também podem exercer um papel ético-educativo, com a produção de narrativas humanizadas e humanizadoras. Diante de legislações e códigos de ética e considerando fenômenos contemporâneos, como a modernização, o tema inicialmente pareceu ultrapassado. Entretanto, logo percebi que justamente esses aspectos reforçam a importância e urgência da discussão: conseguimos viajar ao espaço, criar máquinas capazes de substituir o homem em diversas tarefas, estudar uma célula, mas ainda não compreendemos totalmente o ser humano e do que somos capazes com relação a outros seres humanos e à natureza.

Além disso, em outras áreas e até mesmo no campo da comunicação, encontrei pesquisas que corroboram com tal preocupação, relacionando a desumanização a diversas condutas que afastam, criam barreiras, reais ou simbólicas, ampliando o que Boaventura de Sousa Santos (2007) chama de distância abissal, que separa tudo que é legitimado do que não é reconhecido socialmente, como o conhecimento científico em relação ao senso comum.

Em outros países, sobretudo Estados Unidos, as pesquisas sobre desumanização começaram na mesma época em que a DUDH foi escrita, a partir da década de 1950. Estudiosos de todas as áreas iniciaram a busca por compreender os tratamentos diferenciados entre seres humanos. Já no Brasil, foi somente a partir dos anos 2000 que as discussões se intensificam. Antes disso, há registros de iniciativas de grupos civis e também alguns marcos históricos: a Constituição Federal de 1988 e a edição do I Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996, e no ano seguinte a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos no Ministério da Justiça, que posteriormente passou por mudanças. Com relação à humanização, é nos anos 2000 que a área da saúde inicia a constituição de uma política nacional no Sistema Único de Saúde (SUS), que é justificada pela desumanização, como pretendo discorrer nos primeiros capítulos.

No banco de teses da Capes, com a palavra-chave “desumanização” aparecem 65 teses de doutorado, de áreas muito distintas e a maioria a partir dos anos 2000, o que coincide com a ampliação das políticas públicas nessa área. Mais de metade delas corresponde a análises de obras literárias, cinema ou outros

aspectos da arte, relacionando-os à humanização ou desumanização. Com relação a compreensões sobre desumanização tal como entendida nesta tese, há pesquisas na área da saúde, ciências sociais, serviço social, direito e educação. A primeira foi apresentada em 1998 por Gislene Aparecida dos Santos, com o título: “Medo e exclusão social: Um estudo sobre a morte, o medo dos pobres e o medo de pobres”, no doutorado em psicologia da Universidade de São Paulo. Depois disso, seguiram-se outras, em universidades e áreas distintas, conforme a tabela em anexo a esta tese.

É perceptível um aumento gradativo no número de pesquisas ao longo dos anos, com diversas abordagens que serão tratadas nesta tese. Algumas focam em aspectos específicos da desumanização, mas contribuíram significativamente para reforçar a importância do tema e na construção teórica desta pesquisa, com sugestão de novos autores.

Na área da comunicação, as duas teses apresentadas partem de inquietações semelhantes às minhas. Em 2011, Cristina Miyuki Sato Mizumura defendeu o trabalho “Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: Discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas”, no qual aborda as narrativas sobre a identidade das mulheres *nikkeis* - de descendência japonesa - no Brasil pela perspectiva do jornalismo produzido na comunidade de imigrantes japoneses e descendentes. De acordo com a pesquisa, essas publicações contrariam o discurso hegemônico e alguns estereótipos da mulher japonesa e *nikkei*, geralmente apresentada como abnegada e submissa. Neste sentido, há um imaginário coletivo desumanizado, que despersonaliza e por isso se afasta da realidade. Essa distância entre o jornalismo e a realidade é uma das consequências da desumanização, como também pretendo refletir nos capítulos.

Posteriormente, em 2018, Vitor Monteiro de Castro apresentou a tese “Produzindo Consenso: a disputa por hegemonia na produção de sentido sobre a favela e seus moradores”, com o propósito de demonstrar como o discurso hegemônico em relação às favelas naturaliza e até mesmo justifica a violência sofrida pelos moradores desses locais.

Ambas as pesquisas reforçam a importância do tema para o Jornalismo, sendo que nesta tese tal entendimento é ampliado para a totalidade da prática.

Como já mencionado, se podemos desumanizar, também somos capazes de contribuir para o processo inverso: de humanização da sociedade. Esta é a **hipótese** central desta tese, que traz como **objetivo geral** compreender os processos de desumanização no Jornalismo, promovendo a discussão sobre suas causas e consequências, e como **objetivos específicos** assimilar a potência humanizadora do Jornalismo, como também elencar e debater as possibilidades de humanização no pensar e no fazer jornalísticos.

No caso do Jornalismo, consideramos todas as determinações que envolvem a prática, desde o direito à informação e a liberdade de expressão até os limites legais e a responsabilidade dos profissionais estabelecidos pelos códigos deontológicos.

Conforme dispõe a Constituição Federal brasileira, no artigo 220: “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Por outro lado, o documento também especifica os direitos individuais de cada cidadão:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Em relação a isso, o Código de Ética dos Jornalistas abre com um artigo sobre o direito à informação, mas ao mesmo tempo traz como dever levar em conta a veracidade e a responsabilidade social:

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão (CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS, 2007)

O Capítulo II do código supracitado reitera esta noção e traz como dever do jornalista “[...] respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. Sobre este assunto, também podemos considerar o que diz o Código Civil

brasileiro, que traz um artigo mencionando tanto o cuidado na divulgação de nomes, quanto da imagem, inclusive de pessoas que já morreram:

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

[...]

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes. (CÓDIGO CIVIL, 2002).

Ainda, se a divulgação de informações for considerada calúnia, difamação ou injúria, pode ser configurada como um crime, com previsão de multa e até prisão, conforme o Código Penal (1940).

Além dos aspectos legais, no referencial teórico são elencadas outras abordagens para refletirmos sobre direitos e deveres, possibilidades e limites, desde a formação pessoal até os motivos que levam jornalistas a adotarem as mesmas pautas, enfoques e fontes. A não sujarem os sapatos e sequer as mãos: a arte de muitas vezes copiar, colar e reescrever, baseados em outros meios de comunicação, citados ou não. Quando há erros de apuração, esse procedimento fica ainda mais evidente: jornalismo ou “telefone sem fio”? A brincadeira serve para demonstrar que entre a informação emitida e o último interlocutor pode ocorrer equívocos. E quando os deslizos têm consequências irreversíveis, como um suicídio?

Para refletir sobre todas estas questões, os procedimentos metodológicos contemplam um levantamento bibliográfico e documental, que busca inicialmente uma compreensão do todo: a desumanização na sociedade, para chegar a uma abordagem sobre a desumanização no Jornalismo. Inúmeros autores nos ajudam a compor o arcabouço teórico, como Cremilda Medina (1999, 2000, 2003, 2016), Boaventura de Sousa Santos (1999, 2002, 2007, 2010), Edgar Morin (2005, 2006), Ricardo Yepes Stork e Javier Echevarria (2011), Hannah Arendt (2007), Edith Stein (2013), Charron e Bonville (2016), Daniel Cornu (1994) e tantos outros que nos inspiram a refletir sobre o ser humano, a sociedade e o Jornalismo.

A segunda parte traz reportagens, isoladas ou coberturas, de diferentes meios de comunicação, com abrangência local e nacional, que foram selecionadas por contemplarem os diversos aspectos da desumanização. Para analisá-las, foram

utilizados os procedimentos da Análise Pragmática e Cultural da Narrativa, proposta por Luiz Gonzaga Motta (2007, 2016), abordada com mais profundidade no capítulo correspondente.

O primeiro capítulo reflete sobre o ser humano, considerando distorções acerca dessa compreensão, buscando principalmente as (in)compreensões. Trata-se de um estudo a partir das diferentes áreas, como a ciência e a antropologia filosófica. Além do ser humano como indivíduo, também busco entender aspectos do homem em sociedade.

No segundo capítulo, a proposta é assimilar os acontecimentos históricos, dialogando com autores da antropologia, sociologia e outras áreas que já abordam a desumanização e buscam apreender esse fenômeno: o que é a desumanização e como ela se reflete nas práticas sociais e no jornalismo?

O terceiro capítulo aborda o Jornalismo, com o processo histórico e as mudanças pelas quais o jornalismo passou ao longo do tempo. O quarto capítulo reflete sobre desafios e alternativas, embasadas na tríplice tessitura proposta por Medina (1988): técnica, ética e estética. Cada dimensão dessa tríade é considerada sob diferentes aspectos, com uma especial atenção sobre a empatia, conforme a abordagem da fenomenologia.

O sexto e último capítulo traz as análises das reportagens, com diversas concepções da desumanização e também da humanização. Por um lado, racismo, preconceito contra mulheres, imigrantes e falhas nas apurações. Por outro, empatia, técnica, ética e estética.

As considerações finais retomam as reflexões feitas ao longo dos capítulos e propõe algumas alternativas concretas, baseadas nos apontamentos dos autores que ajudaram a compreender a desumanização e a humanização. Hoje acredito que é possível desumanizar ou humanizar, inclusive sem sujar os sapatos [e as mãos].

2. DO SER HUMANO AOS PROCESSOS DE (DES)HUMANIZAÇÃO

Por que um homem é comparado a um macaco? Por que outro é queimado como lixo? O que leva alguém a considerar uma mulher como um objeto? Qual a motivação de um grupo que se manifesta contra outro cujo diferencial é apenas ter nascido em outro território, sendo que as fronteiras foram estabelecidas por alguém? As respostas não são simples, mas ao iniciarmos a incursão no tema da desumanização percebemos que a compreensão, bem como as incompreensões, começam por uma pergunta anterior: o que é ser humano?

Durante séculos, filosofia, biologia, psicologia, física, química e outras ciências se debruçaram sobre a questão. Há alguns consensos, entre eles em relação à complexidade da indagação. Como visto anteriormente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos considera o reconhecimento da dignidade, do valor e igualdade inerente a todos os membros da família humana, “sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”. (Artigo 2, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Contudo, há inúmeras lacunas na compreensão desses aspectos, que fizeram com que o questionamento sobre o que é o ser humano suscitasse divergências ao longo da história da humanidade e gerasse (des)humanização, em um sentido de negação ou privação de características humanas, através da objetificação/coisificação, das diversas formas de distinção e discriminação, que geram distanciamentos físicos e simbólicos. As escolhas teóricas ao longo deste e dos próximos capítulos corroboram com esta percepção.

A definição mais comum, de que o homem “é um animal racional”, é válida, mas insuficiente. Além da razão, temos uma série de fatores que fazem parte das características humanas e há ainda condições psicológicas, culturais, sociais. É sobre as diferentes abordagens, refletindo principalmente sobre aspectos que podem gerar desumanização, que este capítulo discorre.

2.1 COMPREENSÕES CIENTÍFICAS

A palavra “homem” é apontada como uma evolução do termo latino *homo*, que por sua vez estaria relacionado à palavra *humus* - em latim, terra. Nesta lógica, há pelo menos duas compreensões: a primeira é a relação da vida com a terra, já que todos os alimentos são plantados e colhidos; a segunda é a concepção de que os humanos são seres “da terra”, em oposição aos “seres divinos”, cuja crença faz parte da história da humanidade.

Na literatura científica, os primeiros registros são do século XVIII, quando o botânico e naturalista sueco Carl Nilsson Linnæus publicou o livro *Systema Naturae*, em 1735. Na obra, ele utilizou a denominação *homo sapiens*, sendo *homo* para definir o gênero e *sapiens* para designar a espécie. Traduzidas, as palavras em latim remetem ao “homem sábio”. Na categoria *homo sapiens* ele incluiu os animais com possibilidade de desenvolvimento cognitivo e elencou características distintas do homem em relação a outras espécies, entre elas a capacidade de raciocínio abstrato, linguagem, introspecção, autoconsciência e racionalidade (FORATTINI, 2000).

Em sua tese Linnæus (*apud* SANTOS *et al*, 2010) também separa os seres humanos em categorias, com uma generalização tanto de aspectos físicos como de comportamento: 1) Americano (*Homo sapiens americanus*): vermelho, mau temperamento, subjugável; 2) Europeu (*europaeus*): branco, sério, forte; 3) Asiático (*Homo sapiens asiaticus*): amarelo, melancólico, ganancioso; 4) Africano: (*Homo sapiens afer*) preto, impassível, preguiçoso. O cientista apontou ainda uma quinta categoria sem definição geográfica: a ‘Monstruosa’, (*Homo sapiens monstrosus*), na qual incluía grupos como os patagônios da América do Sul, Flatheads canadenses e outros imaginados que não poderiam ser incluídos nas quatro categorias “normais”. (LINNAEUS *apud* SANTOS *et al*, 2010).

Além das valorações entre os grupos, as características de humanidade deixam implícita uma restrição àqueles cuja capacidade cognitiva é limitada, como crianças em determinadas fases de desenvolvimento e pessoas com problemas mentais. Neste sentido, já nas primeiras abordagens científicas há aspectos de

desumanização.

Em 1859, o inglês Charles Darwin lançou o clássico *A origem das espécies por meio da seleção natural*, que originalmente não incluía a espécie humana, mas que outros autores utilizaram como base para criar o chamado darwinismo social, definido por Bolsanello (1996) como a aplicação das leis da seleção natural na vida e na sociedade humanas.

Seu grande mentor foi o filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), que inclusive criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, que mais tarde também seria utilizada por Darwin. O darwinismo social considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. (BOLSANELLO, 1996, p. 153).

Conforme a autora, Spencer acreditava que era normal aqueles considerados superiores terem sucesso, enquanto para outros o comum era o fracasso, argumentando ainda que o processo natural da seleção biosociológica das elites era prejudicado pelo Estado, com a adoção de medidas sociais de ajuda aos pobres. Além de considerar apenas aspectos econômicos e sociais como indicadores de “sucesso”, esta compreensão teve reflexos em diversas áreas, como a genética e a psicologia.

A genética considerou que a definição e a hierarquização das raças se baseavam em caracteres aparentes (cor de pele, textura do cabelo, forma do crânio). A psicologia e a neurologia buscaram comparar o rendimento intelectual (testes de QI e aptidões) dos indivíduos ou dos grupos e a análise das diferenças logo se transformou em estudo das relações de superioridade e inferioridade. (BOLSANELLO, 1996. p. 154).

Em 1919, o antropólogo americano Marvin Harris (*apud Santos et al*, 2010) escreveu a chamada “teoria da hipodescendência”, com o conceito de raças, que seguia uma classificação de acordo com características biológicas, com determinismos e valorações. Nessa teoria, Harris dizia que a pessoa nascida de um cruzamento pertenceria à raça biológica “inferior”.

O cruzamento entre um branco e um índio é um índio; o cruzamento entre um branco e um negro é um negro; o cruzamento entre um branco e um hindu é um hindu; e o cruzamento entre alguém de raça europeia e um judeu é um judeu (HARRIS *apud* SANTOS *et. al*, 2010).

Exemplos nos próximos capítulos mostram que na história brasileira isso também ocorreu. Inicialmente a mistura entre brancos e índios, que deram origem aos chamados caboclos ou mamelucos. Posteriormente, os mulatos, que eram filhos de pais brancos e negros, e os cafuzos, como eram chamados os descendentes de negros e índios. Em todos os casos, adquiriam os direitos e deveres da “raça inferior”. O simples casamento entre pessoas de diferentes raças já fazia com que aquele da raça “superior” perdesse direitos, como ocorreu com ocupantes de cargos públicos ou herdeiros de determinadas famílias que não permitiam que os filhos tivessem direito à herança. (RIBEIRO, 1995).

Com o tempo essas compreensões foram sendo modificadas, já que, apesar de serem consideradas científicas, para categorizar consideravam características que não são determinantes, como sugerem diversos autores. Para Santos *et. al* (2010), só poderíamos aplicar o conceito de “raça” se o ser se apresentasse estritamente “puro”, o que é impossível no caso de seres humanos. As pesquisas sobre o genoma humano revelaram que as características físicas visíveis são determinadas por um número insignificante de genes:

A maioria dos autores tem conhecimento de que raça é um termo não científico que somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, estritamente puro; como em algumas espécies de animais domésticos. Essas condições, no entanto, nunca são encontradas em seres humanos. O genoma humano é composto de 25 mil genes. As diferenças mais aparentes (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) são determinadas por um grupo insignificante de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano. Há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem (SANTOS *et. al.* 2010, p. 122).

Moore (2007), que estudou o racismo através da história, aponta que apesar de o conceito de raça ter sido revisto do ponto de vista científico, o fenômeno resiste na atualidade, na esfera social e simbólica, isto semelhante ao que ocorria na Antiguidade, tendo como indicador a aparência física. Para o autor, a tendência de considerar que as características intelectuais e morais de um determinado grupo são consequências diretas de suas características físicas é uma crença realimentada inclusive pelo campo da comunicação.

Em substituição ao termo *raça*, Santos *et. al* (2010) sugerem *etnia*, que deriva do substantivo *ethnos* e significa gente ou nação estrangeira. “É um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física” (SANTOS *et al*, 2010, p. 122).

Porém, como ocorre em relação a imigrantes, mesmo quando consideramos o conceito de etnia é possível desumanizar. Neste sentido, abordagens que trazem diferenciações carregam consigo o risco da desumanização, pois evocam as construções simbólicas e históricas. É o caso do filósofo Peter Singer (2000), que difere o termo “ser humano” de “ser pessoa”. Para definir este último, ele cita uma lista atribuída a Joseph Fletcher, que organizou o que chama de indicadores de humanidade, semelhantes ao que apontou Linnaeus: autoconsciência; autodomínio; sentido do futuro; sentido do passado; capacidade de se relacionar com outros; preocupação pelos outros; comunicação e curiosidade. Assim, todos os seres humanos que não possuem estas características não seriam pessoas. Contudo, a compreensão desconsidera potencialidades: um bebê traz todas as características biológicas de um ser humano. Um enfermo que se encontra no estado determinado pela medicina como vegetativo nunca seria vegetal. Assim como um vegetal nunca poderia ser um ser humano. Além disso, mesmo um adulto que possua todas as características de humanidade citadas por Fletcher, quando estivesse dormindo, por exemplo, nesta compreensão deixaria de ser momentaneamente pessoa.

Para Speamann (2010), o critério da autoconsciência remete a um reducionismo intelectualista que considera somente uma parte da pessoa, ou seja, o exercício atual da consciência, como se fosse o todo. A consequência é discriminação do ser humano conforme sua capacidade intelectual, inclusive atribuindo aos indivíduos um valor de inferioridade em relação aos demais. O autor acredita que o conteúdo do termo pessoa está relacionado à essência humana, sendo que em diferentes fases de desenvolvimento é o mesmo ser que se manifesta. Portanto, um bebê, por exemplo, não pode ser tido como uma pessoa em potencial, mas uma pessoa em uma fase determinada de seu desenvolvimento.

Husserl (1990) ainda observa que todos os teóricos que definem o ser pessoa a partir da consciência atual não explicam como e quando essa consciência emerge

na matéria. Além disso, mesmo para Singer (2000) é indiscutível a questão quando nos referimos a reconhecer os membros da espécie *homo sapiens* ou a compreensão sobre seres humanos:

A questão de saber se um ser pertence a determinada espécie pode ser cientificamente determinada por meio de um estudo da natureza dos cromossomos das células dos organismos vivos. Neste sentido, não há dúvida que, desde os primeiros momentos da sua existência, um embrião concebido a partir de esperma e óvulo humanos é um ser humano; e o mesmo é verdade do ser humano com a mais profunda e irreparável deficiência mental — até mesmo de um bebê anencefálico (literalmente sem cérebro) (SINGER, 2000, p. 62).

Atualmente, diversos autores apontam fragilidades em determinadas percepções científicas. Morin e Kern (2005) reconhecem as conquistas e fazem uma reconstituição histórica do que a ciência já descobriu sobre a terra. Porém, segundo os autores, somente em 1950, “após a descoberta por Watson e Crick do código genético inscrito no DNA das células vivas, que se revela que a vida é formada pelos mesmos constituintes físico-químicos que o resto da natureza terrestre, e que se difere unicamente pela complexidade original de sua organização” (MORIN; KERN, 2005, p. 49). Por um lado, observam que o homem nem por sua fisiologia complexa escapa à animalidade ao longo dessa transformação. Por outro, apontam a capacidade de afetividade, que poderíamos relacionar à humanização, como diferencial:

O homem não é um Pós-primata, mas um super-primata, que desenvolveu aptidões já manifestas, mas esparsas, temporárias, ocasionais entre os primatas superiores, como a confecção de instrumentos, a prática da caça, a marcha sobre os membros inferiores. O homem não é um pós-mamífero, mas um super-mamífero, que desenvolveu dentro dele o calor afetivo da relação mãe-filho, irmãos-irmãs, o conservou na idade adulta, o estendeu às relações amorosas e de amizade (MORIN e KERN, 2005, p. 56)

Em relação a outras espécies, temos o potencial de refletir, inclusive sobre como nos relacionamos com o restante da natureza. Diversos outros animais, como cães, gatos, golfinhos, peixes e leões são capazes de matar os próprios filhotes em situações em que os recursos são limitados ou até mesmo por disputa de poder⁵. Já

⁵ Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/2016/04/19/na-raiz-do-infanticidio-animal/>, acesso em 18 de agosto de 2019.

se o homem agir de tal forma, seja em relação a outro ser humano ou espécie, tratamos como crueldade. Neste sentido, a crueldade é exclusivamente humana.

Até o século XIX, essa diferença do homem em relação a outros animais era atribuída à transcendência, a algo que ultrapassa explicações lógicas. Depois disso, até mesmo as ciências humanas passaram a buscar através de metodologias a quantificação e objetivação dos diferentes aspectos da realidade. Tudo deveria ser verificável, numa corrente chamada de positivismo. O termo foi adotado por Augusto Comte – que sistematizou o positivismo criado por Claude Henri de Rouvroy (1760-1825), cujo método não aceitava a metafísica, já que só a ciência era tratada como conhecimento, pois poderia ser submetida a testes e verificação. Se a ciência já arrogava o posto de soberana, a partir de então a filosofia passou a corroborar com tal argumento.

Comte (2002) atribui à natureza material a única explicação ao mundo dos valores e dos fatos, ao contrário de Aristóteles e outros filósofos que consideravam as realidades que não podem ser explicadas logicamente, ou seja, ultrapassam o entendimento humano.

Até mesmo a psicologia passou a reduzir os fatos humanos a impulsos psicofísicos, ou seja, apenas às ações corporais, sem considerar a dimensão espiritual do homem, numa abordagem que não abarca a complexidade humana, como a fenomenologia buscou demonstrar posteriormente.

Apesar de não ser uma ideia hegemônica, entre cientistas também há tais reflexões. Podemos citar o trabalho do físico brasileiro Marcelo Gleiser, que em março de 2019 recebeu o prêmio Templeton, considerado o “Nobel da espiritualidade”. Anualmente, a Fundação John Templeton⁶, que concede a honraria, premia pessoas por contribuições “para afirmar a dimensão espiritual da vida, seja por *insights*, descoberta ou trabalhos práticos”. Em suas pesquisas, o físico brasileiro busca compreender, através de metodologias científicas, aspectos que ajudem a desvendar a formação do universo. Porém, para ele, embora a ciência seja a metodologia mais poderosa para entender o mundo natural, só oferece um tipo de explicação, por isso considera também a dimensão espiritual.

⁶ O anúncio foi feito no dia 19 de março de 2019 e o prêmio foi entregue no mês de maio. Disponível em <https://www.templeton.org/pt/news/marcelo-gleiser-recebe-o-premio-templeton-2019>

Assim, embora a ciência tenha ganhado relevância social, autores como Morin e Kern (2005) trazem outros fatores que produzem identidades propriamente humanas: familiar, étnica, cultural, religiosa, social, nacional.

Cada ser humano é um cosmos, cada indivíduo é uma efervescência de personalidades virtuais, cada psiquismo secreta uma proliferação de fantasmas, sonhos, ideias. Cada um vive, do nascimento à morte, uma tragédia insondável, marcada por gritos de sofrimento, de prazer, por risos, lágrimas, desânimos, grandeza e miséria (MORIN; KERN, 2005, p. 59)

Segundo Morin e Kern (2005), o problema dessas abordagens é justamente refutar tudo que se acreditava anteriormente. Os autores acreditam que as ideias mais coerentes sobre a natureza e o universo são subvertidas entre os anos 1950-1970, a partir dos progressos científicos da astrofísica, biologia e outras ciências.

Depois de descobrir buracos negros, [...] os cálculos dos astrofísicos fazem supor que conhecemos apenas 10% da matéria, 90% sendo ainda invisível a nossos instrumentos de detecção. Estamos portanto num mundo feito apenas muito minoritariamente de estrelas e de planetas, e que comporta enormes realidades invisíveis (MORIN, 2005, p. 44).

Para Cornu (2015), com todo esse movimento, de apagamento das crenças, as sociedades modernas carecem de referências e seguem procurando valores a serem seguidos, embora sem bases sólidas, capazes de promover segurança.

O apagamento do religioso priva-as dos seus antigos fundamentos. O desmoronamento das ideologias esvazia-as de projetos. Sem transcendência e sem utopias, elas procuram critérios e valores que possam ser partilhados. Estaremos perante a era do vazio? Seria mais exato falar de incerteza e de confusão. A desordem contemporânea provoca uma reação análoga às reações da física, como um caos que estaria em busca da sua ordem. Nunca as questões relativas à ética se colocaram com tanta premência. (CORNU, 2015, p. 104).

Assim, a busca por sentido continua, inclusive entre cientistas como Marcelo Gleiser. Para Morin e Kern (2005), muitas coisas ainda são inexplicáveis. Chega-se então a compreensões filosóficas, que apesar de não terem comprovação ou metodologia específica, trazem luzes sobre outros aspectos de questões relativas ao ser humano e os processos de desumanização.

2.2 COMPREENSÕES FILOSÓFICAS

Como mencionado anteriormente, os aspectos compreendidos pela filosofia ultrapassam a fisiologia do corpo: alcançam a mente, a vida intelectual e outras denominações que diversos autores buscaram refletir. Um dos principais foi Aristóteles, cujos escritos serviram de embasamento para a antropologia filosófica, metodologia chamada de realismo, baseada na observação das coisas tal como elas se apresentam aos sentidos. Entre todos os modelos, a escolha foi por tratar-se de um sistema aberto, que permite contestações. Neste sentido, consideramos a necessidade de encarar a realidade como complexa, cujas respostas não estão todas prontas e acabadas. (STORK; ECHEVARRÍA, 2011).

Para considerar o ser humano, Aristóteles (*apud* Stork e Echevarría, 2011) parte de diferenciações básicas entre os seres da natureza. O que distingue uma planta viva de uma de plástico, por exemplo, é o que a filosofia denomina como alma ou princípio vital. Entre as características do ser vivo estão a unidade e a imanência. Na unidade, a reflexão é simples: se dividirmos uma pedra, teremos duas pedras. Porém, se dividirmos um cachorro, não teremos dois cachorros. Já a imanência sugere a existência de um mundo interior, que se reflete no mundo exterior. Embora outros animais também tenham características de imanência, no homem a alma é mais que princípio vital, pois o ser humano pode ter vida intelectual, pensamentos, sentimentos, personalidade, cultura, que são essencialmente imateriais, ainda que relacionados de um modo ou outro à matéria, pois são sentidos e vividos através do corpo. Tal compreensão se opõe à filosofia materialista de Descartes, por exemplo, para o qual realidade biológica e pensamento são realidades opostas e justapostas, *res cogitans* ('coisa pensante') e *res extensa* ('coisa extensa' - matéria). A matéria seria, neste sentido, um obstáculo à dimensão pensante. Na antropologia aristotélica, o filósofo reconhece que a unidade é misteriosa, mas que o ser humano é a totalidade, formado pelas duas dimensões - material e espiritual. (STORK; ECHEVARRÍA, 2011).

Pelo grau de imanência, Aristóteles propõe ainda uma gradação entre os diferentes seres vivos: o primeiro grau refere-se à vida vegetativa, de plantas e

animais, com três funções principais: nutrição, crescimento, reprodução. O segundo é a vida sensitiva, que distingue animais de plantas. De acordo com Stork e Echevarria (2011), a vida sensitiva é um sistema perceptivo que ajuda a realizar as funções vegetativas mediante a captação de estímulos que provocam respostas - o instinto. Os autores citam como exemplo a fome ou a pulsão sexual, que são respostas instintivas, automáticas, comuns a todos os animais, inclusive ao homem, como também observou Freud (2011). Entretanto, o homem também soma o terceiro grau, que é a vida intelectual. Enquanto os peixes são capazes de morrer comendo, já que não são capazes de controlar o impulso de comer, o homem pode propor-se a um jejum.

A vida intelectual rompe o circuito estímulo-resposta e dá ao ser humano a capacidade de escolher intelectualmente seus próprios fins. Embora não controle a vida vegetativa, respiração, crescimento, etc. pode ultrapassar os fins da espécie e buscar objetivos pessoais. Ao contrário dos pássaros, que migram por instinto para outras regiões em determinadas épocas do ano, os seres humanos podem propor mudanças com base em outros critérios, ou então rejeitar estes mesmos critérios. Há um princípio de liberdade, pelo qual o próprio homem tem a possibilidade de buscar meios para os fins. (STORK; ECHEVARRIA, 2011).

A compreensão sobre liberdade interessa especialmente a esta tese, por estar relacionada às ações e as justificativas para determinados comportamentos, inclusive aqueles que consideramos desumanos. Enquanto para Stork e Echevarria (2011) o homem é, por natureza, livre, podendo assim ter atos bons *ou* maus, outros filósofos divergem. Para Rousseau (2010), o homem é bom por natureza. Já para Hobbes (1997), por natureza, o homem é mau.

Hobbes (1997) acredita que o fato do homem ser mau por natureza poderia explicar os atos cruéis. Na obra *O Leviatã* o autor se inspira na figura mitológica da serpente que fez um acordo com os homens e compara a relação entre os seres humanos e a existência do Estado. Nesta relação, já que os homens são maus, não conseguem viver harmonicamente em sociedade. Portanto, isso justifica a necessidade de um estado autoritário, que dite as regras e normas de convivência. Neste sentido, a liberdade seria a causa da selvageria, portanto o homem não pode ser livre. Ao contrário, para seu próprio bem, precisa renunciar a condição de ser

livre e aceitar ser governado pelo Estado, para que possa então viver em sociedade de forma pacífica.

Já Rousseau (2010) acreditava na liberdade, mas que as convenções sociais corrompem o homem. Uma de suas frases mais conhecidas é: “o homem nasce livre, e em toda parte encontra-se sob ferros” (ROUSSEAU, 2010, p. 10). Para o filósofo, o homem nasce livre e naturalmente bom, mas logo se depara com as “prisões”, que são as convenções, e neste sentido é “escravo”, inclusive aquele que acredita ser o “senhor dos outros”. Ao longo de sua obra, menciona diversos pensadores anteriores, que, ao contrário dele, acreditavam que os homens não eram naturalmente iguais, sendo alguns nascidos para dominar e outros para serem governados.

Eis assim a espécie humana dividida em rebanhos de gado, cada qual com seu chefe a guardá-la, a fim de a devorar. Assim como um pastor é de natureza superior a de seu rebanho, os pastores de homens, que são seus chefes, são de natureza superior a de seus povos. Desta maneira, raciocinava, no relato de Filon, imperador de Calígula, concluindo muito acertadamente dessa analogia que os reis eram deuses, ou que os povos eram animais (ROUSSEAU, 2010, p. 12).

Rousseau (2010) contesta as formas de escravidão, considerando que estas são convenções sociais, mas tão fortemente estabelecidas que são aceitas pelos próprios escravos. O autor considera tal fato como uma renúncia à própria humanidade, que podemos remeter à desumanização:

Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar a qualidade do homem, aos direitos da humanidade, inclusive os seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza humana, e é arrebatar toda moralidade a suas ações, bem como subtrair com liberdade à sua vontade (ROUSSEAU, 2010, p. 17).

Rousseau (2010) também valoriza a liberdade, bem como relaciona esta à condição humana, tal como Aristóteles. Contudo, tanto em Hobbes (1997) quanto em Rousseau (2010) percebemos discursos que citam Estado e cultura, respectivamente, como algo pronto, instituído. Contudo, ambos tiveram origem na ação humana e são diretamente afetados por ela, e vice-versa. Ou seja, são os próprios seres humanos que tornam a cultura algo “mau”, que instituem regimes

como a escravidão. Assim como são os próprios homens que determinam o Estado, sendo responsáveis pela elaboração e aplicação das legislações. Voltamos ao princípio de liberdade e como a entendemos ao longo da nossa vida.

Morin e Kern (2005) acreditam que o homem contém simultaneamente bondade original e vício original, misturados entre si. Além disso, somente os atos podem ser, objetivamente, bons ou maus, mas até mesmo para avaliar isso há uma complexidade de fatores, como a intenção e a noção das consequências. Em praticamente todos os casos, porém, a liberdade é inquestionável: cada ação do ser humano é um ato da vontade particular. É essa consideração que nos interessa refletir.

Para Stork e Echevarria (2011), a vontade está tão aberta como o pensamento: pode querer qualquer coisa, não está predeterminada para um bem ou outro. Ao longo do tempo, diversos fatores podem interferir na formação e deturpar a consciência, mas salvo exceções em que a pessoa é ou está incapacitada para reflexões, em cada ato há uma escolha. O interessante na visão dos autores é que a conduta humana não é instintiva, como ocorre com os outros animais, mas está baseada no conhecimento adquirido ao longo da vida. Uma criança, por exemplo, vai aprendendo gradualmente discernir sobre ações e reações. Já um adulto, de acordo com as circunstâncias que viveu, já possui um repertório de vida que lhe permite refletir sobre consequências de suas ações.

Também é pela capacidade de reflexão que somente entre seres humanos falamos em crueldade. Quando ocorrem disputas e dizimação de semelhantes, a maioria reconhece como atrocidades. Mesmo quando nos referimos a nossa estrutura biológica, como a necessidade de nos alimentarmos, o instinto nos impele a buscar comida, mas conseguimos avaliar todas as possibilidades, desde quando até o que vamos comer.

[...] não tem um lugar onde viver, mas que pode ocupar todo o globo; se veste, e constrói casas; utiliza as mãos para adaptar o mundo, humanizando-o [...] (STORK e ECHEVARRIA, 2011, p. 12)

Para Freud (2011), embora a parte instintiva permaneça, é natural do ser humano seguir se desenvolvendo ao longo da vida:

Já no âmbito psíquico é tão frequente a conservação do primitivo junto àquilo transformado que dele nasceu, que não é preciso demonstrá-lo mediante exemplos. Via de regra, isso ocorre em consequência de uma cisão no desenvolvimento. Parte de uma atitude, de um impulso instintual, permaneceu inalterada, enquanto outra continuou se desenvolvendo. (FREUD, 2011, p. 13).

Neste sentido, o desenvolvimento é o próprio processo civilizatório, baseado em dominar os próprios instintos para viver bem em sociedade, como Freud (2011) pondera ao discorrer sobre o mal-estar da civilização. Disso depende o equilíbrio e o bem-estar social. Podemos imaginar o oposto: um impulso de bater em alguém ou matar, se concretizado sempre que há a vontade causaria um caos inevitável.

Ao longo do tempo, esse desenvolvimento vai diferenciar os seres humanos, como também o equilíbrio entre instinto, sentimento e razão. Se bastasse o conhecimento, seria suficiente pensar em algo e tomar a decisão de executá-la, mas há muitas coisas que gostaríamos de fazer e não fazemos. Neste sentido, nossas ações - e o que chamamos de “força de vontade” - estão diretamente relacionadas aos nossos costumes e hábitos, adquiridos durante a apreensão do conhecimento, com a formação de imagens mentais.

De acordo com Stork e Echevarria (2011), a atividade cognoscitiva, que constrói as imagens mentais, começa pelos sentidos externos, com a sensação. E continua nos sentidos internos, através da percepção, da imaginação, da estimulação e da memória. A mente constrói uma sucessão de imagens, que constituem o mapa do mundo que nos rodeia. A partir destas imagens identificamos coisas simples, como uma fruta ou um móvel, e também valorações sobre pessoas, como um negro, um judeu ou um muçulmano. Para os autores, toda narração, afeto e todas as nossas atividades comunicativas estão cheias de produtos da imaginação. Além disso, muitas imagens mentais são inconscientes. Se pensarmos especialmente nos sentidos externos, na sensação, muitas vezes não sabemos explicá-las - como porque sentimos medo ou aversão em relação a determinada coisa.

Para Stork e Echevarria (2011), o inconsciente é o conjunto de elementos biológicos, genéticos, psicológicos, culturais, etc. que o homem leva consigo quando desenvolve sua vida consciente. A este conjunto os autores chamam de síntese passiva. Para eles, é possível uma harmonia entre o inconsciente e a vida

consciente, conseguida através de um processo educativo adequado. Assim, com uma noção de como funcionam estes mecanismos, podemos identificar imagens equivocadas e retificá-las.

Freud (2011) destaca ainda o papel da fantasia na construção de imagens mentais. Para ele, a vida traz dores, decepções, tarefas insolúveis e para suportá-la buscamos paliativos - gratificações substitutivas, que são ilusões face à realidade, como as artes, a literatura, e atualmente também podemos falar em filmes, novelas. Segundo o autor, mesmo sendo situações imaginadas, não vividas, do ponto de vista psicológico não são menos eficazes. Tomando como reflexão tais apontamentos, podemos pensar na importância que os produtos culturais têm, bem como os discursos dos meios de comunicação na formação do imaginário.

Nestas reflexões, o que nos parece importante ressaltar é a compreensão integral do que é o ser humano, em todas as dimensões. Para Morin e Kern (2005), a compartimentação das ciências e o desenvolvimento especializado acabaram ocultando e traíndo a identidade do homem. Seja pelas ciências humanas ou exatas, o ser humano é fragmentado, estudado por particularidades, com consequências para a compreensão do todo. Conforme Morin e Kern (2005), tal foi a compartimentação que a sociologia foi incapaz de ver o indivíduo, a psicologia incapaz de ver a sociedade, a história acomodou-se à parte e a economia fez com que o homem se tornasse materialista. Somos “diferentes na unidade”, mas há o comum a todos, como observaram os autores: “cada um traz em si a possibilidade do amor e da devoção, do ódio e ressentimento, da vingança e do perdão. Reconhecer isso é reconhecer também a identidade humana” (MORIN; KERN, 2005, p. 59).

Tomando por base estas reflexões, temos o reconhecimento de personalidades múltiplas e culturas diversas, mas também uma identidade humana, com características que se repetem, como as histórias de amor, os dramas e sonhos.

E por mais separados que estejamos pela língua, pelo tempo, pela cultura, podemos nos comunicar com o estrangeiro em sua literatura, sua poesia, sua música e seu cinema, podemos reconhecer o tecido comum, diversamente expresso, de que somos feitos, com o fugitivo albanês, o pastor sardo, o Samurai, o imperador da China, o escravo de Roma, o

miserável de Paris, o culpado de Petesburgo, o inocente... (MORIN e KERN, 2005, p. 59)

Este sentido de igualdade nas características essenciais, referentes à identidade humana, inspiraram o arcabouço judicial, que se tornou necessário justamente pelas distorções históricas. No Brasil, estas questões são tratadas na Constituição Federal e no Código Civil. A Constituição Federal traz no Artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, arquivo eletrônico).

A legislação prevê direitos inerentes à condição humana, como o Código Civil — Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — traz, no Artigo 2:

A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. (CÓDIGO CIVIL, 2002, arquivo eletrônico).

Kant (2001) considera que os seres humanos têm um valor de dignidade que já é intrínseco, por isso todos devem agir de tal modo que considerem a humanidade tanto em si mesmos como nos outros. Isso seria conseguido através da ética, necessária para que a pessoa seja tratada por sua dignidade. O filósofo se opõe a toda ação cujo objetivo é conceber a pessoa como um objeto passível de manipulação, medição e quantificação, como algo descartável ou substituível.

Conforme Stork e Echevarria (2011), para conseguir a harmonia é necessário considerar outro aspecto da liberdade: a responsabilidade. “O homem é responsável de suas ações ante os demais, ante a lei, ante a comunidade” (STORK; ECHEVARRIA, 2011, p. 25).

Chegamos assim a uma compreensão fundamental da natureza humana: a vida em sociedade. A ética e todas as reflexões desta tese só têm sentido porque nos referimos a atuação social de cada indivíduo e dos meios de comunicação. Ao mesmo tempo, é necessário reiterar a complexidade para abordar o ser humano e a sociedade. Para Morin e Kern (2005), se reduzirmos o ser humano apenas à ação dos genes ou se eliminássemos tudo que é biológico no ser humano, igualmente

teríamos uma visão mutilada. Pensar na complexidade nos afasta da tentação de buscarmos respostas acabadas para explicar a sociedade e os caminhos que nos levaram à desumanização das relações.

Com base nestas reflexões, considero nesta tese o ser humano como complexo (MORIN, 2005), que é pessoa independente da fase de desenvolvimento e sua capacidade cognitiva (SPEAMANN, 2010; HUSSERL, 2006), é livre (STORK e ECHEVARRIA, 2011), cuja dignidade é intrínseca (KANT, 2001) e também é social. Só podemos falar em humanização - ou desumanização - tratando da relação de dois ou mais seres humanos, e é neste sentido que trazemos algumas abordagens para compreender a vida em sociedade.

2.3 COMPREENSÕES SOBRE O SER HUMANO COMO SER SOCIAL

“Não há ‘eu’ sem ‘tu’” (STORK e ECHEVARRIA, 2011, p. 181). Com essa frase, os autores defendem a vivência em sociedade como própria da natureza, sendo que as pessoas necessitam umas das outras para alcançar a plenitude, ou seja, desenvolver todas as capacidades intrínsecas. Baseados nos apontamentos de Aristóteles, os autores concebem o homem como ser aberto aos demais e naturalmente social, ou seja, é parte de sua essência viver em sociedade.

Independente de épocas e culturas, mesmo antes da formação das cidades e estruturas sociais que conhecemos hoje, quando havia migrações constantes, os seres humanos dividiam-se em grupos. Isso remete a sociedade como intrínseca à natureza, não apenas humana, já que a maioria dos animais se divide de acordo com a espécie.

Segundo Arendt (2007), os gregos começaram a utilizar a expressão *político*, enquanto os romanos teriam introduzido a palavra *societas* para designar uma aliança entre pessoas para um fim específico. Entretanto, os gregos inicialmente não consideravam parte da natureza o homem como ser social, já que durante séculos as disputas eram com base na violência. Para eles, é a partir da instituição da *polis*

(cidades) que a comunicação passa a ser baseada na linguagem, e só então há a possibilidade de constituir uma sociedade:

A ênfase passou da ação para o discurso, e para o discurso como meio de persuasão não como forma especificamente humana de responder, replicar, explicar o que acontece ou o que é feito. O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência (ARENDR, 2007, p. 35).

Taylor (2010) defende que o indivíduo não é autossuficiente, sendo que a sobrevivência humana depende da cooperação e do mutualismo. Para o autor, a vida humana tem um caráter fundamentalmente dialógico e até mesmo o processo de autodeterminação individual parte de estruturas socialmente estabelecidas e é aprimorado na interação com o outro.

Há potencialidades no ser humano que são desenvolvidas a partir da vivência em sociedade, como andar, falar, ler e escrever. De acordo com estímulos externos, é possível desenvolver ainda habilidades como tocar instrumentos musicais, pintura e também pensar em novas soluções. Portanto, o homem se desenvolve através da intersubjetividade, que Buber (1977) compreende como a capacidade de um ser humano de se relacionar com seu semelhante. Para o autor, o homem tem o potencial de inter-relacionamento, ou seja, a intersubjetividade. Esse relacionamento acontece nas trocas entre o “Eu” e o “Tu”, através do encontro, do diálogo e a responsabilidade entre dois sujeitos. Neste sentido, o relacionamento é uma ação, que implica ainda no uso da liberdade.

Para refletirmos sobre a importância da sociedade na formação pessoal, podemos remeter a situações em que seres humanos cresceram com outras espécies de animais. Conforme Souza (2008), um dos casos mais documentados é o de Kamala e Amala, conhecidas como “meninas-lobo”, encontradas em 1920 vivendo com um bando de lobos. Suas ações eram de acordo com o ambiente em que estavam - se comportavam como lobos. Apesar de terem capacidade para desenvolver linguagem, ficar em pé, andar, etc., fica claro neste e em outros casos semelhantes que o desenvolvimento das potencialidades necessita do convívio social. As duas meninas foram levadas a um orfanato e tiveram dificuldades de adaptação, o que também indica que o desenvolvimento depende de etapas específicas da vida, principalmente os primeiros anos.

São esses estímulos, através de diferentes relações, que desenvolvem aptidões e possibilitam o aprendizado e a propagação do conhecimento. Neste sentido, também podemos destacar a função das diferentes formas de linguagem, característica peculiar dos seres humanos.

Todo esse processo de intercâmbio social constitui o que diferencia os homens entre si: a formação da personalidade. É nesta troca que o indivíduo molda o próprio caráter e assimila outras características, como o idioma, os costumes e outros aspectos coletivos, incorporando valores comuns (STORK; ECHEVARRIA, 2011).

Para Arendt (2007), a família é o primeiro local de intersubjetividade, sendo que a sociedade é vista por ela como uma administração doméstica coletiva e gigantesca. Para a filósofa, a comunidade natural do lar decorre da necessidade. Já a esfera da *polis* seria da liberdade, embora distante da igualdade e da justiça.

Com a expressão *vita activa*, Arendt (2007) designa três condições fundamentais do ser humano: labor, trabalho e ação. O *labor* corresponde ao processo biológico do corpo e ao ciclo vital da espécie. Já a *ação* corresponde à atividade que se exerce entre os homens, a intersubjetividade. Já em relação ao *trabalho*, a autora traz uma dimensão que ultrapassa as necessidades básicas. Para ela, o trabalho empresta permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano.

Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos. (ARENDR, 2007, p. 31).

É como se o trabalho fosse um sentido, como propõe Aristóteles (*apud* STORK; ECHEVARRIA, 2011). Para o filósofo, o sentido de sociedade se baseia no objetivo de encontrar soluções para problemas cotidianos e organizar determinadas situações. Ao se deparar com a necessidade de abrigo, os seres humanos criaram casas. Ao perceberem a necessidade de se locomoverem, criaram meios de transporte - e assim sucessivamente.

Para Karam (1997), é justamente ao criar relações sociais e se objetivar na existência por meio do trabalho que o ser humano passa a diferenciar-se

ontologicamente dos demais seres que integram a natureza, fazendo emergir sua subjetividade. Ao mesmo tempo, está sempre em constante mudança.

Para Arendt (2007) todas as ações humanas têm o sentido de natalidade, pois fazem emergir algo novo. A objetividade do mundo e a condição humana complementam-se: a existência humana seria impossível sem as coisas e as coisas não existiriam sem a existência humana, ou seriam um amontoado de artigos incoerentes. Ela também faz uma diferenciação entre natureza e condição humana. Enquanto a primeira é algo imutável, não alterada pelas circunstâncias, a segunda molda-se e modifica-se ao entorno. Se o homem precisasse se mudar para outro planeta, por exemplo, ele precisaria viver por condições criadas por ele mesmo, mas diferentes das atuais. O trabalho, tal como conhecemos, possivelmente deixaria de fazer sentido. Ainda assim, algum tipo de trabalho seria necessário. Já a natureza humana permaneceria inalterada. Pela natureza somos seres condicionados, mas as condições mudam de acordo com as circunstâncias.

Conforme Karam (1997), à medida que as relações se intensificaram, também houve uma crescente complexidade e intervenção no mundo natural. O homem passou de contemplativo e ingênuo a uma negação dos limites do mundo constituído, o que o levou a tornar-se atuante na construção do futuro.

Ao retirar sua sobrevivência da natureza, construir pela práxis as condições de produção e reprodução de sua existência e complexificá-la no decurso da história (do uso das cavernas como abrigo até os sofisticados prédios de hoje; do gesto instintivo na afetividade amorosa e sexual aos complexos sentimentos de perda, de tempo finito, de transitoriedade física; da noção de espaço e tempo limitada ao imediato à possibilidade de sua formação como gênero universal, cujos símbolos permanecem para além de sua transitoriedade física individual), a ontologia humana realiza uma comunicação diferente da dos animais. (KARAM, 1997, p. 16).

Para o autor, esta comunicação constrói a rede de significados e relações através da palavra, que é interiorizada na consciência, expressa pela ideologia e refletida na ação concreta.

Neste sentido, Aristóteles (*apud* Stork e Echevarria, 2011) observa que é justamente no convívio social que o ser humano desenvolve virtudes e qualidades morais. Através do princípio da liberdade, cada homem pode ser o mais excelente dos animais, com contribuições fantásticas ao mundo, ou, quando se afasta da

justiça, é capaz de ser o pior de todos, o mais ímpio e o mais selvagem. Até mesmo o sentido do trabalho pode deixar de ter o objetivo de bem comum, de ser objeto aos homens, para tornar os próprios homens objetos. Começamos então a pensar nas possibilidades de desumanização.

Para Russell (1954), há dois elementos distintos na excelência humana: o individual e o social, sendo que uma ética que se ocupe de apenas um ou outro seria incompleta e insatisfatória. Segundo o autor, todo ser humano, após os primeiros dias de sua vida, é produto de dois fatores: por um lado, o equipamento congênito; de outro, o efeito do ambiente, inclusive a educação.

Os reformadores pré-darwinianos, no século XVIII e os inícios do século XIX, atribuíam quase tudo à educação; mas, desde Darwin, tem havido uma tendência a pôr mais ênfase na hereditariedade em confronto com o meio. A controvérsia, evidentemente, só pode ser quanto ao grau de importância dos dois fatores. Devemos admitir que cada qual desempenha o seu papel. Sem pretender chegar a uma conclusão quanto ao assunto em debate, podemos asseverar muito confiadamente que os impulsos e desejos que determinam a conduta de um adulto dependem em considerável grau de sua educação e suas oportunidades. (RUSSELL, 1954, p. 17).

Neste mesmo sentido, Stork e Echevarria (2011) acreditam que o homem tem uma natureza que busca a excelência, o autoaperfeiçoamento, que também é naturalmente social, já que o aprendizado se dá pela educação. É na coexistência e convivência com os demais que o conhecimento é compartilhado e o “eu” se constrói, bem como atua no coletivo. É nessa interação que podemos humanizar e/ou desumanizar, cuja reflexão é o objetivo do próximo capítulo.

3. EU DESUMANIZO, TU DESUMANIZAS...

Em 2014, durante uma partida de futebol entre Santos e Grêmio, o então goleiro do Santos, Mário Lúcio Duarte Costa, foi chamado de “macaco”. Quem assistia ao jogo pela televisão, viu apenas a imagem de uma jovem, indiciada posteriormente por injúria racial⁷. Mas não foi esse julgamento que mudou sua vida, nem é o que mais chama atenção no caso. No estádio de futebol onde o fato ocorreu, na cidade de Porto Alegre, no mesmo momento dezenas de torcedores faziam coro, chamando o jogador da mesma forma. No entanto, a câmera não deu conta de tal realidade. Conforme a reportagem da ESPN, o ato era praticado por parte da torcida do Grêmio. “Além disso, outros torcedores - inclusive, um negro - imitaram sons de macaco em direção ao atleta”, traz o texto. Entretanto, foi a lente do próprio meio de comunicação que registrou apenas uma pessoa. Ser flagrada naquele momento custou a ela uma exposição provavelmente muito mais cara do que o valor monetário destinado aos danos morais pela injúria cometida. Foi ameaçada, teve sua casa apedrejada e incendiada, precisou mudar de residência, de emprego e até a cor do cabelo⁸. Mesmo com a tentativa de pedir desculpas ao jogador, as consequências foram irreversíveis.

O fato serve para refletir sob diversos ângulos: individualmente, a jovem é responsável pelo ato e estava em um local público, o que legalmente permite a divulgação de sua imagem. Contudo, há um julgamento individual para um crime que não foi cometido apenas por ela, com uma atribuição de culpa desproporcional tanto por parte do público quanto dos próprios meios de comunicação. A imagem da jovem é mostrada de forma descontextualizada e sua personalidade reduzida ao fato. Posteriormente, os mesmos veículos de comunicação que expuseram a imagem noticiaram as consequências, sem refletir que possivelmente nada daquilo teria acontecido, não fosse a divulgação.

⁷ Disponível em:

http://www.espn.com.br/noticia/436034_aranha-e-chamado-de-macaco-por-torcida-do-gremio

⁸ Disponível em

<https://www.hojeemdia.com.br/esportes/torcedora-do-gr%C3%AAmio-flagrada-insultando-racialmente-aranha-vive-no-anonimato-1.568526>

Esse exemplo remete a mais de uma situação de desumanização. Ao chamar o jogador de macaco, a jovem e os demais torcedores reforçam um preconceito histórico, baseado na crença de superioridade dos brancos em relação aos negros. Ao não refletirem sobre as consequências da divulgação da imagem, os meios de comunicação também desumanizam, pela despersonalização e redução da personagem ao fato.

Tomando como ponto de partida as reflexões anteriores, individualmente podemos agir não apenas por instinto, mas nos relacionar com outros homens e também espécies de animais com a noção de liberdade e responsabilidade. Mas de forma consciente ou “no calor da hora”, como defendeu o advogado da jovem do caso citado acima, podemos agir contrários a isso e desumanizar.

Considero que a desumanização, portanto, não é uma prática de pessoas “más”, mas que todos podemos incorrer em algum momento. Não se trata de reduzir a responsabilidade pelos atos que são objetivamente maus, mas de não restringir a prática ao outro, mas começar pela consciência individual. Eu desumanizo, tu desumanizas...

Se pensarmos no jornalismo como uma prática que tem um potencial educativo, essa discussão torna-se indispensável aos profissionais.

3.1. COMPREENSÕES SOBRE O TERMO

Em relação ao termo desumanização há referências em muitos países. Entre as pesquisas destaca-se a área da saúde, na qual o tema é debatido desde a década de 1950, embora tenha sido a partir de 1970 que os estudos ganharam ênfase. No Brasil, há pesquisas principalmente na medicina, enfermagem e psicologia, mas também no direito e educação. Partindo de um levantamento feito por Howard (1975), Gomes (2010) traz algumas abordagens possíveis para a desumanização na área da saúde:

- A prática de tratar “pessoas como coisas”;

- A desumanização pela tecnologia expressando o papel central que os instrumentos passam a representar o plano prático e suas implicações profissional-usuário;
- A desumanização pela experimentação;
- O “ver a pessoa com problema” referindo-se à frequente redução da pessoa à sua patologia, descaracterizando-a como ser social;
- O tratamento dos pacientes-usuários como “pessoas de menor valor” trazendo a discussão das várias formas de hierarquização valorativa dos sujeitos com base em critérios vários de discriminação;
- A prática que caracteriza “pessoas isoladas”, compreendida por processos de despersonalização, etc.
- A prática de tomar as “pessoas como recipientes de cuidados subpadronizados”, referindo-se à temática da precarização dos serviços em razão de diversas determinações;
- As práticas de obstrução da autonomia dos pacientes-usuários em seus processos de cura/tratamento também já aparece como temática importante nesse período;
- Crítica ao caráter de objetividade e neutralidade biomédica responsável por relações frias e desumanas;
- Outra referência importante é aquela que se relaciona aos ambientes de cuidado em suas conformações estéreis e desumanas (GOMES, 2010, p. 2)

Ainda que se trate de uma sistematização para a área da saúde, se substituirmos as práticas médicas pelas jornalísticas ou de qualquer outra atividade, não apenas no âmbito do trabalho profissional, mas em todas as relações humanas, teremos reflexões plausíveis em relação à desumanização como prática social. No caso do jornalismo, podemos considerar desumanização:

- A prática de tratar pessoas como coisas; a desumanização pela tecnologia, quando a distância física não é minimizada através de procedimentos na apuração;
- O tratamento das pessoas de acordo com valores históricos, trazendo a discussão das várias formas de hierarquização valorativa dos sujeitos com base em critérios de discriminação;
- A prática caracterizada como “pessoas isoladas”, compreendidos como processos de despersonalização;
- Crítica ao caráter de objetividade e neutralidade, que pode resultar relações frias e desumanas;
- Os processos e ambientes que estimulam a desumanização dos próprios profissionais.

Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, formulada para contrapor distorções históricas acerca da discriminação e injustiças, podemos ainda

compreender como desumanização qualquer tratamento que comprometa a dignidade humana e não o trate o outro com igualdade, “[...] *sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição*”, como traz o Artigo 2 da Declaração (DUDH), já mencionado na Introdução.

Reiterando que não é uma prática necessariamente associada à maldade ou à crueldade, há alguns aspectos basilares para a compreensão da desumanização: a formação do imaginário, que nos dá pistas sobre os processos psicológicos envolvidos; os acontecimentos históricos, que dão luzes a determinados pensamentos hegemônicos; as circunstâncias sociais e culturais, que possibilitam perceber outros aspectos da conduta humana. Embora não seja possível dissociar cada uma dessas partes, compreender os principais aspectos trazem importantes reflexões sobre o todo.

3.2 DESUMANIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO

Para Lima, Faro e Santos, a desumanização é:

[...] um processo de percepção do outro, classificado como minoritário no contexto de uma relação assimétrica de poder, que colabora para a perpetração e legitimação de várias formas de violência, representando-o como não humano, demoníaco, objeto/coisa, representante do mal, que precisa ser preso, isolado, aniquilado. (LIMA; FARO; SANTOS, 2010, p. 219).

Embora compreenda a desumanização de uma forma mais ampla, este conceito nos ajuda refletir sobre algumas ações, entre elas a atitude em relação a jovem que chamou o jogador de futebol de macaco: seu ato, objetivamente mal, desumano, foi transformado em metanarrativa, de que ela era representante do mal e merecia ser punida. Isso legitimou a ação tanto dos meios de comunicação quanto das pessoas, que resolveram castigá-la. A personagem foi reduzida ao fato noticiado, sem contextualização e sem oportunidade de defesa antes da repercussão, pois somente depois que começou a sofrer ameaças foi procurada pela

imprensa.

Em todas as nossas decisões há fatores psicológicos envolvidos. Conforme Stork e Echevarria (2011), cada pessoa antes de fazer escolhas já tem formados critérios prévios ou valores. Estes se caracterizam porque valem por si mesmos: os demais valem por referência a eles. São aquilo que nos dizem o que cada coisa significa para nós. Todos atuamos segundo alguns valores determinados, que podem ser muito variados. Trata-se de algo intangível, que não tem a ver com valores monetários, mas com construções pessoais. Esses valores se formam a partir de vivências pessoais, com influências internas, de temperamento, personalidade, mas também sociais, ou seja, de tudo que nos circunda.

Taylor (2010) atribui responsabilidade inclusive aos meios de comunicação e à internet, já que as informações também contribuem para formação de valores. Para o autor, paralelamente à construção da identidade encontra-se a noção de reconhecimento, que é a forma pela qual a sociedade conceitua e atribui valor a um indivíduo ou a um determinado grupo social. Se não há reconhecimento, ou dependendo de como for, há a formação de uma imagem pejorativa, com a construção de uma identidade inferiorizada. Desse modo, a percepção coletiva frequentemente pode produzir inverdades, vindo a se perpetuar ao longo do tempo e atribuindo indevidamente menor valor a determinados grupos.

[...] a identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte de outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, ou uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes desenvolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. O não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora. (TAYLOR, 2000 p. 241).

Conforme Lima, Faro e Santos (2016), tudo isso colabora para a construção de imagens mentais da realidade, muitas vezes com ideias deturpadas sobre o outro. Segundo estes autores, a desumanização e outras formas de exclusão fundamentam-se em dois processos cognitivos: a categorização social e o essencialismo. Eles remetem essa reflexão a Tajfel (1982), para o qual a

categorização social reúne em grupos indivíduos que seriam equivalentes de acordo com ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo. Já o essencialismo seria a tendência a agir e pensar como se todas as coisas possuíssem algo intrínseco que as tornam o que são. Neste sentido, quando identificamos alguém como cigano, índio ou outra categorização, é como se identificássemos o padrão, a imagem mental. Ao invés de vermos cada ser humano como único, o colocamos em categorias, de acordo com imagens que construímos daquele grupo. Por serem processos cognitivos, não deve nos surpreender reações involuntárias, não conscientes.

Além disso, esses processos localizam indivíduos em endogrupos (grupos aos quais o indivíduo pertence) e exogrupos (grupos aos quais não pertence). Conforme Lima, Faro e Santos (2016), a cada classificação que separa “nós” e “eles” agregam-se imagens que permitem representar os outros como diferentes de nós. Essas imagens são também chamadas de estereótipos, que podem ser definidos como um conjunto de características que são associadas a uma categoria social.

O termo “estereótipo” era utilizado desde 1798, para designar uma chapa de metal utilizada para produzir cópias repetidas do mesmo texto. A sociologia já havia utilizado para se referir algo “rígido”, “fixo”, sendo que a etimologia da palavra remete à *stereo*, que em grego significa “sólido”. Em 1922, Lippmann (1992) faz uma contextualização contemporânea do termo, com o estudo das suas funções psicossociais. Sua intenção foi fazer uma analogia entre a “rigidez” de nossas imagens mentais, principalmente referentes a grupos sociais os quais não conhecemos diretamente.

Ao contrário de outros estudos, que caracterizam os estereótipos como algo indesejável, quase patológico, para Lippman a concepção dos estereótipos é normal e inevitável, inerente ao processo de apreensão da realidade e a forma como processamos a informação. Os estereótipos seriam, então, imagens mentais que se colocam entre o indivíduo e a realidade, formados a partir do sistema de valores de cada um. Neste sentido, o autor destaca que mesmo se tratando de algo “rígido”, o estereótipo pode mudar, conforme nos abrimos a possibilidade de olhar de forma diferente para a realidade.

Stangor (2000) afirma que os estereótipos podem ser individuais e culturais, como também positivos ou negativos. Como percebemos pela história, algumas formas negativas distanciam os grupos representados daquilo que tipifica os seres humanos, aproximando-os de outros animais ou coisas inanimadas - emerge aí uma forma de desumanização, com estereótipos negativos.

Lima, Faro e Santos (2016) também citam Devine (1989), que aponta a dificuldade de dissociação entre crenças coletivas e pessoais. Segundo o autor, as crenças coletivas sobre os grupos (estereótipos culturais), largamente difundidas nos processos de socialização, muitas vezes implicam preconceito, mesmo sendo combatidas pelas crenças pessoais. Ainda que nossa intenção não seja ter preconceito, os estereótipos culturais fazem parte de nós.

A desumanização desempenha funções psicológicas, sociais e políticas. No que se refere às funções psicológicas, permite aos perpetradores e espectadores proteção contra a violência cometida, evitando sentimentos de culpa, piedade e altruísmo (Levens *et al.* 2003). No que se refere às funções sociais, possibilita que endogrupos em situações de competição material ou simbólica se sintam superiores a outros, promovendo e legitimando a exclusão social e moral (Viki, Osgood & Philips, 2013). No que se refere às funções políticas, produz justificativas para a institucionalização das violências e massacres contra grupos com menos poder (Gwinn, Judd & Park, 2013). (LIMA; FARO; SANTOS, 2016, p. 220).

Para Blumer (*apud* Lima, Faro e Santos, 2016), a construção de imagens desumanizadoras é a condição fundamental do preconceito. Segundo ele, o preconceito seria um tipo de sentimento determinado por algumas condições nas relações intergrupais. Há diversos sentimentos, como o de diferenciação, que constrói uma distância simbólica em relação ao outro, o de propriedade ou de posse, que exclui o outro das prerrogativas da posição, e o de medo, que decorre da percepção de ameaça ao posto de dominação sobre o outro. Em todos esses casos, há valorações equivocadas, que podem ocasionar situações de desumanização.

Baseado nos argumentos de Fernandes e Bourdieu, Souza (2003) considera que parece haver um *habitus* específico, com apropriação de esquemas cognitivos e

avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar, isto durante o desenvolvimento. As consequências são novas redes sociais também pré-reflexivas e automáticas, que explicam um preconceito que não é apenas pelas características físicas, mas também culturais, modo de vida, que se sobrepõem às qualidades humanas: No caso dos afrodescendentes, conforme Souza (2003), há uma associação destes aos problemas sociais e a inadequação aos moldes capitalistas, que estavam relacionados ao “progresso”.

Segundo Arendt (2007), em momentos de crises econômicas e sociais há a escolha de um “bode expiatório”, que é um indivíduo, grupo ou categoria de pessoas usados como objeto de culpa no sistema social, como ocorreu com os judeus. Essa figura fornece mecanismo para dar vazão à raiva, à frustração, ao ressentimento, ao medo e outras emoções. Imigrantes, por exemplo, são muitas vezes usados como bodes expiatórios durante épocas de dificuldades econômicas e considerados causa de desemprego e de outros problemas sociais, o que oculta as causas reais.

O melhor exemplo — e a melhor refutação — dessa explicação, que é tão grata ao coração de muitos liberais, está numa anedota contada após a Primeira Grande Guerra. Um anti-semita alegava que os judeus haviam causado a guerra. A resposta foi: "Sim, os judeus e os ciclistas". "Por que os ciclistas?", pergunta um. "E por que os judeus?", pergunta outro (ARENDR, 2007, p. 24).

Conforme a filósofa, a propaganda nazista era dirigida aos simpatizantes, não aos membros convictos do partido. Neste sentido, não foi apenas o esforço e a habilidade discursiva de Adolf Hitler a causa do antissemitismo. A propaganda foi usada apenas como alimento aos preconceitos das massas, ou seja, aproveitando-se de um sentimento que já estava latente. Outra reflexão é em relação às percepções sobre o grupo e seu estereótipo cultural. A campanha de terror foi dirigida contra os judeus, independente da conduta individual e a dignidade humana.

Para Stork e Echevarria (2011), atentados contra outros seres humanos são sempre uma desordem, sendo que há sentimentos que surgem como consequência. Isso poderia explicar, por exemplo, porque alguns sentem vergonha de ter determinada cor de pele ou função social.

Como observado por Carvalho (2015), esse sentimento de diferenciação, baseado em uma cultura de valores distorcidos, constrói uma distância simbólica. No caso de um estrangeiro, dependendo sempre das referências que temos dele, podemos estar “longe” culturalmente, ainda que ele esteja próximo fisicamente.

Morin e Kern (2005) citam algumas dificuldades que podem explicar tantas distâncias. Em relação a compreender o outro, os autores acreditam que se trata de uma incompreensão que existe em relação a nós mesmos. Uma capacidade de auto-ocultarmos, de esconder o que incomoda e realçar o que nos agrada. A segunda dificuldade é a tendência de ignorar a personalidade múltipla de cada um. “Reduzir o outro a um único aspecto, a um único episódio da vida dele, para defini-lo na totalidade, instala uma total incompreensão” (MORIN; KERN, 2005, p. 129). Para os autores, o fenômeno da incompreensão e do mal-entendido é generalizado. No caso do jornalismo, isso fica evidente em determinadas coberturas em que a construção do personagem fica restrita a determinado aspecto, muitas vezes desqualificando.

Como visto no primeiro capítulo, uma parte importante de nós é afetada pelo imaginário, em especial o imaginário coletivo. Não estivemos na Idade Média, nem conhecemos diversos países pessoalmente, mas o que sabemos faz parte de uma imagem construída a partir da história oral, livros, produtos culturais e também do jornalismo. Atualmente, também temos a internet, que pode ser uma ferramenta preciosa para a construção ou desconstrução de imagens mentais. É neste sentido que estudar a história, já compreendendo a formação do imaginário, pode trazer contribuições importantes nessa discussão.

3.3 DESUMANIZAÇÃO E HISTÓRIA

As disputas intergrupais fazem parte da trajetória da humanidade, sendo que a lógica sempre foi baseada em uma relação assimétrica de poder: superioridade dos vencedores e conseqüente inferioridade dos vencidos. Para Haslam e Loughnan (2014), em todos os momentos históricos em que houve injustiças o outro era

percebido como menos “humano”, não apenas no tratamento, mas em como era referenciado: os escravos eram vistos como não valendo “uma fração de pessoa”; os imigrantes eram associados a pestes invasivas e doenças infecciosas; as vítimas do genocídio da Segunda Guerra Mundial eram chamadas de vermes.

A lógica de superioridade/inferioridade também é percebida na relação entre índios e portugueses, como observa Darcy Ribeiro (1995), que traz uma versão sobre a primeira impressão da chegada ao Brasil, em 1500:

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu deus sol, o criador - Maíra -, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos espoliadores ou dadores. (RIBEIRO, 1995, p. 42)

Percebemos que os índios consideravam os viajantes recém chegados como “superiores”, gente do seu “deus sol”, enquanto para os portugueses aqueles eram “selvagens”. Há uma tendência de considerar os diferentes modos de vida a partir da nossa cultura, o que faz com que percebamos o outro como “inferior” ou “superior”, de acordo com nossas referências. No entanto, a história pode ser contada de diversos pontos de vista: dos colonizadores, que trouxeram a vida “civilizada” aos “selvagens” que aqui viviam, ou dos próprios índios, que trocaram tesouros com um valor monetário significativo para os portugueses, como o ouro, por especiarias, cujo valor era apenas simbólico. Até mesmo essa comparação deve ser feita com cuidado: o ouro era precioso aos portugueses e as especiarias vistas como “preciosas” pelos índios, sendo que a medida depende da cultura de cada um.

O tráfico de escravos para o Brasil começou poucos anos após a chegada dos portugueses, entre 1539 e 1542, quando a prática já era comum em Portugal, conforme afirma Holanda (1995). O autor reconhece que os cálculos estatísticos são escassos, mas cita uma estimativa de que a população negra em Portugal já correspondia a cerca de um quinto do total de habitantes do país na época.

Segundo Ribeiro (1995), a origem dos escravos era bastante variada: Sudão, Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Marfim, Nigéria, Angola e Moçambique, que em comum tinham a pele negra. Desconsiderava-se, nesta época, a noção de ser humano e, mais ainda, de personalidade e cultura. Após dias de viagens em porções

de navios, em que muitos morriam no caminho, eram desembarcados e comercializados, separados de conhecidos e familiares para cortar laços afetivos e dificultar a comunicação, tirando-lhes o único lado “humano” que ainda poderia restar na nova terra.

Seu normal era aquela anomalia de uma comunidade cativa, que nem existia para si nem se regia por uma lei interna do desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que só vivia para outros e era dirigida por vontades e motivações externas, que o queriam degradar moralmente e desgastar fisicamente para usar seus membros homens como bestas de carga e as mulheres como fêmeas animais. (RIBEIRO, 1995, p. 117-118).

A descrição de Ribeiro (1995) evoca como os negros eram considerados: as mulheres “fêmeas”, comparadas a animais. O negro transita, assim, da condição de boçal, por ainda não falar o português e por isso ser considerado “ignorante”, e ladino, quando já integrado à nova comunidade e à nova cultura. Ladino justamente por sua capacidade de adaptação, empenho em aprender o idioma e valores próprios da nova cultura. Por isso, conforme observa Ribeiro (1995), tornaram-se um importante agente de “europeização” do Brasil. Apesar disso, de serem tratados como animais, continuam com características “humanas”:

O espantoso é que os índios como os pretos, postos neste engenho deculturativo, consigam permanecer humanos. Só o conseguem, porém, mediante um esforço inaudito de auto-reconstrução no fluxo de seu processo de desfazimento. (RIBEIRO, 1995, p. 118).

A escravidão negava a condição humana do escravo e a prática não era reconhecida apenas pelos homens brancos. Neste sentido, o autor traz reflexões intrigantes, que ele mesmo cita como perturbadoras: muitos libertos possuíam escravos. “Testamentos examinados por Kátia Mattoso mostram que 78% dos libertos da Bahia possuíam escravos. Na Bahia, em Minas Gerais e em outras províncias dava-se até mesmo o fenômeno extraordinário de escravos possuírem escravos” (CARVALHO, 2015, p. 54).

É como se o direito humano à igualdade não fosse natural, mas adquirido, seja através de um documento ou um valor monetário. Exemplo disso é que muitos compravam a própria liberdade juntando dinheiro durante anos, às vezes pagando

em troca de outros escravos. Havia uma certa naturalidade em relação ao “superior” e “inferior” e uma valoração completamente distorcida em relação à dignidade humana.

Em 1871, por iniciativa do imperador, foi aprovada a lei que libertava os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Apesar disso, permitia ainda que os “donos” pudessem explorar seu trabalho de forma gratuita até que eles completassem 21 anos. Neste momento, um fator importante foi o apoio que a imprensa começou a dar ao movimento abolicionista. Entretanto, foi somente quase duas décadas depois, em 1888, que a princesa Isabel de Aragão assinou a Lei Áurea, o documento que garantiu a libertação dos escravos.

Contudo, quando as novas gerações começaram a nascer, já em terras brasileiras, por muito tempo foram relegadas ao limbo: não eram nem escravos, nem livres. Mesmo quando a introdução de mestiços - descendentes da relação entre brancos e negros - foi aceita oficialmente ficava claro que havia uma inferiorização pela diferença, inclusive em decretos e correspondências oficiais:

Assim ocorreu, por exemplo, quando a um governador de Pernambuco se expediu ordem, em 1731, para que desse posse do ofício de procurador ao bacharel nomeado, Antônio Ferreira Castro, apesar da circunstância alegada de ser o provido um mulato. Porque, diz a ordem de d. João V, “**o defeito de ser pardo** não obsta para este ministério e se repara muito que vós, **por este acidente**, excluísseis um bacharel formado provido por mim para introduzirdes e conservardes um homem que não é formado, o qual nunca o podia ser por lei, havendo bacharel formado” (HOLANDA, 1995, p. 55, grifos nossos).

Os grifos revelam que mesmo uma boa intenção é acompanhada de argumentos com uma discriminação evidente. O governo português também permitia casamentos entre indígenas e brancos, mas com uma proibição: não poderiam colocar nomes de “caboclos”:

[...] e é conhecido o alvará de 1755, determinando que os cônjuges, nesses casos, “não fiquem com infâmia alguma, antes muito hábeis para os cargos dos lugares onde residirem não menos que seus filhos e descendentes, os quais até terão preferência de emprego, honra ou dignidade, sem dependência de dispensa alguma, **ficando outrossim proibido, sob pena de procedimento, dar-se-lhes o nome de caboclos, ou outros semelhantes, que se possam reputar injuriosos.** (HOLANDA, 1995, p. 56, grifos nossos).

Já os negros eram proibidos de casar com pessoas brancas ou índios. Se isso ocorresse, havia sanções, como aconteceu com um capitão-mor, deposto do cargo após casar-se com uma mulher negra.

Assim é que, em portaria de 6 de agosto de 1771, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque “se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando o seu sangue com esta aliança, e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto. (HOLANDA, 1995, p. 56).

Para Ortiz (1985), antes da Abolição da Escravatura o negro era ignorado, mas depois passa a ser considerado um cidadão de segunda categoria. Como afirma Carvalho (2015, p. 56), aos libertos não foram dadas “nem escolas, nem terras, nem empregos”. Na época, foi dada “igualdade”, mas para os desiguais, o que não significa justiça. Neste sentido, introduzimos a compreensão de equidade, que compreende também a noção de justiça diante das diferenças.

Desde Aristóteles há a reflexão sobre a necessidade de equidade, sendo entendida como “a adaptação da norma geral a situações específicas, pois a aplicação de uma norma genérica quando empregada literalmente, sem se levar em conta as especificidades de diferentes situações, poderia produzir injustiça” (BARROS e SOUZA, 2016, arquivo eletrônico)

A partir da obra de Florestan Fernandes, Souza (2013) observa que a ânsia em libertar-se das condições humilhantes da vida anterior tornava o liberto vulnerável a um comportamento reativo em relação às demandas da nova ordem.

Assim, o liberto tendia a confundir as obrigações do contrato de trabalho e não distinguia a venda da força de trabalho da venda dos direitos substantivos à noção de pessoa jurídica livre. Ademais, a recusa a certo tipo de serviço, a inconstância no trabalho, a indisciplina contra a supervisão, o fascínio por ocupações “nobilitantes”, tudo conspirava para o insucesso nas novas condições de vida e para a confirmação do preconceito. (FERNANDES *apud* SOUZA, 2013, p. 55).

Para Souza (2013), a falta de laços foi a base dos desequilíbrios e da desorganização da vida em todas as suas dimensões. Não havia uma socialização adequada, o que fazia com que agissem com agressividade em relação “às filhas que se perdiam”, por exemplo, que eram expulsas de casa. “A vida familiar

desorganizada, aliada à pobreza, era responsável por um tipo de individuação ultra-egoísta e predatória”. (SOUZA, 2013, p. 55). O autor acredita que o núcleo do problema é a combinação de abandono e inadaptação, destinos que atingiam seres humanos independentemente da cor. O autor lembra o desejo da população negra que queria “ser gente”. E mesmo com direitos adquiridos ficou o que Souza (2018) chama de racismo implícito.

Minha tese é que o nosso pensamento social muda o racismo explícito da cor da pele para um racismo implícito, e por conta disso torna-se muito mais perigoso. Onde reside o racismo implícito do nosso culturalismo? Ora, precisamente no aspecto principal de todo racismo, que é a separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe. Assim, racismo é não apenas a separação dos seres humanos por raças distintas, mas qualquer separação que construa uma distinção ontológica, independente da experiência concreta, entre os seres humanos. (SOUZA, 2018, p. 10).

Há uma reprodução de padrões que impede toda comunicação propriamente humana, como considera Ribeiro (1995):

Nesse plano, as relações de classes chegam a ser tão infranqueáveis que obliteram toda comunicação propriamente humana entre a massa do povo e a minoria privilegiada, que a vê e a ignora, a trata e a maltrata, a explora e a deplora, como se esta fosse uma conduta natural. (RIBEIRO, 1995, p. 24).

Se pensarmos nas consequências hoje, diversas relações trabalhistas, de classes e muitas outras refletem isso e colocam as pessoas em lados antagônicos: do superior e do inferior, muitas vezes com uma aceitação passiva até mesmo de injustiças.

No Brasil, a partir do século XIX, a imigração de outras etnias se intensificou, inicialmente da Itália, seguidos por espanhóis e alemães. No início do século XX, também houve registros de imigrantes da Ásia⁹. Entre 1884 e 1959, entraram no Brasil 4.734.494 imigrantes, sendo 1.507.695 italianos e 1.391.898 portugueses¹⁰. Se pensarmos em todos os estigmas, generalizações e preconceitos em relação aos

⁹ Disponível em:

<http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/japoneses/razoes-da-emigracao-japonesa>, acesso em 10 de maio de 2019.

¹⁰ Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687_pdf. Acesso em 10 de novembro de 2017

negros e índios, havia a crença de que os novos habitantes trariam progresso ao país, já que tinham as características consideradas “superiores”.

A cultura brasileira moldou-se, assim, através de diversas influências, com traços distintos de determinados grupos. O Sul do Brasil, que recebeu o maior número de imigrantes italianos, alemães, poloneses, austríacos, etc. possui diversas cidades que ainda hoje apresentam como característica determinante esses traços. Segundo Ortiz (1985), no século XIX e início do século XX as noções de “meio e raça” foram utilizadas para justificar os problemas do Brasil. Tratava-se de uma perspectiva evolucionista, que deixava evidente a visão distorcida em relação aos negros e mulatos.

Sem querer reduzi-lo a uma dimensão exclusiva, pode-se dizer que o evolucionismo em parte legítima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A “superioridade” da civilização europeia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos. (ORTIZ, 1985, p. 15).

Ao pensarem em uma identidade nacional, os historiadores também apontavam como características naturais do brasileiro “a apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência”. (ORTIZ, 1984, p. 21). Essa generalização, no entanto, é criticada por autores como Souza (2018) por construir um imaginário coletivo negativo, de inferiorização, desconsiderando a individualidade, a personalidade e contribuindo para a desumanização.

As consequências desses estereótipos são encontradas não apenas na história, mas também na literatura. Ortiz (1984) faz uma análise do livro *O Cortiço*, publicado em 1880. Na obra de Aluísio de Azevedo, Jerônimo é um imigrante português que chega ao Brasil com todos os atributos da raça “branca”: força, persistência, previdência, gosto pelo trabalho, espírito de cálculo. Porém, ao se amasiar com uma “mulata”, ao se “aclimatar”, troca a guitarra pelo violão baiano, o fado pelo samba, e se “abrasileira”: torna-se dengoso, preguiçoso, amigo das extravagâncias, sem espírito de luta, economia e de ordem. Já o amigo, outro português, ascende socialmente no momento que se distancia da raça negra: se desvencilha da negra Bertoleza, com quem viveu grande parte da sua vida. O

resultado: Jerônimo permanece “mulato” no cortiço, enquanto o amigo consegue o objetivo de ascender economicamente.

Essa compreensão de características deterministas da raça branca não é restrita ao Brasil. Para Simmel (1950), as qualidades atribuídas à raça branca são aquelas que determinam a racionalidade do espírito burguês. Assim, os escritores da época duvidavam da possibilidade de expansão do capitalismo no Brasil.

A primeira Constituição Brasileira, de 1824, que regeu o país até o fim da monarquia, ainda trazia características da desigualdade social e de gênero: podiam votar apenas homens, maiores de 25 anos e que tivessem renda mínima de 100 mil réis. Mulheres e escravos não eram “cidadãos”. E apesar de restritiva, Carvalho (2015) observa que no contexto global a legislação era considerada liberal:

As exigências da renda na Inglaterra, na época, eram muito mais altas, mesmo depois da reforma de 1832. A lei brasileira permitia ainda que os analfabetos votassem. Talvez nenhum país europeu da época tivesse uma legislação tão liberal. (CARVALHO, 2015, p. 36).

Para Souza (2018), todo esse sistema originou uma “sociologia do vira-lata”, que é uma cultura racista voltada contra nós mesmos. Há uma sensação de superioridade e de distinção para os povos e países que estão em situação de domínio, o que legitima e torna “merecida” a própria dominação em dimensão global.

Hoje em dia, na Europa e nos Estados Unidos, ninguém, literalmente, deixa de se achar superior aos latino-americanos e africanos. É por conta disso que a morte de alguns jornalistas franceses em atentado terrorista comove o mundo inteiro, enquanto os genocídios de milhões de pessoas na África interessam e comovem pouco. Entre os melhores americanos e europeus, ou seja, aqueles que não são conscientemente racistas, nota-se o esforço politicamente correto de se tratar um africano ou um latino-americano como se este fosse efetivamente igual. Ora, o mero esforço já mostra a eficácia prática do preconceito que divide o mundo entre pessoas de maior e de menor valor. (SOUZA, 2018, p. 11).

O autor acredita que por causa disso o preconceito sentido na dimensão mais imediata das emoções é negado por um intelecto que se policia. Para ele, no Brasil criou-se uma mentalidade de escravo em todo povo, com o rebaixamento da autoestima e autoconfiança, o que ajuda as camadas dominantes a legitimar os sistemas sociais, sem que a sociedade consiga reclamar.

Assim como ajuda a essas mesmas camadas superiores internacionalmente a expropriar riquezas de povos que se acham mesmo inferiores e desonestos. O raciocínio do tipo “entregar a Petrobras para os estrangeiros é melhor que deixá-la para nossos políticos corruptos” se torna justificável precisamente nesse contexto, apesar de absurdo e ridículo.[...] Todo domínio social de fato tem de ser legitimado simbolicamente por ideias, as quais precisam dar a impressão que são “científicas” e objetivas para terem prestígio no mundo moderno. (SOUZA, 2018, p. 12).

Ao descrever o homem brasileiro, há a imagem de alguém inferior, dominado pelo afeto e, portanto, pelo corpo, se opondo ao espírito do americano e europeu idealizado. A emoção nos animalizaria enquanto o espírito tornaria divinos americanos e europeus - a mesma dualidade apontada por Descartes. Essa construção remete ao famoso “jeitinho brasileiro”, naturalizado e contribuindo para que todos os padrões mentais em relação aos brasileiros se perpetuassem, inclusive através da imprensa.

A separação entre as classes do espírito, ou seja, da sensibilidade, das classes do corpo, animalizadas e desumanizadas, reflete a construção de um operador simbólico invisível – e por isso muito mais eficaz – que cria uma solidariedade sentida pelos superiores que, por sua vez, legitima para eles próprios sua superioridade contra as classes populares. (SOUZA, 2018, p. 39).

Para Souza (2010), o padrão de consumo, como determinados vinhos e roupas, passa a significar não apenas riqueza material, mas também, e principalmente, uma superioridade que parece inata, com os privilégios que efetivamente desfruta. Além disso, com uma perpetuação, já que os relacionamentos costumam ser entre pessoas da mesma cultura:

Os casamentos e as amizades que ajudam na reprodução infinita dos privilégios de classe no tempo serão construídos, precisamente, pelas afinidades sentidas afetivamente pelos indivíduos de uma mesma classe como pura expressão de uma humanidade superior. (SOUZA, 2010, p. 39).

Segundo o autor, do ponto de vista coletivo a hierarquização também acontece através de estigmas. No caso de sociedades movidas por corrupção, por exemplo, fica implícito que possam existir outras perfeitas, sem imoralidade. As diferenças quantitativas se transformam silenciosamente em diferenças qualitativas, com uma generalização de características e valores.

Para, a partir disso, se pensar, como efetivamente pensa o senso comum mundial em todas as dimensões da vida, em indivíduos essencialmente sujeitos, preguiçosos e inconfiáveis a partir de sua nacionalidade é um passo fácil de ser dado, como nos mostra o noticiário todos os dias. Esses são os seres humanos que podem morrer aos milhares, como os iraquianos ou afegãos, sem provocar grande comoção na mídia civilizada. Do mesmo modo, matam-se os brasileiros da ralé todos os dias sem qualquer incômodo das classes privilegiadas no Brasil. (SOUZA, 2018, p. 45).

Uma pesquisa recente feita por Lima, Faro e Santos (2016) no Nordeste brasileiro demonstrou a imagem estigmatizada que os moradores de Sergipe e Alagoas têm em relação a índios e ciganos. A pesquisa concluiu que a associação livre com a palavra “ciganos” tem um caráter desumanizador, pois as respostas mais comuns foram “diferentes”, “criminosos” e “medo”. Para os que não convivem com ciganos, predomina uma visão de algo exótico, com alguma exclusão moral através das expressões “trambiqueiros” e “vagabundos”.

A imagem dos ciganos encontrada é flagrantemente desumanizadora, integrando na sua composição as visões históricas do misticismo cigano, à exclusão moral e à deslegitimação do grupo. (LIMA; FARO; SANTOS, 2016, p. 222).

Para os autores, isso ocorre porque os dois grupos foram historicamente colocados “à parte” através de diversos processos de exclusão, inclusive a desumanização. É neste sentido que é necessário refletir sobre os avanços científicos, nas legislações, mas também o que ainda falta caminharmos.

3.4 DESUMANIZAÇÃO E “EVOLUÇÃO”

Há séculos os sistemas produtivos são afetados por tecnologias, desde a invenção da roda até as máquinas a vapor ou a fibra ótica, que possibilitou a internet, a modernização sempre foi vista como sinônimo de progresso.

Conforme Giddens (1990), as mudanças constantes, rápidas e permanentes caracterizam as chamadas sociedades modernas, contrastando com as sociedades “tradicionais”, em que o passado e os símbolos são valorizados porque contêm e

perpetuam a experiência de gerações. É a experiência do passado que estrutura as práticas sociais recorrentes do presente.

Já na modernidade, “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter” (GIDDENS, 1990, p. 8). O ritmo da mudança também é afetado pela comunicação, pelo alcance da mudança: “à medida em que áreas diferentes do globo são opostas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” (GIDDENS, 1990, p. 6).

Conforme o autor, em extensão e intensidade, as transformações impulsionadas pela modernidade são mais profundas do que nos períodos anteriores. Em extensão, por conseguir uma interconexão social em todo o mundo. Em intensidade, por alterar características íntimas e pessoais da existência cotidiana de todos os seres humanos (GIDDENS, 1990).

Benjamin (1992) cita como característica da modernidade a perda do que chama de “aura” do objeto artístico, com a possibilidade de reprodução técnica, seja pelo cinema, fotografia, vídeo, etc. A técnica sobrepondo-se à estética.

Conceitualmente, na década de 80 alguns sociólogos passaram a utilizar a expressão “pós-modernidade”, referindo-se ao contexto sociocultural e estético após acontecimentos históricos: a queda do Muro de Berlim (1989), o colapso da União Soviética, além de questionamentos em relação às ideologias e à razão como resposta absoluta.

Para Lyotard (2008), a pós-modernidade é consequência da morte de narrativas que estavam fundamentadas nos ideais iluministas (igualdade, liberdade e fraternidade) e na crença no progresso. Já outros autores acreditam que a pós-modernidade seria uma continuidade da modernidade, como Bauman (2001), que sugere o termo “modernidade líquida”, sendo esta um mundo repleto de sinais confusos, que mudam com rapidez e de forma imprevisível, no qual destaca o individualismo e a efemeridade das relações. Começamos, assim, a pensar a modernidade não apenas como sinônimo de progresso, mas com consequências nem sempre positivas, principalmente em relação ao sujeito e a formação da identidade, conforme autores como Hall (2003), e cuja reflexão será ampliada

posteriormente.

Podemos pensar nas consequências linhas que dividem diferentes realidades, estabelecidas ao longo do tempo e que na modernidade, conforme Boaventura de Sousa Santos (2007), são acentuadas, se tornam abissais. Para o autor, este sistema de distinções visíveis e invisíveis divide a realidade social em dois universos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. Contudo, a distância é tão grande que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente:

Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o "outro". A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo "deste lado da linha" só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (SANTOS, 2007, arquivo eletrônico).

Entre os exemplos citados pelo autor está a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais, o conhecimento e o direito modernos. No campo do conhecimento, a ciência arrogando o status de verdade absoluta e a filosofia e a teologia sendo desqualificadas, como vimos nos primeiros capítulos. Já no campo do direito, este lado da linha é determinado por aquilo considerado legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou o direito internacional.

[...] Tal distinção central deixa de fora todo um território social onde essa dicotomia seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não reconhecidos oficialmente". (SANTOS, 2007, arquivo eletrônico).

Essa distância abissal gerou o que o autor chama de “razão indolente”, compreendida como um pensamento naturalizado, cujas consequências já não são refletidas, ou seja, já não doem. Neste sentido, embora tenhamos uma globalização de culturas, por outro lado há uma série de “monoculturas”, que legitimam alguns tipos de saberes e desprezam tudo que está “do outro lado da linha”: a monocultura do saber enfatiza o saber científico e da alta cultura, despreza e desconsidera outros saberes. Já a monocultura do tempo linear entende que a história tem uma direção

única e conhecida, a do progresso, modernização, desenvolvimento e, por isso, os que não se adaptam representam o que consideram “atraso”. Ainda há a lógica da classificação social, que se observa na naturalização das diferenças: não reconhece o outro, o diferente, e o desrespeita. Enquanto isso, a lógica da escala dominante torna irrelevante qualquer outra escala; esta privilegia o global e o universal – as características e interesses locais são irrelevantes. Por último, a lógica produtivista, que se apoia na monocultura dos critérios de produtividade. Neste caso, o crescimento econômico se transforma em um objetivo racional e, assim, desconsidera qualquer outro modo de produção.

O problema, conforme Santos (2007), não está na tecnologia, na modernização, na ciência, nas diferenças ou o que está “deste lado”, mas a desconsideração do que não é contemplado, que é considerado “inferior”, “menos”, na mesma lógica tanto para áreas do conhecimento, como para pessoas.

O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e da ilegalidade e para além do verdade e da falsidade. Juntas, essas formas de negação radical produzem uma ausência radical: a ausência de humanidade, a subumanidade moderna. Assim, a exclusão se torna simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres subumanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social [...] (SANTOS, 2007, arquivo eletrônico).

Outros autores, como Stork e Echevarria (2011), refletem sobre traços predominantes desta mentalidade. Além de ser um modo de conhecimento privilegiado sobre os demais, há a convicção de que a ciência representa um progresso linear e ascendente, sendo possível conseguir um progresso indefinido no mundo humano. Para os autores, é necessário sincronizar os ritmos humanos com os da natureza, mas muitas vezes isso é ignorado ao considerarmos como progresso apenas a ciência e a tecnologia. Neste sentido, observam duas patologias presentes na atualidade: a pressa, que é um fenômeno exclusivamente humano; e o ruído, desarmonia que apenas o homem é capaz de fazer, produzido pela técnica. Como sugestão, propõem uma reflexão e busca pela harmonia, com os outros seres humanos e também com a natureza.

Marx (1967) também defendia a necessidade de buscar uma unidade, pois a natureza não pode ser concebida como algo exterior à sociedade. Para o autor, a

natureza e suas leis existem independentemente de consciência e desejos humanos. Para justificar, explica que no princípio da humanidade havia uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza, em que o ritmo de trabalho e da vida dos homens associava-se ao ritmo da natureza. Porém, com esse novo modo de produção capitalista, este vínculo é rompido. A natureza, que antes era um meio de subsistência, passa a ser explorada de forma desmedida.

No processo de apropriação e de transformação dos recursos pelo homem, através do trabalho, ocorre o processo de socialização da natureza. O trabalho torna-se então, o mediador universal na relação do homem com a natureza. [...] o trabalho é, num primeiro momento, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza' (MARX, 1967, p. 188).

Partindo desse pressuposto, a separação do homem de suas condições naturais de existência não é “natural”, mas histórica, tendo em vista que a prática humana encontra-se vinculada a sua história.

Em relação à história do Brasil, Gylberto Freire refletiu sobre as consequências desse pensamento que reconhece apenas a técnica como sinônimo de evolução e de progresso. Para o autor, os primeiros líderes republicanos foram bem sucedidos na apreciação do seu café, mas não cuidaram dos problemas humanos, não desenvolveram planos de valorização do homem brasileiro, sobretudo na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, como mencionado anteriormente. Este aspecto histórico já dá pistas de reflexões sobre a desumanização.

Para Fraser (2001), também é na dimensão social que a desigualdade se origina, tanto na dimensão da economia política quanto na dimensão cultural e simbólica da realidade. No primeiro caso, a injustiça compreende a exploração, a marginalização econômica, com trabalhos de baixa remuneração, e privação, com a negação do básico para um padrão material adequado de vida. A consequência também é uma injustiça simbólica e talvez ainda mais grave:

[...] a injustiça está arraigada a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação. Exemplos incluem a dominação cultural (sendo sujeitos a padrões de interpretação e de comunicação associados a outra cultura estranha e/ou hostil); não-reconhecimento (ser considerado invisível pelas práticas representacionais, comunicativas e interpretativas de uma cultura); e desrespeito (ser difamado habitualmente em representações

públicas estereotipadas culturais e/ou em interações cotidianas) (FRASER, 2001, p. 249).

Santos (2010) considera que essa excessiva atenção à racionalidade destrói a personalidade da natureza. O conhecimento ganha em rigor o que perde em riqueza, e “a retumbância dos êxitos da intervenção tecnológica esconde os limites da nossa compreensão do mundo e reprime a pergunta pelo valor humano do afã científico assim concebido” (SANTOS, 2010, p. 54).

Em outros termos, o autor relativiza a sobrevalorização da ciência e da tecnologia em detrimento dos valores e dos personagens para os quais estas devem servir. Acredita que esta lógica, ao enfatizar o real e o útil, privilegia a relação sujeito-objeto. “Esta racionalidade científica, fundamentada no rigor matemático, quantifica e, ao quantificar, desqualifica; ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada e, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza” (SANTOS, 2010, p. 54). A partir disso, sugere que apesar de haver um paradigma dominante, fruto dessa racionalidade científica, este não está sendo suficiente para explicar a complexidade do mundo.

Para o autor, não há uma alternativa singular, por isso propõe uma ecologia dos saberes, com consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo. Nesta proposta, admitem-se conhecimentos - o foco da ciência tradicional - mas também o senso comum. Admite-se não saber e a realidade como complexa, como também apontava Morin (2006).

Neste sentido, Morin (2006) critica outros pensadores, como René Descartes, cujos estudos sobre o universal e o particular criou uma visão de mundo que separa, fragmenta. Para o autor, Descartes produziu um paradigma simplificador, pois embora veja o uno, ou o múltiplo, não consegue ver que o uno pode ser também plural. Por isso mesmo, “o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução)” (MORIN, 2006, p. 59). Em contrapartida, sugere a necessidade de um pensamento complexo, que decorre da ideia de *tecido-complexus*, o que é tecido junto.

Ainda que a ciência se proponha explicar o universal, ao considerá-lo como complexo, admitimos através da complexidade que nem mesmo o que é majoritário

é absoluto, e que também pode ser refutado, como já ocorreu inúmeras vezes na história científica.

Mario Luis Rodríguez Cobos, mais conhecido como Silo, sugere como oposição a este cientificismo o que chama Humanismo Universalista, sistematizado por Puledda (1999):

Os humanistas são mulheres e homens deste século, desta época. Reconhecem os antecedentes do humanismo histórico e se inspiram nos aportes das distintas culturas, não somente daquelas que ocupam um lugar central neste momento; - pensam no futuro, lutando para superar a crise geral do presente. São otimistas, acreditam na liberdade e no progresso social; - são internacionalistas, aspiram a uma nação humana universal. Compreendem globalmente o mundo em que vivem. Não desejam um mundo uniforme, mas múltiplo: em etnias, línguas e costumes; múltiplo nas localidades, nas regiões e nas autonomias; nas ideias e nas aspirações; em crenças, o ateísmo e a religiosidade; múltiplo no trabalho e na criatividade; (PULEDDA, 1996, p. 148).

Toda essa lógica remete novamente a Comte, que, conforme Medina (2008), teve um papel determinante na aplicação na racionalidade no pensamento científico, como se a técnica pudesse resultar em uma verdade inquestionável, com a subjetividade vista como empecilho. Ele acreditava que o estado positivo seria um “regime definitivo da razão em que a observação é a única base possível dos conhecimentos acessíveis à verdade, adaptados sensatamente às necessidades reais” (MEDINA, 2008, p. 18). A partir de então, a subjetividade, que traz o caráter múltiplo defendido pelo Humanismo Universalista, passou a ser visto como oposição à objetividade, com consequências em todas as áreas.

[...] o verdadeiro espírito positivo consiste, antes de tudo, em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais. (Medina, 2008, p. 19)

Como consequência, Medina (2008) disserta sobre os riscos da racionalidade e do empirismo nas redações jornalísticas. Na ciência, Newton conseguiu com precisão matemática compreender o funcionamento mecânico da natureza. Porém, nem tudo que é humano pode ser mensurado, testado e comprovado pelo experimentalismo. No jornalismo, apesar de as técnicas serem aliadas, buscar somente o rigor científico, como alertou Medina (2008), pode significar estar preso

aos “grilhões positivos”. Podemos “observar”, como propôs Comte, e fazer pré-julgamentos ou então confiar cegamente em dados e fontes oficiais, depoimentos de “especialistas”, mas reproduzir inverdades e ocultar o outro lado da história, o não revelado imediatamente ou o que passou despercebido. Podemos, assim, desumanizar.

3.5 DESUMANIZAÇÃO E ATUALIDADE

Toda a trajetória histórica e também as configurações da modernidade, com o privilégio da técnica e da ciência, influenciaram nossa formação pessoal, com consequências coletivas. Ao buscar uma origem das principais ideias do Ocidente, Taylor (2011) identifica três tipos de mal-estar predominantes na sociedade, a partir de características da cultura e da sociedade contemporânea. Os três são apontados como um declínio, ao mesmo tempo em que a civilização “se desenvolve”.

O primeiro é um individualismo extremo, pelo qual a sociedade é vista como um agregado de indivíduos a serviço de objetivos individuais. Para o autor, algumas formas de utilitarismo são originárias dessas doutrinas, defendendo as prioridades do indivíduo e seus direitos sobre o social. O indivíduo centrou-se em si, sem uma preocupação com os outros ou com a sociedade, e essa estreiteza tornou-se parte da cultura contemporânea.

O segundo mal-estar seria o que define como “primazia da razão instrumental”, que já citamos anteriormente. Para o autor, a perspectiva da razão instrumental faz com que o homem haja baseado em cálculos sobre a aplicação mais econômica dos meios para determinado fim. A eficiência máxima e a melhor relação custo-benefício são a medida de sucesso, com mecanismos impessoais.

O terceiro mal-estar está relacionado às consequências do individualismo e da razão instrumental para a vida política. As estruturas e instituições da sociedade industrial tecnológica impelem-nos a atribuir um peso à razão instrumental. Assim, esses mecanismos impessoais podem acabar reduzindo nossa liberdade política, fazendo com que as escolhas acabem por ser feitas pelo “irresponsável poder tutelar” (TAYLOR, 2011, p. 19). O autor cita como causa uma aceitação do “relativismo”, sendo que cada pessoa escolhe a própria maneira de viver, baseada

no próprio sentido do que é realmente importante ou de valor. Trata-se de um “individualismo da autorrealização”, centrado no “eu” e o desligamento de todas as preocupações que transcendem a si mesmo.

Diante disso, Taylor (2011) aponta a necessidade de refletir sobre o que chama de “horizontes inescapáveis” da vida social, que nem sempre são percebidos pela consciência do indivíduo que age apenas pela própria liberdade, com sua noção de certo e errado. A partir daí começa nossa autenticidade, no entendimento do que é significativo, independentemente da própria vontade. “Definir-me significa encontrar o que é significativo na minha diferença dos demais” (TAYLOR, 2011, p. 44).

Enquanto isso não ocorre, entre as consequências do individualismo está o autoritarismo. Por um lado, a autoridade se tornou necessária para que fosse possível manter a harmonia e a igualdade almejada. Para Stork e Echevarria (2011), neste sentido a justiça e o direito se tornaram elementos fundamentais da vida social e as instituições foram criadas para organizar a sociedade. Por outro lado, quando a autoridade é exercida através da força, temos situações de autoritarismo, em que a liberdade é desconsiderada e as pessoas são tratadas como se não pudessem se responsabilizar por elas mesmas. No caso de uma autoridade institucionalizada, seja Estado ou religião, é como se tratasse os homens como incapazes, desconsiderando, inclusive, que a própria autoridade é exercida por um homem.

Conforme Stork e Echevarria (2011), o modelo de relações interpessoais tende a refletir uma lógica capitalista do mercado e da mentalidade empresarial. Assim, mesmo as instituições que têm uma lógica de solidariedade, se forem tomadas pelo individualismo acabam por se reduzir à busca de benefício, se degradam, se corrompem.

Para Ortega y Gasset (1927), a civilização europeia produziu o que chama de rebelião das massas, que por um lado teve um ótimo aspecto: representou um fabuloso crescimento que a vida humana experimentou no nosso tempo. Por outro, significou a desmoralização da humanidade. Ao analisar a interferência europeia, o autor acredita que desde o século do XV a humanidade entrou em um gigantesco processo de unificação a partir de uma influência autoritária de grupos europeus homogêneos, que buscaram uma unificação. Mesmo sem utilizarem a força,

conseguiam essa unificação a partir de influências de poder, como através das monarquias e da Igreja. Porém, com a rebelião das massas, há uma recusa a autoridade, que significa também a negação de legislações, que embora não fossem ideais, serviam para algum tipo de equilíbrio.

A Europa havia criado um sistema de normas cuja eficácia e fertilidade os séculos demonstraram. Estas normas não são, de modo algum, as melhores possíveis. Mas são, sem dúvida, definitivas enquanto não existam ou se divisem outras. Para superá-las é imprescindível parir outras. (ORTEGA Y GASSET, 1987, p. 252).

Ao identificar as massas, Ortega y Gasset (1987) deixa claro que não se refere a classe inferior, mas de grupos de homens, independente de classes sociais, acometidos pelo que considera uma anormalidade: passam a desconsiderar o passado, como se fosse uma época de limitações e obrigações, da qual querem estar livres. Porém, passam a preocupar-se apenas com o agora e com o próprio bem-estar, de forma materialista. Esse homem-massa passa então a sentir-se superior em relação a toda tradição anterior, relevando o moderno, como a técnica e o avanço da ciência. O livro foi escrito em 1929, mas muitas considerações permanecem atuais. O próprio autor cita Comte, que apesar de ser um dos precursores do positivismo, reconhecia que a moral, bem como algum tipo de regra, era necessário: “Sem um novo poder espiritual, nossa época, que é uma época revolucionária, produzirá uma catástrofe” (COMTE *apud* ORTEGA Y GASSET, 1987). Também cita Nietzsche, que previa, a partir daquela realidade, o niilismo, ou seja, com a ausência de crenças e os valores tradicionais, a existência deixa de ter sentido ou utilidade. Ao invés da individualidade, da personalidade, o homem-massa é um rosto a mais, mas, ao mesmo tempo, individualista, que só pensa em si mesmo.

Se pensarmos na sociedade como um organismo social, as consequências do individualismo são para todos. Há um desequilíbrio, que em si já pode ser considerado desumanização: aos que não têm, há uma privação de direitos, do mínimo para uma vida digna, como casa, comida e saúde. Em um ciclo, podemos ter, como consequência, desigualdade e violência. Antes, a moral parecia prisão. Agora, com a noção de liberdade compreendida como fazer o que se quer, chega-se

a outro extremo, a uma sensação de superioridade, sem no entanto ser suficiente, como já observava Ortega y Gasset (1987):

O homem-massa sente-se perfeito. Um homem de seleção, para sentir-se perfeito, necessita ser especialmente vaidoso, e a crença na sua perfeição não está consubstancialmente unida a ele, não é ingênua, mas chega-lhe de sua vaidade e ainda para ele mesmo tem um caráter fictício, imaginário e problemático. Por isso o vaidoso necessita dos demais, busca neles a confirmação da ideia que quer ter de si mesmo. De sorte que nem ainda neste caso mórbido nem ainda “cegado” pela vaidade, consegue o homem nobre sentir-se em verdade completo. (ORTEGA Y GASSET, 1987, p. 86 – 87).

Outro problema, que talvez seja um dos que mais afete o jornalismo, é a despersonalização. Fazemos parte de um sistema anônimo, reconhecidos como clientes, pacientes, fontes, etc. Seguimos sendo vistos como homens-massa, como observou Ortega y Gasset (1987).

Paradoxalmente, no jornalismo muitas vezes interessa o reconhecimento. O personagem ganha um rosto, nome próprio e profissão. Porém, ao invés e personalizar, tais características muitas vezes despersonalizam: a foto postada em uma rede social é descontextualizada para ilustrar determinada notícia. As informações, geralmente, são verdadeiras, mas muitas vezes perpetuam preconceitos que há séculos são combatidos.

Nesse sistema de individualismo e despersonalização, a valorização é de acordo com a força de trabalho e a função de cada um: o motorista do ônibus não é ninguém, é apenas um motorista de ônibus. Este modo de explicar a sociedade, denominado funcionalismo, deixa pouca margem para a liberdade da pessoa: você só é alguém na medida em que tem um registro, um papel na sociedade, e ao tê-lo não é mais que esse registro lhe impõe ser. (STORK; ECHEVARRIA, 2011). Neste sentido, o valor da pessoa humana equivale a uma máquina, muitas vezes até menos, se essa máquina puder substituí-lo, como já ocorre em diversos casos. Ao invés de rostos, os homens são contratos, segmentados por pastas, não por sua individualidade, mas por sua funcionalidade.

Neste sentido, nas reflexões sobre o ser humano, identificamos dois aspectos intrigantes: por um lado, na questão dos direitos somos impelidos a agir de acordo com interesses pessoais, sem refletir sobre as consequências para o outro. Por

outro, na questão dos deveres, há uma generalização da responsabilidade: costumamos nos referir aos problemas culpando um grupo, uma classe, a sociedade ou o “sistema”. Mesmo no jornalismo, é cada vez mais frequente que as fontes sejam instituições, não pessoas.

A consequência é que enquanto a “culpa” for de todos, também não será de ninguém. Para Marias (1998), cada um precisa reivindicar o direito que tem de ver as coisas por si mesmo e a decidir por si mesmo - o que poderia ter evitado grandes maldades coletivas. O autor lembra que durante o século passado ocorreram fatos atroz, não catástrofes como terremotos e inundações, que não procedem da vontade humana, mas outros atos, que consistem maldades:

Por quê? Porque as pessoas se deixaram manipular, porque houve grupos minoritários, sumamente minoritários em comparação com o conjunto, que levaram as pessoas à loucura, à demência, ao fanatismo, à maldade em suma. Assim, ao falarmos da moral coletiva voltamos ao ponto de partida, isto é, ao lugar no qual reside propriamente a moral: a vida pessoal, a vida individual, a de cada um de nós [...] (MARIAS, 1998, arquivo eletrônico).

Em outras palavras, o autor acredita que apesar da liberdade ter inconvenientes, estes não podem ser evitados suprimindo a liberdade, mas é necessário um apelo à moral individual, que em resumo se trata da personalidade. Para Marias (1998), o importante é que as pessoas não abdicem de sua personalidade e não se deixem levar por opiniões coletivas.

Ao dissertar sobre a razão prática, Kant (1995) sugere que o ponto de partida da moralidade deve ser a consciência do dever. O homem se sente responsável, sente o dever, mas isso pressupõe que seja livre. Neste sentido, independente de legislações formais, cada ser humano deveria se pautar por respeito do dever. Para Kant, a imoralidade está em tomar as pessoas como meios para algum fim, ideia que podemos remeter à objetificação e a outras compreensões da desumanização.

Assim, embora identifiquemos um processo de desumanização que é social e histórico, o alerta é para que possamos buscar em nós mesmos os mapas mentais que originam pensamentos e ações desumanas, e o que precisamos mudar para alcançar a equidade, que compreende não apenas a igualdade, mas a apreciação dos fatos a partir da justiça. É considerada uma virtude de quem manifesta senso de justiça, com respeito à igualdade de direitos.

Para Arendt (1987), a cidadania é o “direito a ter direitos”, que deveria ter como consequência um espaço público de igualdade entre os indivíduos tornados cidadãos. Contudo, como vimos anteriormente e pretendemos pontuar também nos próximos capítulos, as práticas sociais conduziram à desigualdade, sendo que até mesmo as legislações são insuficientes.

No sentido de desumanização, as pessoas passam a ser a imagem criada a partir dos estereótipos, com significados de acordo com a formação pessoal de quem vê. Os valores antropológicos universais dão lugar às diferenças sociais e culturais: “Deixam de ser humanos o islamita, o capitalista, o comunista, o fascista”. (MORIN, 2005, p. 60).

Poderíamos pensar que esses aspectos melhoraram com o tempo, afinal nos sistemas coloniais a escravidão era legitimada pelo Estado e na modernidade, conforme Santos (1999), a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social. Porém, embora a desigualdade e a exclusão sejam agora tratados como exceções ou incidentes, isso nem sempre ocorre:

[...] a partir do momento em que o paradigma da modernidade converge e se reduz ao desenvolvimento capitalista, as sociedades modernas passaram a viver a contradição entre os princípios de emancipação, que continuaram a apontar para a igualdade e a integração social, e os princípios de regulação, que passaram a gerir os processos de desigualdade e exclusão produzidos pelo próprio sistema capitalista (SANTOS, 1999, p.3)

Em sua reflexão, Santos (1999) aponta para a existência de uma hierarquização social, dentro da qual preconceitos como o racismo contém elementos tanto da desigualdade, no eixo sócio-econômico, quanto de exclusão, no eixo cultural. A integração desigual ocorre primeiro através da exploração colonial e, depois, através da imigração, o que contribuiu para que o sistema continue desigual e excludente.

Conforme Taylor (2010), em todo esse contexto de comunicação de massa tem a possibilidade de eliminar ou reduzir antigas barreiras, com a influência de múltiplos fenômenos sociais na construção do “eu”. Assim, diferentes culturas são rapidamente disseminadas, com a ampliação de ideias e valores através dos atuais meios de comunicação e, principalmente, pela internet. Porém, na busca pela

homogeneização cultural, essa disseminação de informações e contato com novas culturas pode gerar novos conflitos. Ou seja, a comunicação tem o potencial de reduzir distâncias simbólicas ou ampliá-las ainda mais.

A partir destes fenômenos, Taylor (2007) busca desenvolver uma “ética da autenticidade”, levando em conta tanto o contato direto com diferentes culturas, inclusive embates, e também a informação, que influencia direta ou indiretamente grupos e também valores individuais. O filósofo defende uma formação regida por determinados padrões éticos, com padrões de reconhecimento, não baseados apenas na individualidade, nem nos padrões sociais, principalmente nos casos de grupos que tenham sido socialmente rotulados erroneamente e de forma pejorativa.

Como aponta Comparato (2003), desde a era axial, como o filósofo Karl Jaspers chamou o período que decorre entre 800 aC. e 200 aC., enunciaram-se os grandes princípios e estabeleceram-se as diretrizes fundamentais da vida, em vigor até hoje. Segundo ele, o cristianismo, em particular, começou a propor a exigência do amor universal. A partir de então, laços de aproximação começam a ser estabelecidos, com proposições filosóficas de pensadores como Confúcio, Buda e Heródoto, em diferentes lugares do mundo.

Contudo, na prática ainda foram séculos de legitimação de desigualdades, por pessoas, governos e instituições. Foram necessários vinte e cinco séculos para que a ideia de que os indivíduos podem ser enquadrados em uma categoria geral fosse consenso e a primeira organização internacional reunisse quase a totalidade de culturas para promulgar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (COMPARATO, 2003).

Antes disso, conforme Comparato (2003), houve outros documentos que já traziam o embrião dos direitos humanos, mas ainda restritos a determinados grupos sociais, basicamente clero e nobreza. Entre eles estavam a Declaração das Cortes de Leão, em 1188, e a Magna Carta, em 1215. A partir do século XVII, com a ascensão da burguesia e de movimentos sociais, a discussão ganha força e dois documentos se destacam: a Declaração Francesa, de 1789, e a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776. Esta última foi antecedida em duas semanas pela Declaração dos Direitos da Virgínia, de 16 de junho de 1776, que segundo o autor constitui o registro de nascimento dos direitos humanos na história

e o reconhecimento que os homens são iguais por natureza. No artigo 1 traz: “Todos os seres humanos são, pela sua natureza, igualmente livres e independentes, e possuem certos direitos inatos, dos quais, ao entrarem no estado de sociedade, não podem, por nenhum tipo de pacto, privar ou despojar sua posteridade [...]” (*apud* COMPARATO, 2003).

Logo também surgiram as constituições, entre elas a brasileira, em 1888, e os códigos civis, sendo o Código Civil Brasileiro de 1916.

Para Comparato (2003), a internacionalização dos direitos humanos teve início na metade do século XIX e terminou com a Segunda Guerra Mundial. No campo do chamado direito humanitário, que na época se preocupava especialmente com a situação com os soldados prisioneiros, doentes e feridos, o primeiro documento foi a Convenção de Genebra, em 1864, a partir do qual se fundou, em 1880, a Cruz Vermelha. Em relação à luta contra a escravidão, em 1890 houve o Ato de Conferência Geral de Bruxelas, na qual se estabeleceu os primeiros atos de repressão ao tráfico de escravos africanos.

A Organização Internacional do Trabalho, fundada em 1919, também passou a atuar em diferentes países para garantir direitos trabalhistas e até o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, havia aprovado 67 convenções internacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, e as atrocidades cometidas até então, reforça a necessidade histórica dos direitos humanos e culmina com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, enunciados pela Organização das Nações Unidas durante uma Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 10 de dezembro de 1948.

Conforme a ONU, logo após a publicação, a organização da Assembleia solicitou a todos os Países Membros que publicassem o texto da Declaração para que fosse divulgado principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma baseada na situação política ou econômica dos países ou estados.

No Brasil, conforme Comparato (2003), o conteúdo foi promulgado em 25 de junho de 1957 e entre 1945 e 1998 outras 21 convenções internacionais dedicadas ao assunto foram organizadas. Contudo, o mais importante é garantir a obrigatoriedade dos direitos humanos, não apenas a proposição deles. Entra então o papel da ordenação jurídica, que começa a incluir os direitos humanos.

Em 1993, ocorreu em Viena, na Áustria, a II Conferência Internacional dos Direitos Humanos, que debateu, entre outros temas, a questão da diversidade, que tornaria os direitos humanos não aplicáveis ou relativos de acordo com padrões culturais e religiosos diferentes. A carta elaborada no evento introduz a noção de equidade, sendo o Artigo 5:

Art. 5 Todos os Direitos do homem são universais, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados. A comunidade internacional tem de considerar globalmente os Direitos do homem, de forma justa e equitativa e com igual ênfase. Embora se devam ter sempre presente o significado das especificidades nacionais e regionais e os antecedentes históricos, culturais e religiosos, compete aos Estados, independentemente dos seus sistemas político, econômico e cultural, promover e proteger todos os Direitos do homem e liberdades fundamentais. (CONFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS, VIENA, 1993)

No Brasil, além da menção em documentos e legislações, os direitos humanos começam a fazer parte na política do Estado com a criação da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, instituída pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 17 de abril de 1997. Em 1999, foi transformada em Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, sendo que o titular passou a ter status de ministro de Estado. Em 2003, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Secretaria Especial de Direitos Humanos, além da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que passaram a integrar a estrutura da Presidência da República.

Em 2 de outubro de 2015, na reforma ministerial da presidente Dilma Rousseff, a pasta foi unificada com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres e se tornou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Em 2016, o ministério chegou a ser extinto e depois recriado em 2017 com o nome de Ministério dos Direitos Humanos. Em 2019, no governo de Jair Bolsonaro, foi transformado em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹¹.

Ao tratar sobre os direitos humanos, Comparato (2003) reflete também sobre as contradições, que vão em consonância com o que busquei refletir até aqui. De um

¹¹ Disponíveis em <https://www.mdh.gov.br/>, acesso em 15 de abril de 2019.

lado está a promessa de universalização da ideia do ser humano como sujeito de direitos anteriores a qualquer organização estatal. De outro lado, o surgimento dos Estados totalitários, que foram uma forma de supressão dos direitos do homem. De um lado, o ideal de igualdade e condições básicas de vida para todos os homens. De outro, na prática, a demonstração do quão precário é o princípio da solidariedade social, base dos chamados direitos humanos, diante do ressurgimento universal dos ideais individualistas. Baseado nas reflexões de Aristóteles, Comparato (2003) defende que o fundamento ou princípio de algo existe sempre fora dele, como sua causa transcendente. No caso dos direitos humanos, como um direito natural, regido pela igualdade e equidade, bem como a necessidade de fraternidade e ética pessoal para que seja concretizada.

Através do levantamento teórico, é perceptível que as determinações dos códigos deontológicos das profissões, civis, penais e da Declaração dos Direitos Humanos não estão sendo suficientes para minimizar episódios de desumanização. O pensamento abissal, discutido por Santos (2007), parece fazer parte do inconsciente coletivo, inclusive de jornalistas, e se mostra através de um tratamento muitas vezes boçal, no sentido literal da palavra. Nos colocamos sempre “deste lado da linha”, mesmo que façamos parte do outro.

Conforme Santos (2002), há alternativas: “Da minha perspectiva, para haver mudanças profundas na estruturação dos conhecimentos é necessário começar por mudar a razão que preside tanto aos conhecimentos como à estruturação deles. Em suma, é preciso desafiar a razão indolente”. (SANTOS, 2002, p. 241). E neste sentido a comunicação pode ser tanto a causa como a alternativa para as mudanças, como os próximos capítulos pretendem refletir.

4. DA COMUNICAÇÃO AO JORNALISMO

Segundo Stork e Echevarria (2011), a vida social é constituída por dois elementos: o primeiro é a ação humana, já que a sociedade surge das trocas entre os homens e das relações estabelecidas entre eles. O outro elemento é a linguagem, sem a qual não existiria sociedade, já que não podemos nos manifestar, nem compartilhar conhecimento, nem dialogar com os demais. Para Aristóteles, é justamente pela capacidade de comunicação, através das diferentes formas de linguagem, que o homem se diferencia de outros animais que também vivem em sociedade. Além disso, é essa habilidade natural que nos torna capazes de compreender as consequências de nossas ações.

É evidente, assim, a razão pela qual o homem é um animal político em grau maior que as abelhas ou todos os outros animais que vivem reunidos. Dizemos, de fato, que a natureza nada faz em vão, e o homem é o único entre todos os animais a possuir o dom da fala. Sem dúvida os sons da voz exprimem a dor e o prazer e são encontrados nos animais em geral, pois sua natureza lhes permite experimentar esses sentimentos e comunicá-los uns aos outros. Mas quanto ao discurso, ele serve para exprimir o útil e o nocivo e, em consequência, o justo e o injusto. De fato, essa é a característica que distingue o homem de todos os outros animais: só ele sabe discernir o bem e o mal, o justo e o injusto, e os outros sentimentos da mesma ordem; ora, é precisamente a posse comum desses sentimentos que engendra a família e a cidade. (ARISTÓTELES *apud* STORK; ECHEVARRIA, 2011, p. 1983).

É através da comunicação entre os seres humanos que expressamos necessidades básicas e também as narrativas sociais, ou seja, relatos de eventos, experiências, verdadeiros ou fictícios, são construídos. Tudo isso colabora para a construção das imagens mentais e nossa visão da realidade e que nos conduzem a ações, boas ou más. Para Stork e Echevarria (2011), desde a origem da humanidade a educação dos povos acontece através de todo tipo de narrativas: mitos, lendas, sagas, família, escola e também através dos meios de comunicação.

Contar histórias tem uma influência prática maior que os discursos teóricos na configuração dos tipos de conduta dos povos. A transmissão oral (o conto narrado pela mãe aos filhos antes de que lhes envolva o sono), a novela, a épica, o drama, o cinema, etc., são veículos para a transmissão desses modelos. Por isso a arte narrativa tem uma enorme influência na vida humana, pois gera condutas (a criança quer ser guerreiro, o empresário triunfador desperta ilusões nos estudantes de empresa, o gesto

desinteressado de uma mulher boa move à atenção mundial para as carências do chamado Terceiro Mundo). (STORK; ECHEVARRIA, 2011).

Para os autores, ter modelos não é nem bom nem mau, é algo “simplesmente humano”. A pergunta é: que modelos? No caso dos meios de comunicação, que modelos estamos difundindo?

Diante da complexidade do mundo, a narrativa é uma das respostas humanas para organizar o caos, conforme observa Medina (1999). Cornu (1994) faz uma reflexão semelhante, já relacionada aos meios de comunicação: no fluxo ininterrupto, efervescente e confuso dos acontecimentos, a imprensa opera como um filtro, “tentando distinguir o que é notável, cuja comunicação na forma de notícias permitirá a cada membro do público reduzir a incerteza que sente em face do seu próprio ambiente” (CORNU, 1994, p. 259).

No mesmo sentido, Ricoeur (1994) considera as narrativas como um meio de reconfigurar a nossa confusa e difusa experiência temporal: “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”. (RICOEUR, 1994, p. 15).

Neste sentido, o jornalismo também colabora para a construção das narrativas sociais. Para Ricoeur (1994), no caso dos enunciados noticiosos, é importante ressaltar que a força narrativa não está nas qualidades narrativas intrínsecas ao texto (estruturas) das notícias e reportagens, nem nos estilos ou gêneros jornalísticos (descrição, narração), mas principalmente na compreensão da comunicação jornalística como uma forma contemporânea de lidar com o tempo, domar o presente, mediar a relação entre um mundo temporal e ético e um mundo refigurado pelo ato de leitura. Portanto, de ordenar compreensivelmente o desenvolvimento caótico do contemporâneo. Acrescentamos a estas reflexões a possibilidade de humanizar ou desumanizar, com uma responsabilidade quase assustadora de reproduzir padrões ou produzir novos significados.

Conforme Kunczik (2002), alguns personagens podem ser considerados antecessores dos jornalistas, entre eles os mensageiros, os viajantes e os escrivães públicos, que costumavam comentar os acontecimentos em locais públicos como

feiras e mercados. Depois disso, há ainda os editores de livros, os diplomatas e alguns negociantes, que tinham acesso a informações privilegiadas e a possibilidade de compartilhá-las. Segundo Pena (2008), a distribuição de informações começa com as *lettere d'avvisi*, no século XIII, seguidas pelas gazetas, que ainda eram manuscritas, entregues periodicamente e que tratavam fundamentalmente sobre temas de interesse mercantil. Conforme Kunczik (2002), os primeiros jornais publicados com regularidade teriam sido o *Aviso* e o *Relation*, em 1609, na Alemanha.

Entretanto, Marcondes Filho (2002) aponta como início do jornalismo a data de 1789, pois considera que até aquele ano a atividade era mais artesanal, com uma tiragem pequena, que atendia interesses específicos. O autor divide o jornalismo em quatro fases: a primeira é o jornalismo político e literário; a segunda é o jornalismo de informação; a terceira é o jornalismo na era da cartelização e a quarta o jornalismo na era da internet. O autor, junto com Schudson (2010) e Traquina (2005), nos ajudam a compreender aspectos históricos destas fases.

Já Charron e Bonville (2016) trazem uma nova abordagem, separando o jornalismo em quatro fases: de transmissão, de opinião, de informação e de comunicação. Os três primeiros se assemelham as compressões de Marcondes Filho (2010), que será tratado no próximo item. Estas fases são apontadas pelos autores como uma mudança “normal”, ocasionada pela prática cotidiana e pelos aspectos tecnológicos que avançam no espaço-temporal. Já na última apontam a existência de uma crise paradigmática, assim compreendida por abranger, além das competências dos jornalistas, uma longa série de acontecimentos, de acordo com as circunstâncias, econômicas, tecnológicas e modelos de negócios.

As duas abordagens, de Marcondes Filho (2002) e Charron e Bonville (2016), nos dão importantes contribuições para avançarmos na compreensão da desumanização no jornalismo.

4.1 DO JORNALISMO DE OPINIÃO AO FUNCIONAL POSITIVISMO

Na abordagem de Marcondes Filho (2010), a primeira fase do jornalismo vai de 1798 até a virada do século XIX, sendo que o principal enfoque era a defesa de interesses políticos, através de um jornalismo opinativo. As redações eram formadas por políticos, escritores e outros intelectuais.

Para Schudson (2010), nessa fase os jornais eram financiados por partidos políticos ou candidatos, sendo que os profissionais que atuavam desempenhavam diversas funções e os “jornalistas eram geralmente pouco mais que secretários que dependiam daquela panelinha de políticos, comerciantes, corretores e candidatos a cargos públicos para manter sua posição e emprego”. (SCHUDSON, 2010, p. 27). Conforme o autor, essa prática era comum e o jornal dependia dela, já que o público também era restrito: um jornal custava seis centavos, sendo que na época o salário dos trabalhadores nos Estados Unidos era inferior a 85 centavos. Com isso, a tiragem dos jornais não ultrapassava dois mil exemplares diários.

Segundo Schudson (2010), a segunda fase coincide com o crescimento da urbanização, a ampliação da alfabetização e, com isso, o crescimento do público. Também é impactada pela modernização, com as novas formas de impressão. Surge então a chamada *penny press*, em alusão ao preço de um centavo, que significava um valor muito menor em relação aos jornais *six penny*, de seis centavos. É o início do jornalismo de informação, que também traz o ideal da objetividade e da separação de fatos e opiniões - em oposição à fase anterior.

Os penny papers se consolidaram no mundo por meio de sua larga circulação, e da publicidade que isso atraiu, mais do que por contar com a venda de assinaturas e os subsídios provenientes de partidos políticos. Esse fato racionalizou a estrutura econômica da edição de jornais. Fontes de receita que dependiam de laços sociais ou posição política foram substituídas por receitas de publicidade e vendas com base no mercado (SCHUDSON, 2010, p.30).

Medina (2008) também percebe a lógica positivista refletida no jornalismo desde essa época no “tom afirmativo perante fatos, a busca obsessiva pela precisão de dados, a fuga das abstrações e delimitação de fatos determinados” (MEDINA,

2008, p. 25). Com isso foram adotadas técnicas, como a narrativa em terceira pessoa, que oculta a presença do repórter.

O pensamento positivista considerava a observação como única forma de chegar à verdade, o jornalismo passou a dedicar grandes esforços na apuração, o que refletiu no rigor e checagem de informações. Por outro lado, ao assimilar o espírito cartesiano, as notícias passaram a centrar os fatos isoladamente, o que refletiu na fragmentação da realidade e, por consequência, na fragmentação do pensar.

A obstinação pelas certezas promoveu um grande esforço para a procura pela verdade. Isso levou os jornalistas a acreditarem que poderiam publicar a verdade e que suas notícias seriam “espelho da realidade”. Esta percepção ficou conhecida como Teoria do Espelho, assim definida porque os jornalistas acreditavam que as notícias são como são porque a realidade assim as determina (TRAQUINA, 2005). Nesta perspectiva, havia a defesa de que o relato pudesse se restringir a descrição dos fatos, tal como aconteceram, sendo o jornalista um comunicador desinteressado, que conta a verdade sempre.

Nos Estados Unidos, esse se tornou um movimento de preservação dos valores inerentes à atividade jornalística, em face a sua deteriorização, precisamente quando a notícia passa a ser um produto à venda, frágil diante dos interesses econômicos dos produtores de conteúdo. Contudo, para Lage (2001), a competência profissional passou a ser medida pela capacidade de exatidão:

O conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem; é, na realidade, abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia. A competência profissional passa a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia. (LAGE, 2001, p. 15).

Desconsidera-se, neste caso, todos os aspectos que não são possíveis capturar através da observação ou são impossíveis de explicar mesmo racionalmente. Também desconsidera-se a subjetividade de qualquer ser humano, cientista ou jornalista.

Para Morin (1999), ao buscar o apagamento do sujeito, também há o risco de que a responsabilidade seja de todos e de ninguém, como já observado anteriormente. Ao contrário, admitir que até mesmo o método científico não exclui a subjetividade do pesquisador é abrir espaço para a humanização e também para a ética, que pressupõe um sujeito responsável.

A ciência na concepção “clássica” que ainda reina em nossos dias, separa por princípio fato e valor, ou seja, elimina do seu meio toda consciência ética e baseia seu postulado de objetividade na eliminação do sujeito do conhecimento científico. Não fornece nenhum meio de conhecimento para saber o que é o sujeito. (MORIN, 1999, p. 117).

No caso do jornalismo, Lage (2001) também acredita que o apagamento do sujeito-repórter, com a narrativa em terceira pessoa, trouxe uma ausência de responsabilidade individual.

Da organização industrial decorre o esvaziamento da responsabilidade pessoal de cada jornalista diante do público, em favor da coletivização da responsabilidade. Na contingência de propriedade privada, ou centralização burocrática, tal responsabilidade é transferida, em última análise, aos editores e chefes e, através deles, à empresa (LAGE, 2001, 21).

Segundo Schudson (2010), entre os aspectos positivos desta fase está a profissionalização. Anteriormente, a cobertura de política de Washington e Nova York, por exemplo, era feita por membros do Congresso que escreviam ocasionalmente para os jornais. Já na fase do jornalismo informativo, o jornalista passa a ser remunerado, os jornais começam a contratar jovens diplomados e também admitir correspondentes estrangeiros.

A expansão da imprensa, que implicou o desenvolvimento do capitalismo, a alfabetização de cidadãos, a constituição de centros urbanos, a emergência de um novo sistema de governo, e uma constante luta em prol da liberdade e de autonomia, tornou possível o aumento do número de pessoas que se dedicava integralmente à atividade jornalística, que por sua vez, se orientava por novos valores, em consonância com as enormes responsabilidades sociais que o novo sistema de governo – a democracia – definia para o poder emergente, o novo designado “Quarto Poder” (TRAQUINA, 2005, p.74).

Surgem também as grandes empresas jornalísticas, que inauguram a terceira fase do jornalismo, definida como Marcondes Filho (2000) como cartelização,

compreendida de 1900 a 1960. Habermas (2003) relaciona a cartelização e o monopólio dos meios de comunicação aos avanços tecnológicos da época. Segundo ele, a evolução dos meios de transmissão, com o telefone, o telégrafo sem fio, a telecomunicação e o rádio, possibilitou a unificação organizacional. Surgem também as agências de notícias, que possibilitam a sincronização das redações e geram a padronização do noticiário. Os jornais locais se tornam dependentes de grandes jornais e alguns se tornam afiliados (HABERMAS, 2003, p. 219).

No Brasil, segundo Werneck Sodré (1999), todo esse processo também aconteceu, mas de forma tardia. No início do século XX, enquanto o jornalismo norte-americano e europeu, por exemplo, já estavam na fase da informação e posteriormente da cartelização, no Brasil ainda havia características do jornalismo de opinião. As redações começavam a se profissionalizar, mas ainda havia a busca do jornal como uma vitrine e uma renda complementar. Enquanto isso, na imprensa internacional, além da atuação em tempo integral, começava a divisão de trabalho nas redações, com uma separação entre o departamento comercial e de jornalismo. Traquina (2005) cita ainda como característica dessa fase o início da utilização das testemunhas oculares, o surgimento da entrevista e da reportagem descritiva.

Schudson (2010) também aponta como estratégia para ganhar leitores, ainda pouco alfabetizados, o uso do *lead*, respondendo já no primeiro parágrafo as principais perguntas da notícia: o quê, quando, como, onde e por que. Para Cornu (1994), *lead* responde a perguntas formuladas há mais de 20 séculos por Quintiliano, preceptor dos sobrinhos do imperador Domiciano: *quis, quid, ubi, quibus auxiliis, cur, quomodo, quando?*, antes já relacionado à constituição de narrativas.

Para conseguir as respostas às perguntas, o jornalismo segue utilizando técnicas como as entrevistas, feitas sobretudo pelo repórter, figura que foi ganhando relevância à medida que as empresas cresciam e o jornalismo também ampliava o número de leitores e sua função social.

Conforme Bulhões (2007), na Guerra de Secessão ou Guerra Civil dos Estados Unidos, no século XIX, houve ainda outra demanda: a presença do repórter no local do acontecimento, que inaugura também a reportagem como gênero jornalístico.

A irrupção da reportagem na história do jornalismo, ocorrida no século XIX, se faz com a evidência a um aspecto que a acompanharia desde então, tornando-se um traço essencial do gênero: a necessidade do jornalista – o repórter – no palco das ações dos acontecimentos, trazendo a voz de quem convive estreitamente com os fatos. (BULHÕES, 2007, p. 45).

Um dos autores brasileiros cujo registro dos acontecimentos foi feito a partir do palco das ações é Euclides da Cunha, correspondente de O Estado de São Paulo na Batalha de Canudos, em 1897. Posteriormente, parte das narrativas serviu de base ao seu consagrado livro “Os Sertões”.

Posteriormente, João Paulo Alberto Coelho Barreto, conhecido como João do Rio, começou a percorrer o Rio de Janeiro e registrar o cotidiano dos cariocas, no início do século XX. Ele é considerado por muitos como o “pai da reportagem” e o primeiro repórter de rua brasileiro (MEDINA, 1988). De acordo com Medina (1988), até então não era comum sair às ruas, observar os acontecimentos e conversar com as pessoas, não apenas grandes personalidades, mas também anônimos, sobre qualquer assunto. Sobre a metodologia de João do Rio, a autora destaca alguns aspectos, entre elas a humanização:

- a) Observação da realidade.
 - b) Coleta de informações, por meio da entrevista a fontes específicas (ex: a enquete no Momento Literário), a fontes anônimas (reportagens, crônicas de tipos e situações), ou a fontes imprecisamente identificadas (reportagens como “Religiões do Rio”).
 - c) A Ampliação da informação nuclear em um certo aprofundamento de contexto, de humanização e de reconstituição histórica.
- [...] E quanto ao tratamento estilístico:
 Descrição de ambientes e fatos e o repórter como narrador. O diálogo repórter/fonte. O ritmo narrativo da reportagem. A frase e os recursos literários. (MEDINA, 1988, p. 54)

Depois de João do Rio, diversas gerações de jornalistas passaram a adotar a entrevista como técnica, e também a estética do trabalho de Barreto. A sensibilidade, o diálogo, o aprofundamento. Se considerarmos registros como a série *Imprensa Brasileira - Personagens que fizeram história* (2005), organizada por José Marques de Mello, encontramos dezenas de nomes que se destacaram por uma apuração com características semelhantes.

Entre os personagens listados por Marques de Mello (2005) está Samuel Wainer, cuja biografia inclui uma entrevista exclusiva com o ex-presidente Getúlio

Vargas, em 1949. Pouco antes, Wainer havia sido exilado por causa de uma reportagem que contrariava o governo Vargas e poderia pensar, por isso, que jamais seria recebido pelo político, que inclusive estava evitando dar declarações aos jornais. Mesmo com a perspectiva, durante uma viagem que fez ao Rio Grande do Sul com o objetivo de fazer reportagens sobre a produção de trigo, foi recebido e publicou nos jornais dos Diários Associados a entrevista com a famosa afirmação: “Voltarei como líder de massas”¹².

Porém, ao longo do tempo há o triunfo da razão, em oposição ao transcendental, como já refletido. Neste sentido, desde o jornalismo informativo, com a tentativa de separar fatos de opiniões, essa lógica racionalista-positivista prevaleceu no jornalismo.

A última fase, chamada por Marcondes Filho (2000) de jornalismo na era da internet, tem algumas das características da racionalidade científica acentuadas, pelas mudanças nos processos de produção, que fazem com que o jornalista esteja cada vez menos no local do acontecimento e mais nas redações. As apurações acontecem principalmente por meios eletrônicos, como o telefone. Ainda que a distância física e as novas tecnologias não estejam diretamente relacionados à desumanização, os desafios das novas configurações das redações se acentuaram com o jornalismo de comunicação.

4.2 DO FUNCIONAL POSITIVISMO AO JORNALISMO DE COMUNICAÇÃO

O surgimento de novas tecnologias de informação e comunicação foi um dos propulsores do que Charron e Bonville (2016) chamaram de Jornalismo de Comunicação, fase influenciada por várias outras circunstâncias, não apenas pela tecnologia. Para os autores, à medida que as novas tecnologias se tornaram disponíveis, houve uma mudança no perfil do público consumidor, do mercado e a própria forma de acesso à informação. Para eles, o jornalismo de comunicação contempla novos recursos na construção das narrativas, desde a seleção, produção e circulação das informações.

¹² Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/samuel_wainer. Acesso em 29 de junho de 2019.

Em relação às tecnologias, tivemos ao menos duas fases que impactaram o jornalismo e antecederam o Jornalismo de Comunicação. A primeira foi o que Verón define como a Sociedade dos Meios, na qual os equipamentos eletrônicos passaram a ser um meio, ou seja, o computador ou os softwares eram meios através dos quais o jornalista apurava e escrevia para o jornal impresso, a TV, o rádio. O foco era a evolução tecnológica. A máquina de escrever foi substituída pelo computador. A diagramação manual substituída por softwares. Quanto à relação com o público, ainda era semelhante: o e-mail substituiu a carta, mas continuava uma relação linear.

Em seguida ocorre a fase conhecida como midiatização, que abrange também os aspectos sociais da relação entre os meios e a sociedade, sobretudo após a *web 2.0*, que possibilitou maior interação com o público. Além disso, o consumo de informações também passou a ocorrer na internet, impactando diretamente os meios de comunicação tradicionais, como o jornal impresso e a revista. Em relação ao jornalismo, há um impacto direto nos modelos de negócios tradicionais. Canais de TV a cabo e online tiraram a hegemonia da TV aberta; portais de notícias passaram a competir com o jornal impresso e as revistas, o que dividiu ainda mais as receitas de publicidade. Tudo isso ocasionou a redução das estruturas das empresas jornalísticas com a redução de profissionais, além de menos recursos para o trabalho de reportagens por anos consecutivos.

A primeira diferenciação de cada fase é com relação às fontes de financiamento. Na primeira fase, do jornalismo de transmissão, o financiamento vem de leitores, anunciantes, patrocinadores e autores, o que significa que o editor está entre diversos interesses e pressões particulares. No jornalismo de opinião, a polarização é em torno da pressão de patrocinadores, geralmente políticos. Já no jornalismo de informação e de comunicação, os anunciantes constituem a fonte de financiamento mais importante, embora, por se tratar geralmente de grandes empresas, as expectativas incidem sobre o discurso jornalístico. Especialmente no jornalismo de comunicação, o público também tem interferência.

O segundo aspecto de impacto analisado por Charron e Bonville (2016) é a relação com o tempo. Conforme os autores, o que caracteriza um jornal não é o fato dele ser impresso ou a divulgação de notícias, mas sua periodicidade. No jornalismo

de transmissão a periodicidade era ampla, geralmente semanal, sendo que quando havia alguma ocorrência de grande importância justificava-se a publicação de uma edição extra. Também coincide com técnicas de transporte e de transmissão mais lentas, como o barco a vela, o cavalo e os meios de tração animal, e pelo volume baixo de vendas. No jornalismo de opinião, várias periodicidades passam a conviver, do semanal ao bissetimanal, trissemanal até o diário - ainda raro. Apesar de os meios de transporte e de transmissão de informações já serem mais rápidos, como o barco a vapor, a ferrovia e o telégrafo, os custos ainda eram altos, bem como o volume de vendas baixo. O diário é a periodicidade típica do jornalismo de informação, que coincide com as novas ferramentas de transmissão: “ao sistema telegráfico se somam técnicas, como o teleimpressor, teletipo, belinógrafo, que permitem transmissão quase instantânea de grande quantidade de informação textual e iconográfica” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 194).

Já o jornalismo de comunicação rompe essa lógica, já que a periodicidade deixa de ser uma consideração pertinente. Esse tipo de jornalismo é possível pelas técnicas de transmissão eletrônicas e digitais, por rádio, TV e internet, que conseguem relatar as ocorrências praticamente no ritmo em que ocorrem.

Outra diferença é em relação ao real jornalístico. No jornalismo de transmissão, o jornal “existe *na* realidade, ele é *literalmente* (no sentido discursivamente) permeado pela realidade social, não dispõe por assim dizer de nenhuma independência em relação a ela: a realidade dos atores sociais nele se mostra sem intermediários” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 198). No jornalismo de opinião, o jornal tem contato com o real, mas está, ao mesmo tempo, dentro e fora. No de informação, o real é exterior ao jornal, já sem contato com ele. “O jornalismo de informação adota, enfim, uma atitude ‘positivista’ em relação à realidade” (CHARRON; BONVILLE, 2016).

Por fim, o jornalismo de comunicação põe o real à distância, no sentido que não considera que deva relatar todo o real, nem relatar como ele aconteceu. “O real não é apenas objetivado, mas relativizado” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 199). Para os autores, o jornalismo se coloca acima do real, a ocorrência passa muitas vezes a ser um discurso sobre a ocorrência, os acontecimentos dão lugar a pseudoacontecimentos, como demonstram as análises.

Com relação ao acesso ao real, além de todos os aspectos já abordados, as fontes passam a ser diversas: informantes ocasionais, como indivíduos eventualmente envolvidos em um evento ou viajantes; leitores e correspondentes habituais (não profissionais); atores sociais, como representantes de grupos; outros meios de comunicação; jornalistas do jornal; agências de notícias; representantes profissionais dos agentes sociais, como assessores de imprensa. (CHARRON; BONVILLE, 2016).

Ainda conforme os autores, apesar de considerar critérios como a exatidão, o jornalismo de comunicação subordina este ao critério da pertinência e exatidão, através da quantidade, como se fosse possível dar conta da realidade de maneira exaustiva, oferecendo “tudo que você deve saber sobre seu mundo”. A multiplicidade de canais no jornalismo de comunicação traz um nível de conhecimento maior ao público, que tem acesso a outras fontes. Há também mais interação, com uma produção maior de estímulos ostensivos. “Em um contexto econômico, em que a atenção do público é mercadoria rara e negociável, os comportamentos ostensivos se tornam estratégicos a ponto de constituírem uma dimensão essencial na situação de hiperconcorrência, característica dessa forma de jornalismo” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 267).

A tendência social, conforme observou Benjamin (1994) ainda no início do século XX, é um isolamento dos indivíduos, um andar apressado, distraído, com trancas nas portas, muros, grades. Porém, o próprio jornalista acabou se refugiando na redação. As novas tecnologias, que poderiam auxiliar, tornaram-se a própria mediação. A internet dá a ilusão de que há um mundo de possibilidades. As pautas estão ali, nos cruzamentos de redes sociais, nas esquinas de blogs e sites. Ao mesmo tempo, acompanhamos as mesmas pautas em diferentes meios de comunicação – geralmente com conteúdos já conhecidos e disseminados por outro meio que chegou antes. Embora a impressão é de que haja infinitas possibilidades e as redações experimentem a imediatividade como característica, há também a constatação de que o jornalismo está com mais pressa do que nunca, mas sempre atrasado. A quantidade de informações é incomparável, mas são acontecimentos fragmentados, com personagens despersonalizados, que não leva necessariamente a uma compreensão do presente.

4.3 DA COMUNIDADE INTERPRETATIVA AO PARADIGMA JORNALÍSTICO

Para explicar as ações semelhantes em diferentes meios de comunicação, Zelizer (1993) e Traquina (2005) apontam que as noções de *comunidade interpretativa* ou *tribo jornalística*, respectivamente, podem explicar melhor a atuação dos jornalistas do que o sentido de “profissão”. Segundo Zelizer, o processo de profissionalização, a partir do século XIX, foi uma necessidade, conforme a sociedade e os próprios profissionais da área passaram a exigir certos valores. Porém, ao contrário de outras profissões clássicas, como a medicina ou o direito, nas quais os profissionais legitimam suas ações através de caminhos socialmente reconhecidos de treinamento, educação e licenciamento, os jornalistas tendem a rejeitar tudo isso e atuar muito mais como um “grupo unido pelas interpretações partilhadas da realidade”. (HYMES *apud* TRAQUINA, 2005, p. 24).

As rotinas produtivas, a concorrência e outros aspectos, como os contatos informais, afetam o trabalho dos jornalistas de forma contundente, práticas que inclusive ultrapassam fronteiras geográficas - por isso são consideradas por Traquina (2005) como *transnacionais*. O autor pontua aspectos que podem esclarecer essa cultura comum, como o monitoramento da cobertura uns dos outros, uma confiança mútua, além de partilharem informações rotineiramente.

Uma das consequências de um ‘pensamento de grupo comum’ é aquilo que se chama de ‘jornalismo de pacote’, isto é, os fenômenos frequentemente observados de uma legião de jornalistas cobrindo a mesma história da mesma maneira (TRAQUINA, 2005, p. 26).

Charron e Bonville (2016) consideram que todo esse contexto aponta que há um paradigma, compreendido por eles como um sistema normativo criado por uma prática fundamentada no exemplo e na imitação, constituído de valores, modelos e esquemas de interpretação com os quais se identificam os membros de uma comunidade jornalística em um determinado espaço-temporal. Para os autores, tais modelos unem os integrantes e servem para legitimar a prática.

Enquanto um conjunto de leis prevê sanções e uma obrigação no cumprimento, em um sistema normativo, como no jornalismo, trata-se de uma

prescrição. Há regras de edição, como a seleção e valorização das ocorrências, de redação, com a hierarquização de informações em uma reportagem, e de apuração. Entretanto, por ser uma prescrição, se não houver ética perdem força:

Em muitos casos, todavia, naqueles em que a regra exprime uma preferência, a força da prescrição pode variar. Assim, é absolutamente proibido noticiar eventos fictícios, mas um jornalista que recorre à sua imaginação na descrição de um ambiente de um acontecimento não é passível de sofrer uma sanção severa. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 78).

Para os autores, a regra visa comportamentos, mas apesar de servir na produção de avaliações mentais e interpretações, não prescreve o que devemos pensar, o que torna impossível sancioná-las como leis. As leis determinam comportamentos individuais. Já as regras seriam dispositivos cognitivos coletivos, que são instrumentos de coordenação da ação.

Ainda conforme Charron e Bonville (2016), embora o conceito de paradigma explique a prática como comunidade interpretativa, com regras compartilhadas, ele não comporta uma teoria da mudança, sendo que a mídia está em constante evolução. Citam o exemplo de um repórter político francês contratado por um jornal do Quebec, que ao ingressar no novo contexto e cobrir uma campanha eleitoral não terá outra escolha a não ser adaptar os esquemas da campanha eleitoral e de reportagem, imitando as práticas correntes no novo meio. “De fato, é mais simples e mais seguro aplicar fórmulas comprovadas, se forem aplicáveis, do que inventar novas cuja eficácia é incerta” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 99).

Para Giddens (1991), os meios de comunicação são “portas de acesso”, que possibilitam que a sociedade construa vínculos, estabelecendo relações com os sistemas abstratos. Para ele, as mídias, através de suas ações e dos seus “peritos”, são responsáveis por traduzir para os indivíduos conceitos e problemáticas que, parecendo distante, necessitam de uma mediação. Porém, conforme observou o autor, no processo de transformação o trabalho cognitivo escapa a atenção dos jornalistas na maior parte do tempo. Neste sentido, embora seja essencial ter regras comuns aos membros da comunidade, como observam Charron e Bonville (2016), no caso do jornalismo o que parece importar aos profissionais são as determinações pelo resultado de sua utilização, pela utilidade: a entrevista, a coletiva, o artigo, a reportagem, a notícia.

Além disso, para Charron e Bonville (2016), há ainda os problemas organizacionais, com uma situação de hiperconcorrência, que se traduz por uma instabilidade quanto ao número, identidade e posição dos agentes em um mercado e que se reverte em incerteza e risco para investidores e administradores.

Jovens empresas, que se caracterizam pelo domínio de técnicas da informação e de comunicação, por baixos custos de mão de obra, por flexibilidade administrativa e por uma grande capacidade de inovar ou de imitar o sucesso de outras a menor custo, conseguem penetrar rapidamente nos mercados e abalar empresas mais antigas. (CHARRON e BONVILLE, 2016, p. 357).

Conforme os autores, para se adaptarem as empresas precisam de inovação permanente, com um alto nível de reflexividade, capacidade organizacional, técnicas de adaptação, com uma característica nova, que é a “economia do conhecimento” baseada em recursos imateriais. Consequentemente, por necessitar mais de criatividade do que detentores de capital, também há uma tendência de abandonar práticas tradicionais de controle e supervisão. Para os autores, o jornalismo faz parte dessa dinâmica:

[...] a intensa concorrência nesse setor tende a colocar os jornalistas no centro de uma dinâmica de reflexividade, de competição e de inovação bastante semelhante [...] As empresas jornalísticas constituem uma indústria do saber, do conhecimento e da criação (uma indústria da palavra, dizem alguns), na qual os indivíduos trabalham para criar produtos imateriais [...] (CHARRON e BONVILLE, 2016, p. 360).

Neste sentido, o que parece haver não é uma crise do jornalismo, mas dos modelos de negócios tradicionais, que exigem das empresas uma adaptação, seja nas estruturas das redações, que ainda trabalham com regras rígidas de modos de produção, seja na renovação dos gêneros, formatos, estilos, pois embora produzir novidade seja uma necessidade inerente do jornalismo, a novidade sempre se dá da mesma forma.

Se o conteúdo do discurso de imprensa é variável por natureza, os códigos são estáveis por definição. Dito isso, embora ele seja mais estável por definição de que o discurso, o código tampouco é imutável. Ao contrário, a necessidade de renovar o código está intimamente ligada à economia da atenção sobre a qual repousa o financiamento publicitário. (CHARRON e BONVILLE, 2016, p. 361)

Considerando, conforme os autores, que a crise atual pode ser dos modelos de negócios tradicionais, não do jornalismo como um todo, voltamos ao desafio de analisar o que é possível fazer para melhorarmos a produção de conteúdo e nos destacarmos, diante do fluxo contínuo de informações, que demanda seleção e apuração, com técnica, ética e estética.

5. JORNALISMO HUMANIZADOR

Na década de 1930, entre duas guerras mundiais, Walter Benjamin escreve *O Narrador*, no qual percebia a dificuldade de contar histórias como um fenômeno social. “Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências”. (BENJAMIN, 1987, p. 198).

Partindo do trabalho do escritor Nikolai Leskov, o filósofo reflete sobre as consequências da guerra, que segundo ele fez com que os combatentes ficassem mais pobres em experiências comunicáveis. E aponta dois fatores que acredita serem responsáveis: um é o romance e o outro a informação. Segundo o autor, ao contrário da narrativa, que é a arte de contar histórias, o romance está relacionado ao livro. É um indivíduo isolado, que não dialoga verdadeiramente. Já a informação seria ainda mais ameaçadora, pois traz uma crise tanto à narrativa quanto ao próprio romance. Isso pelo caráter de imediatismo, tanto na apuração quanto pela perenidade: só tem valor enquanto é novidade.

Benjamin (1987) ainda reflete que enquanto a narrativa é uma forma artesanal de comunicação, em que o narrador deixa sua marca, a informação é padronizada, como os textos praticamente iguais que encontramos atualmente. Mesmo tendo escrito na década de 1930, já previa causas, consequências e alternativas.

Uma das causas desse fenômeno é óbvia: as ações da experiência estão em baixa, e tudo indica que continuarão caindo até que seu valor desapareça de todo. Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior mas também a do mundo ético sofreram transformações que antes não julgaríamos possíveis. (BENJAMIN, 1987, p. 198)

Atualmente, se o jornalista tem a função de contar histórias, e a causa da dificuldade é a falta de interrelações e de ética, então é quase um imperativo aos profissionais de comunicação buscarem suprir tal deficiência.

Para Featherstone (1996), as novas formas de comunicação eletrônica, como a internet e os meios multimídia, facilitam experiências. Por outro lado, também

reconhece que apesar de podermos ir de um lugar a outro do mundo em segundos, a aceleração causa uma sobrecarga de informações.

Nesse ponto, podemos lembrar do muito alardeado espectador do canal pós-moderno da MTV, que é bombardeado por fragmentos de imagens e informações retirados de seus contextos, de tal forma que é incapaz de unir os significantes numa mensagem significativa. (FEATHERSTONE, 1996, p. 203).

Entretanto, todos os dias também há inúmeros exemplos em que os meios de comunicação contemplam todos os aspectos éticos, as determinações dos códigos jurídicos e deontológicos, mas mais do que isso: humanizam, abordando determinados temas com sensibilidade e abarcando o que Medina (1999) aponta para uma alternativa possível diante do caos: a tríplice tessitura - técnica, ética e estética. Trata-se de uma “proposta de renovação da linguagem técnica estratificada para a concepção ética, técnica e estética da linguagem polissêmica e polifônica da experiência efetivamente comunicativa”. (MEDINA, 2016, p. 17).

Para a autora, ao jornalista é necessária uma formação e postura ética, com o desenvolvimento de habilidades e práticas reflexivas para uma desenvoltura técnica, e também um senso estético que compreenda a sensibilidade e a subjetividade, para que o profissional seja tecnicamente eficiente, com reflexões críticas, mas seja também humano, não com uma atuação mecânica.

Para refletir sobre o último pilar - o estético - consideramos uma alternativa que poderia minimizar significativamente os efeitos da desumanização: a empatia. Quando Medina (1999) se refere à estética, poderíamos pensar apenas na forma. No senso comum, a palavra estética é constantemente relacionada ao exterior, mas a palavra tem origem no termo grego *aisthesis*, que significa *percepção, sensação, sensibilidade*. (ABBAGNANO, 1966). Na época de Aristóteles e Platão, a estética era estudada diretamente relacionada com a lógica e a ética. Neste sentido, conforme Bayer (1995), o belo, o bom e o verdadeiro formavam uma unidade, considerando ainda os valores morais.

Ao se referir a necessidade de estética no jornalismo, o que Medina (1999) propõe é justamente uma sensibilidade diferenciada para perceber diferentes aspectos da realidade, sobretudo quando estamos diante de outros seres humanos.

É um despojar-se de si mesmo para alcançar o outro, o que pode ser conseguido justamente através da empatia. Neste sentido, a empatia pode ser um complemento a técnicas como a entrevista, numa tentativa de minimizar a possibilidade de desumanização e chegar à humanização.

Neste sentido, embora pareça redundância considerarmos “humanização” para uma atividade que já é humana, feita por e para seres humanos, reiteramos as reflexões dos capítulos anteriores. Há uma desumanização histórica, presente nos nossos modelos mentais e refletida no jornalismo, que no entanto começam a revelar fragilidades e acender luzes à necessidade de mudanças: “paradigmas abalados, conflitos culturais e desumanização de cosmovisões sacodem as certezas técnicas e tecnológicas da comunicação social assim como dos demais atos da relação entre os homens” (MEDINA, 1999, p. 25).

O jornalismo se torna concreto através de técnicas como a entrevista, a observação, a adoção de determinadas perguntas chave, a construção de determinados formatos que possam ser identificados como uma reportagem, uma notícia, a fala de um entrevistado, através das aspas, etc. O método, o “como fazer”, é indispensável a qualquer profissão, mas não de forma restritiva, tampouco como uma ciência exata. Podemos escrever uma mentira e colocar entre aspas, parecendo algo verdadeiro, e escrever um texto inteiramente falso com o formato de uma reportagem, como exemplificado no capítulo anterior. Mais do que isso, sem apuração adequada, podemos desumanizar. Neste sentido, consideramos que para abarcar a “tríplice tessitura”, a técnica precisa contemplar as normas adequadas da língua portuguesa, mas principalmente uma apuração responsável, com a checagem adequada de informações e a reflexão sobre consequências.

Ao humanizarmos a técnica, humanizamos também o sujeito, o ser humano, considerando toda complexidade por trás das palavras ditas e também sua liberdade de pensamento e expressão, bem como seus direitos. Para a autora, a melhor forma de aproximar a realidade das pessoas é através de narrativas em que a essência dos entrevistados tenha um lugar de destaque. Isso remete à interioridade, contrária ao positivismo. E, assim, em uma atividade que pode ser uma “arte de tecer o presente”, temos a capacidade de produzir sentidos, ao narrar o mundo, e possibilitar que a inteligência humana organize o caos. “Sem essa produção cultural

– a narrativa – o humano ser não se expressa, não se afirma perante a desorganização e as inviabilidades da vida". (MEDINA, 2003, p. 47-48).

Ao contrário de Descartes, que defendia o “conhecimento certo”, e Kant, que propunha uma “consciência esclarecida”, consideramos que o jornalismo busca a verdade, mas não é possível garantir certezas, e assim a busca do comunicador passa a ser a compreensão sobre as ações dos sujeitos da comunicação:

Ao adotarmos a noção de que o jornalismo é comunhão entre humanos, podemos então entendê-lo como o compartilhar dos desejos coletivos. Se é assim, a busca do comunicador não é um objeto – a verdade – mas a compreensão sobre as ações dos sujeitos da comunicação – a expressão dos sentidos de sua consciência. Cabe à imprensa, portanto, o dever de produzir relatos verazes, versões verossímeis, uma visão particular sobre as ações humanas, que reúne o “real discursivo jornalístico”, o simbólico e o imaginário. (IJUIM, 2005, p. 3).

Ao refletir sobre a objetividade, Karam (2004) defende que ela existe e pode ser revelada através de fatos, dados, além do modo de viver. Neste sentido, ela precisa, inclusive, ser defendida. Porém, ao mesmo tempo trata-se de uma construção, que por isso também carrega o subjetivo, sendo que a escolha jornalística deveria se situar entre o “relevante socialmente e o dispensável jornalisticamente, o que não raras vezes deixa de ocorrer” (KARAM, 2004, p. 42). Assim, a subjetividade reside justamente na busca da objetividade, concomitante.

Quanto às dificuldades dos níveis da comunicação, Morin (2005) cita alguns erros de informação, involuntários ou provocados, que geram ruídos, e também problemas nas estruturas de conhecimento, que se dão principalmente pelo que chama de paradigmas dominantes. Estes determinam o modo de conhecer, sendo que tudo o que está fora é rejeitado ou afastado, como já havia observado Santos (2007, 2002).

Morin (2005) considera que “a estrutura do pensamento dominante da nossa sociedade é disjuntiva e redutora” (MORIN, 2005, p. 127). Disjuntiva porque separa os fatos, os dados, os problemas, as disciplinas, a ponto de não compreendermos as correlações e o todo. O autor cita dois exemplos dessa fragmentação, de situações em que o cinema consegue alcançar os sentidos, mas não uma conexão com a realidade.

Na tela, vemos Chaplin, o vagabundo; ele nos emociona e gostamos dele, sujo e pobre....Entretanto, quando saímos do cinema, na esquina da rua,

está um mendigo. Aí, desviamos, achamos que ele cheira mal, nós o evitamos, ficamos com medo. A compreensão funcionou só diante da tela. (MORIN, 2005, p. 132).

Para Morin, ao trazer à tona a complexidade da vida, o cinema consegue trazer uma dimensão mais humana e fazer uma conexão entre as pessoas, mesmo que este seja um criminoso:

Muitas vezes, os filmes mostram gângsters que, efetivamente, realizam atos de crueldade, mas, ao mesmo tempo, nós os vemos tomados por sentimentos humanos de amizade e amor. Graças ao cinema, percebemos a complexidade dos indivíduos então, compreendemos. É por isso que o cinema, tão depreciado, tem uma dimensão muito mais humana que a realidade cotidiana. Acho que temos uma necessidade vital de compreensão ligada à necessidade, também vital, de *reliance* (reliância), da comunicação que nos liga uns aos outros. (MORIN, 2005, p. 132).

Podemos pensar que no filme geralmente temos a história além do ato, a contextualização. A compreensão não fica restrita a uma ação, como muitas vezes ocorre em uma narrativa jornalística. Conseguimos assim ultrapassar estigmas, preconceitos, generalizações e imagens mentais em relação a alguém: o rico, o pobre, a mulher, o negro, o vilão, o mocinho, o criminoso não ficam restritos a tais denominações, como muitas vezes ocorre nos meios de comunicação, como complementa Morin (2005).

Tudo isso, informações, ideias, valores, mitos, explicações, músicas e imagens - deveria ser reunido e complementado. Acho que a compreensão é, ao mesmo tempo, um meio e o objetivo final da comunicação humana. Qual é o paradoxo contemporâneo? **Um aumento considerável dos meios de comunicação que provoca pouca comunicação (no sentido de “compreensão”)**, Trata-se de um grave desafio a ser vencido para que, eventualmente, consigamos sair da barbárie da comunicação humana. (MORIN, 2005, p. 133) [grifos nossos].

Temos um recorte muito pequeno da realidade, mas com essa consciência podemos, como jornalistas, tomar o cuidado de não reduzirmos a personalidade ao acontecimento, com julgamentos ou distorções.

Ao dissertar sobre a desumanização, Gomes (2010) defende justamente a necessidade de compreender a complexidade de todas as questões envolvidas na construção da realidade. O autor se refere à compreensão do real como *totalidade e movimento* sendo a primeira uma das mais “apedrejadas” nesses tempos em que a

produção científica no campo das ciências humanas segue hegemonizada pelas ideias de ‘pós’”:

Com efeito, em tempos de disseminação das teses da sociedade “pós-industrial”, “pós-moderna”, “pós-trabalho”, “pós-capitalismo”, “pós-classes”, não causa admiração que houvesse até quem defendesse o “fim da história” (GOMES, 2010, p. 104).

Os fenômenos singulares passaram a ser compreendidos como indeterminados e até desvinculados de dinâmicas sociais mais gerais. Gomes (2010) e, na mesma perspectiva, também Lukacs (2003) concordam que há um estado de “crise” nos paradigmas científicos no campo das ciências humanas, e que a possibilidade de superação e a renovação das possibilidades de compreensão sobre a realidade dos processos sociais, dentro dessa complexidade, pode estar no resgate da categoria de *totalidade*, como também propõe Morin (2005) e Santos (2007).

Se tomarmos como exemplo esta pesquisa, estudar a história, compreender a cultura, considerar nosso imaginário, consciente e inconsciente, nos parece imprescindível para tomarmos consciência do todo, conectando causas e consequências da desumanização.

Ao mesmo tempo, a outra categoria, *movimento*, como essência do real, compreende o pensamento como dialético, que parte do debate, do diálogo, de ouvir o contraditório, não um ponto de vista único. Isto contradiz os modos mais “formalistas” de pensar e operar sobre o real e das gerações formadas sob a racionalidade científica lógico-positivista.

A objetividade não é exclusão, até por não ser possível, nem negação da subjetividade. Chegamos assim a um ponto de equilíbrio: há um reconhecimento de que ambas devem estar presentes, desde que permeadas pela ética e responsabilidade.

Assim como Morin não nega a importância do método, Lage (2001) não exclui a técnica, bem como, não à toa, este é um dos pilares da tríplice tessitura apontada por Medina (1999). Ambas são importantes, na ciência e no jornalismo, mas não podem estar descoladas da ética e da estética. Só assim teremos o jornalismo como prerrogativa democrática essencial para o exercício da cidadania.

O exercício da cidadania pressupõe a sintonização com a realidade: e esta advém principalmente dos relatos jornalísticos. O cidadão, para decidir sobre o seu cotidiano e para dele participar conscientemente, precisa saber o que se passa - tomar conhecimento dos dados coletados e apurados pelos jornalistas que estiveram no cenário noticioso. (MELO, 2006, p. 48).

Podemos comparar esse exercício como uma espécie de *flanerie*, definido por Fearsthone (1996) como “um método de leitura de textos, para ler os sinais e pistas da cidade. É também um método de escrita, de produzir e construir textos”. A denominação foi a partir do trabalho do *flâneur*, “o homem da multidão”, conforme a definição de Walter Benjamin (1994). Se referia ao trabalho do homem curioso, que surgiu na França, e cuja ocupação era percorrer espaços públicos descrevendo não apenas pessoas, mas cenas e lugares da cidade, que crescia de forma vertiginosa.

O *flâneur* começou a ser visto após a construção das galerias, que proporcionavam espaços fechados para caminhar e olhar. Dessa observação, poderia registrar mentalmente ou até mesmo em uma caderneta suas impressões da rua, desenvolvendo assim sua sensibilidade sobre o que poderia ser significativo, ou seja, conquistava a habilidade com esforço, como sugere Fearsthone (1996, p. 192): “Não se trata de um dom natural ou de uma habilidade herdada, mas de algo que compreende uma pedagogia. O *flâneur* mostra a reflexividade característica do especialista cultural, artista, escritor, jornalista, cientista social ou detetive”.

Para Benjamin (1994), a cidade moderna e os novos meios de comunicação de massa ajudaram a mudar o olhar estético da contemplação para a distração. As pessoas passam umas pelas outras sem se olharem, como se não tivessem nada em comum. O objetivo do *flâneur* não era publicar suas histórias, embora os próprios jornais começaram a selecionar textos para publicação. Possivelmente havia uma curiosidade do público por esse olhar diferenciado sobre a realidade, um olhar atento aos detalhes e ao que poderia passar despercebido aos transeuntes apressados.

Como alternativa, muito antes da internet, Medina (1993) já sugeria que tecer o presente requer arte, adquirida pelo aprimoramento dos sentidos, a elevação da sensibilidade do sujeito, para identificar a essência. Ao contrário do que acreditavam os pensadores positivistas, isso permite uma ampliação da capacidade intuitiva, o que contribui com suas habilidades para observar e se expressar. Para chegarmos a

um jornalismo humanizado, Ijuim (2002) assinala algumas características desejáveis a essa noção de jornalismo:

Relato das ações humanas: O fazer jornalístico busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o jornalista não se relaciona com um objeto de conhecimento, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, o comunicador atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas. Se busca a compreensão, conta com observação objetiva, mas para isso, recorre a um caráter humano nato, a subjetividade, o fundo intimista capaz de tornar a narração viva – humana. (IJUIM, 2002, p. 40).

Alguns passos devem ser dados até a humanização: se sairmos da simples narração, podemos chegar à explicação, que é um passo a mais, mas ainda não suficiente para a plenitude da comunicação: “explicar é uma tarefa extremamente difícil! Além do mais, a explicação não é suficiente para o conhecimento do fato apreendido. O elemento essencial faltante é a compreensão” (MORIN, 2005, p. 125).

Também é importante ressaltar que até mesmo a compreensão está sujeita a erros, mal entendidos, sendo esta uma fatalidade da qual não podemos escapar, mas que não isenta o esforço para tal. Apesar de Morin (2005) não citar explicitamente o jornalismo, reitera a importância de repetir a informação, confirmá-la, bem como a relevância de explicar, para então chegarmos à compreensão. Socialmente, é esta a função atribuída ao jornalismo: um papel de certificador.

Embora as redes sociais muitas vezes se antecipem, é geralmente nos meios de comunicação que buscamos a certificação de que tais informações são verdadeiras, sendo que as informações, organizadas, formam conhecimento.

Informação pode ser concebida como uma unidade que só adquire sentido se for integrada a um conhecimento que as organiza. Vocês são diariamente inundados por uma chuva de informações que não conseguem organizar e, conseqüentemente, conhecer. Nesse contexto, o que representa o conhecimento em relação à informação? O conhecimento é aquilo que permite situar a informação, contextualizá-la e globalizá-la, ou seja, inseri-la em um conjunto. [...] (MORIN, 2005, 124).

Para Morin (2005), se não organizadas adequadamente, diante de um excesso de informações, corremos o risco de “pular da frigideira para cair no fogo”. Essas reflexões corroboram com Meditsch (1997), para o qual o jornalismo é uma forma de construção do conhecimento. Não é ciência, nem senso comum, mas tem o próprio método, e adquiriu importância na sociedade à medida que esta compreendeu o valor da observação do cotidiano:

O conhecimento do senso comum foi até bem pouco tempo desprezado pela teoria, uma vez que toda ciência moderna se constituiu com base na sua negação. Mas, na medida em que as ciências humanas passaram a valorizar a observação do cotidiano para o desvendamento das relações sociais, que era visto como 'irrelevante, ilusório e falso' começou a aparecer não só como objeto digno de consideração pela teoria do conhecimento mas, em última análise, como o seu objeto principal (MEDITSCH, 1997, p. 8).

Para o autor, a sociologia e a antropologia tiveram um papel essencial nessa percepção, ao começarem a dar relevância ao cotidiano das pessoas comuns, não apenas dos sábios. Essas áreas reforçaram a ideia de que a metodologia científica não é o único modo de conhecer e provavelmente sequer o mais importante para a nossa sobrevivência individual. Pelo contrário, percebe-se então a necessidade de uma razão mais refinada para dar conta da extrema complexidade do mundo, que cada vez mais se expõe a nós e com isso desafia todos os nossos parâmetros. (MEDITSCH, 1997).

Neste sentido, a apreensão do real está relacionada à subjetividade, o que significa admitir um processo de percepção. Lowy (*apud* Gomes 2010) compreende o conhecimento menos como um espelho, que seria um reflexo do real, e mais como uma pintura, que pode expressar com maior ou menor fidedignidade a totalidade, dependendo do pintor e dos instrumentos que ele utiliza, bem como o local de onde observa. Sabe-se que se trata de uma pintura, então não se compreende como algo falso, uma ilusão, tampouco como a própria realidade. E o que vai garantir a credibilidade da obra é a ética, considerando sempre a complexidade da totalidade e o movimento.

De acordo com Stork e Echevarria (2011), por mais que não seja possível ter certeza do que é a verdade, conseguimos, com honestidade e ética, saber quando

ela está ausente: temos então a mentira e a falsidade, que causam desequilíbrios. Para que haja equilíbrio, cada pessoa precisa estar disposta a aceitá-la. E aceitação da verdade depende disposição de aprender, com a consciência de que não sabemos tudo.

Para os autores, é necessário buscar a verdade, através da curiosidade, da perplexidade, da observação, com uma disposição a aprender. Para eles, é um risco recusar a verdade, negá-la, dizer que não existe. Podemos reconhecer a dificuldade, mas negá-la seria como desistir da busca ou, então, abrir espaço para manipulação ou para uma aparente verdade - risco de jornalistas, narradores e políticos. Isso pode acontecer mesmo quando não há intenção de manipular, através da simples reprodução de opiniões, sem apuração, ou da omissão de opiniões contrárias.

Quando remetemos essa reflexão ao jornalismo, temos ainda mais responsabilidade: trabalhamos com pessoas, com fatos e acontecimentos visíveis no presente. Contudo, com frequência estes ocultam outros fatos ou acontecimentos e podem esconder uma realidade ainda invisível (MORIN, 2005).

Admitir isso é aceitar a possibilidade de estarmos equivocados em relação ao que temos acesso. Para Morin (2005), a realidade não é só feita de imediato e não é legível de maneira evidente nos fatos. Nossa realidade não é senão a nossa ideia de realidade. Assim, para chegarmos à compreensão do outro, precisamos conhecer cada vez mais paradigmas, mas sem arrogâncias:

A compreensão só é possível dentro de um mesmo paradigma. Quando temos um paradigma que conhecemos, podemos compreender bem aqueles que não nos compreendem. Nesse caso, evitamos ser governados por estruturas de pensamentos das quais não temos nenhuma consciência. (MORIN, 2005, p. 129).

A ética, assim, assume um caráter fundamental e individual, que parte de cada um: “[...] o sentimento responsável só pode vir a partir da consciência de assumir os problemas fundamentais” (MORIN, 2005, p. 138). Neste sentido, podemos ressaltar o papel da autoria, pois a responsabilidade nos faz assumir a autoria e/ou a autoria nos faz assumir a responsabilidade das ações humanas.

Para além da liberdade de expressão, o direito social à informação exige uma reversão do ego do jornalista que distribui conteúdos (não importa o suporte tecnológico) para uma autoria na interação criadora. Em outras palavras, impõe-se o aprendizado de toda vida para se desempenhar numa autoria relacionadora, dialógica, articuladora de conteúdos plurais (polissemia) e regência de vozes conflitivas (polofonia). (MEDINA, 2016, p. 25).

Medina (2016) defende assim o signo da relação “impregnado de olfato, paladar, tato, palavra dita e ouvida e visão sutil” (MEDINA, 2016, p. 25). Para chegarmos à proposta de Medina (2016), proponho a ética e a empatia como exercícios, com esforço constante. Acredito que é possível, mesmo considerando as circunstâncias, os desafios organizacionais, a precarização dos ambientes de trabalhos dos jornalistas, melhorarmos pessoalmente, para buscarmos mudanças coletivas. É essa busca cotidiana que pretendo refletir nos próximos itens.

5.1 UMA ÉTICA NECESSÁRIA

Conforme Cornu (1994), a ética e a moral contemplam um conjunto definido de regras necessárias para orientar a ação humana. Baseiam-se em preceitos: o conselho, a recomendação, a ordem, que passam por um processo no interior do indivíduo, de deliberação, de aceitação ou de rejeição. Todavia, na prática, embora os termos não necessitem de uma distinção, a filosofia moderna procurou diferenciar a ética da moral:

No seu vocabulário, que continua a ser autoridade, André Lafande definiu a ética como a “ciência que tem por objecto o julgamento de apreciação quando aplicado à distinção de bem e de mal”. Distingue-a da moral, que corresponde “ao conjunto das prescrições admitidas numa época e numa sociedade determinadas, o esforço para se confirmar com essas prescrições, a exortação para as seguir” (CORNU, 1994, p. 36).

Referindo-se ao âmbito jornalístico, Karam (2004) diz que, ao falar de ética no jornalismo estamos tratando de “algo que parte de valores constituídos humanamente para chegar a atos praticados humanamente” (KARAM, 2004, p. 123). Já quando nos referimos à deontologia no jornalismo, esta passa pela ética e opera

no “terreno do exercício profissional com base nos valores que fundamentam as regras e as formulações” (KARAM, 2004, p. 125).

Ao refletir sobre ética e moralidade, Bertrand Russell (1953) acredita que somos aquilo que as circunstâncias fizeram de nós mesmos, sendo que as escolhas partem de um quadro de referência determinado pelas condições histórico-sociais. Como vimos anteriormente nas considerações sobre desumanização, essas referências são mutáveis: podem ser moldadas conforme reflexões individuais e do grupo. É então que o autor sugere o exercício ético, com debate e ponderação contínua sobre o desejável para si e para os outros. Isso pode interferir na elevação de consciência, modificando a visão de mundo que orienta as ações dos indivíduos, seus propósitos e intenções.

Para Russell (1953), a vida do homem pode ser encarada de diversas formas. Do prisma biológico, o êxito é inegável: se adapta a qualquer clima, se reproduz e deve seu sucesso a práticas que o distinguem de outros animais, como a fala e a cooperação em larga escala. Entretanto, no quesito de cooperação o sucesso deixa de ser completo.

Mais do que qualquer outro animal, o homem é complexo em seus impulsos: ora os desejos são sociais, ora solitários. Enquanto as formigas se comportam sempre de acordo com o interesse da comunidade, o homem precisa de códigos morais para guiar normas de ação. Ao longo da vida, somos impelidos a agir por propósitos, não por impulso. Fazemos não porque é agradável, mas porque teremos outra recompensa. É neste sentido, conforme Russell (1953), que a ética e a moral têm eficácia. Para o autor, a ética está ligada aos sentimentos, seja esperança ou temor, desejo ou aversão, amor ou ódio. Embora o ideal seja o amor ao próximo, outros sentimentos também funcionam para que sejamos éticos. Podemos dizer, neste sentido, que a ética também está relacionada a valores.

Posso adorar comida japonesa e outra pessoa dizer que odeia, mas ambos concordam que se trata de um gosto pessoal. Já se nos referimos a soldados nazistas torturando judeus e dizemos que isso é perverso não sentimos que estamos exprimindo apenas uma opinião. Neste sentido, Russell (1953) não acredita que todos os julgamentos éticos sejam totalmente subjetivos, mas tratam-se de valores universais.

Para Russell (1953), a história da humanidade mostra que até nas comunidades humanas mais primitivas existem crenças e sentimentos éticos. Contudo, apesar de regerem uma conduta pessoal, nem sempre há pretensão de justiça. Podemos pensar, por exemplo, que o canibalismo e a escravidão já foram socialmente aceitos. Neste sentido, a ética passa a ser compreendida a partir das consequências, Conforme Karam (1997), trata-se de buscar uma ética humanista.

Neste sentido, a construção de uma ética humanista e universal – que não dilua o indivíduo, mas que o mantenha como ponte com o outro – é fundamental para tentar resolver o impasse entre o direito social à informação, a mediação profissional do jornalista e a realidade em reconstrução cotidiana pelos veículos de comunicação, por meio da informação imediata apropriada em conjunto por aqueles que a produzem (KARAM, 1997, p. 21).

Para Cornu (2005), quando precisam restaurar sua imagem ou receiam perder credibilidade, os jornalistas se amparam na ética e impõem-se a si próprios códigos de conduta, que, no entanto, é mais medo do que pelo desejo de buscar o bem, movido pela moral. “O mundo da comunicação está permanentemente agitado por colóquios, debates, discussões sobre códigos ou cartas, procurando regular uma atividade relativamente à qual cada um tem o seu próprio entendimento sobre o lugar que essa atividade ocupa na vida quotidiana e o afastamento das normas que são supostas dirigi-la” (CORNU, 2005, p. 106).

Para Cornu (2015), as diferentes abordagens dificultam a interação entre a teoria e a prática, considerando, no caso do jornalismo, que a prática interfere diretamente nos usos e costumes da sociedade. Ou seja, o próprio jornalismo, com uma ética divergente entre teoria e prática, influencia uma ética social.

Quando ampliamos a noção de ética, baseando-se nos fundamentos morais, consideramos a abrangência dos processos: primeiro o relacionamento entre profissionais, evitando abusos; depois, através da apuração e a construção das narrativas com base em reflexões constantes e na deontologia específica; por fim, considerando a importância dos meios de comunicação em sociedades democráticas, tem, assim, a possibilidade educativa:

Além disso desempenham outras funções, de carácter educativo, participando na difusão do conhecimento e sobretudo de divertimento. Para além disso, os meios de comunicação de massas são tidos por agentes de coesão social. Eles favorecem, pela mediatização de conteúdos comuns, a

inserção do indivíduo no seu grupo social, conferindo-lhe instrumentos de compreensão e de identificação. (CORNU, 2015, p. 104).

Apesar das críticas feitas ao jornalismo, Karam (1997) ressalta a importância social, reiterando a necessidade que cada cidadão tem de, através dos meios de comunicação, “organizar o caos”, como outros autores também destacaram:

O jornalismo não é só moralmente defensável. Ele é moralmente imprescindível. Ou seja, em sua potencialidade, o jornalismo é a forma pela qual as pessoas vão se apropriando cotidianamente de seu movimento no interior da humanidade e, desta, em sua autoprodução diária. E extraem daí sensibilidade, movimento, opinião, intervenção diante dos enormes e complexos conflitos irresolvidos pelo gênero humano (KARAM, 1997, p. 39)

Além disso, é necessário considerar ainda que, embora os conceitos de ética, moral e deontologia se mantenham, as circunstâncias mudaram drasticamente. A tecnologia possibilitou o compartilhamento de informações e os produtores de conteúdo também se multiplicaram. No caso do jornalismo, o receptor deixa de apenas receber, para ter a possibilidade de também produzir e disseminar informações.

O conjunto de informações produzido hoje é maior do que há 10 anos, bem maior do que há 30 anos, infinitamente maior do que há 200 anos. A circulação das informações permitida de forma imediata pelos suportes tecnológicos cada vez mais sofisticados, além de ter volume maior, dá-se de forma mais intensa e rápida (KARAM, 2005, p. 77)

Karam (2005) chama a época atual de Sociedade da Informação e do Conhecimento, que agora tem elementos que precisam ser acrescentados quando se discute ética. Com a internet, temos todas as linguagens dos meios anteriores - escrita, falada e audiovisual – nesse novo espaço, com possibilidades praticamente ilimitadas de composição.

[...] o jornalismo leva em conta ainda a divisão geográfica, sejam países, estados, municípios, bairros; traduz-se em projetos de mídias comerciais, públicas, estatais, partidárias, de organizações não governamentais, universitárias. Envolve diferentes públicos, sejam categorias profissionais, grupos étnicos, religiosos, sexuais, folcloristas e assim por diante. E, nesta infinita variedade, pode ser produzido por distintas mídias, em suas variadas plataformas tecnológicas. E, ainda, em termos de periodicidade: diário, semanal, mensal, instantâneo ou on-line...(KARAM, 2009, p. 23).

Ao refletir sobre a ética no século XXI, Karam (2009) traz alguns questionamentos que nos interessam especialmente.

Se as relações sociais baseiam-se ainda em critérios valorativos como justiça/injustiça, igualdade/desigualdade, direitos de cidadania e a falta deles, em uma perspectiva de interpretação bipolar, estariam as profissões ancoradas em “cláusulas pétreas” morais ou em valores circunstanciais ou, ainda, em julgamentos pessoais? (KARAM, 2009, p. 16).

As reflexões sobre desumanização deram luzes ao que pode acontecer se o julgamento sobre a realidade se basear apenas em valores pessoais. Sobretudo, porque não há uma medição de quão justos ou injustos são nossos valores, conscientes e inconscientes. Com essa compreensão, parece necessário uma “defesa de nós mesmos”, um reconhecimento das limitações e de tudo que envolve o campo e interfere nas escolhas durante os processos jornalísticos.

Além dos desafios pessoais, da formação do imaginário e dos valores culturais, o jornalista ainda enfrenta a expectativa da empresa de comunicação, que vê a notícia como um produto à venda, como apontou Medina (1988). Assim, como observou Karam (2010), forma-se uma dicotomia entre os interesses do meio e as determinações dos códigos de ética, que seguem defendendo “princípios e valores inalienáveis, como verossimilhança, interesse público, isenção, pluralidade, respeito à privacidade, independência, credibilidade, exatidão” (KARAM, 2010, p. 282). Todos esses dilemas, vividos não apenas pelo jornalismo, exigem, conforme o autor, uma qualificação ainda maior para executar os processos jornalísticos, como escolha dos acontecimentos que serão noticiados, fontes, hierarquização das informações e uma abordagem que dê conta da complexidade social e do interesse público.

Neste sentido, Russell (1953) acredita que o exercício ético tem consequências positivas para todos os envolvidos. Promove, inicialmente, uma elevação do nível de consciência pessoal. Com isso, cada profissional tem a possibilidade de refletir e expressar, compreender e levar a compreensão ao público, como autor e responsável moral por seu trabalho. Posteriormente, pode contribuir com a elevação do nível de consciência do público, que recebe mais do que informações descontextualizadas, mas relatos humanizados e humanizadores, capazes que promover debates entre diferentes públicos. O resultado do diálogo é cumplicidade e solidariedade entre os seres humanos.

Com essa consciência e responsabilidade, voltamos à tríplice tessitura e a necessidade de aperfeiçoamento de todas as dimensões. Como consequência desse aperfeiçoamento, temos uma mudança na percepção, nos processos e também produtos.

Só mesmo a práxis jornalística, inserida no contexto geral dos desdobramentos sociais da humanidade, pode fazer com que o jornalismo tenha algum engrandecimento e tenha alguma potencialidade revolucionária diante do “andar natural e espontâneo” do mundo. A teorização sobre a atividade é fundamental. Os desdobramentos éticos e morais disso também. Da mesma forma, a ação política cotidiana do profissional (KARAM, 1997, p. 47)

Para conseguir isso, Karam (2004) defende a formação de sujeitos políticos, teóricos, éticos e morais, destacando a necessidade de buscar, defender e consolidar determinados valores, seja através de campos de estudos, pesquisas e preparo profissional que fortaleçam cada vez mais o campo jornalístico e aliem teoria e prática, para abarcar uma compreensão mais ampla da realidade.

Medina (1999) acredita que o ato de reconhecer o mundo e lhe devolver o toque humano é tão científico quanto relacionador - e depende do diálogo, que pode ser conseguido através da empatia, do exercício humilde e corajoso de nos colocar no lugar do outro.

5.2 UMA EMPATIA POSSÍVEL

O ser humano é potencialmente capaz de compreender outro ser humano, porque ambos são dotados de linguagem. Porém, para Deslandes (2004) há uma natureza sociológica dessa (im)possibilidade comunicacional, que gera a desumanização. Além de, muitas vezes, os indivíduos não terem um vocabulário que permita falar e ser compreendido, há também o jogo das interações sociais, as relações de saber-poder, de trabalho, de gênero e de status que podem constituir fortes impeditivos para o diálogo. O diálogo se torna possível justamente quando essas impossibilidades comunicacionais consideradas. Ou seja, precisamos refletir anteriormente essas relações que podem nos afetar no momento da comunicação com o outro.

Conforme Stork e Echevarria (2011), não se pode compreender se não se dialoga, se não há um intercâmbio inteligente, porque assim é como conhecemos os motivos e opiniões do outro, sua interioridade. Morin (2003) sugere justamente a interiorização, que chama de educação do espírito, sem deixar de lado a comunicação com o exterior. “A associação humana não pode fundar-se no modelo hegemônico do homem branco, adulto, técnico, ocidental, mas deve revelar-se nos fermentos civilizacionais femininos, juvenis, senis, multi-étnicos, multi-culturais” (MORIN, 2003, p. 117).

Ao considerarmos isso, chegamos a uma única categoria: seres humanos. Para conseguirmos essa compreensão em uma escala cultural, Morin (2005) sugere o esforço de tornar concreta a todos a identidade comum e produzir isso por *flashes* empáticos através dos meios de comunicação.

Para desenvolver a compaixão do coração, o humanismo de espírito, de um verdadeiro universalismo e dos respeito das diferenças que nos levará a superar as cegueiras ego-etnocêntricas ou ideológicas que nos fazem ver apenas o estranho no estrangeiro, e que nos fazem ver, naquele que verdadeira ou ilusoriamente nos ameaça, um porco, um ser imundo. (MORIN, 2005, p. 61).

Para o autor, as incompreensões podem ser resolvidas a partir do momento em que conhecemos o outro, através da empatia.

[...] A explicação é caracterizada por seu objetivismo; em oposição, a compreensão precisa recorrer sempre a um processo de empatia, a um processo subjetivo. A explicação permite conhecer um fato humano (sujeito) enquanto objeto; a compreensão permite compreender um sujeito enquanto sujeito. (MORIN, 2005, 126).

A empatia está relacionada ao princípio de igualdade, mas também justiça, ou seja, equidade, como nos lembra Santos (1999). O autor reflete sobre as injustiças sociais e as contradições entre os conceitos de igualdade e a diferença: o racismo, por exemplo, pode se afirmar tanto pela absolutização das diferenças, como ocorreu na escravidão, mas também pela negação absoluta das distinções. Por tudo que aconteceu historicamente é inegável que ainda há distinções que inferiorizam, o que suscita reflexões específicas dentro de cada realidade para chegarmos à justiça: “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito

de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. (SANTOS, 1999, p. 44). É neste sentido que a empatia pode ser eficaz para nos colocarmos no lugar do outro e refletirmos sobre conceitos e preconceitos.

O tema da empatia foi abordado por diferentes áreas, como a psicanálise, a neuropsicologia e a fenomenologia. Nesta pesquisa nos ancoramos nesta última, por se tratar de uma teoria mais abrangente, que ultrapassa a fisiologia do corpo humano.

Uma das reflexões mais importantes é diferenciar a empatia da simpatia. Embora tenham origens semelhantes, a simpatia se refere à afinidade. Uma relação estabelecida entre duas pessoas que, por sentimentos afins, sentem atração mútua e espontânea. Já no caso da empatia, não precisamos nos sentir atraídos, termos os mesmos sentimentos ou concordarmos com quem nos relacionamos. Inclusive, podemos sentir o oposto de simpatia, que é a antipatia, e ainda assim conseguir ter empatia.

A raiz etimológica de empatia é a denominação grega *empathēia*, que provém de *empathēs*, *em* (colocar dentro, em) + *páthos* (paixão). O sentir *em* implica no reconhecimento do eu-outro que recebe algo de fora (SIMONE, 2010).

Apesar da psicologia e da neurociência utilizarem amplamente o termo na atualidade, foi a filosofia que deu origem à teorização, principalmente em pensadores ligados à arte. A preocupação dos primeiros filósofos alemães que utilizaram o termo, no final do século XIX, era com a relação entre estética e o sentido espacial do *self*. A maioria deles eram historiadores da arte, que encontraram fundamentação em autores como Georg Sulzer. Este traduziu o termo do grego *aisthētikos*; *aistheta*; (estética) segundo sua etimologia, como ciência dos sentimentos (*empfindungen*, em alemão) e instrumento para a compreensão da verdadeira natureza da alma.

Empregaram diversos termos para enfatizar o sentido vital como oposto às sensações, como *Lebensgefühl* (sentimento de ser/estar vivo) ou *Vitalgefühl* (sensibilidade ou sensação vital). Para descrever o aspecto senciante que implica no sentimento que permeia o corpo eles invocaram o termo *Korpegefühl* (*korper*: mente; *gefühl*: sentido, sentimento). A ênfase no sentimento do espaço como o sentido do corpo circundado por um espaço arquitetônico ou o sentimento do espaço no qual o *self* corporal é o centro, foi denominado *Raumgefühl*. A resposta estética para a qualidade de linhas ou massas em formas artísticas naturais foi

denominada *Formgefühl* (ing.: *sense of form*; port.: sentido de forma). (SIMONE, 2010, p. 15).

Depois de utilizarem esses diversos termos, chegaram a *Einfühlung*, que no campo estético ficou conhecida como “teoria da empatia”. Em áreas como a arquitetura, ela enfatizava o papel do corpo e a pré-disposição cinestésica sobre os processos de percepção e cognição. Servia especialmente as referências sobre culturas diferentes, ou seja, a conduzir o olhar levando em conta as diferenças culturais dos espectadores. (SIMONE, 2010)

Influenciado pela filosofia de Hume (1711-1776), o alemão Theodor Lipps (1851-1914) ampliou a compreensão do termo. Para Hume, a simpatia (*Mitfühlung* em alemão) é considerada uma propensão primária da natureza humana. O filósofo descreve como a tendência para receber as inclinações ou sentimentos dos outros por meio da comunicação. Além disso, considera a simpatia com uma importância na vida moral. Para ele, “nenhuma qualidade da natureza é mais notável em si mesma e em suas consequências do que a propensão que temos de simpatizar com outros e para receber, pela propensão à comunicação, suas inclinações, ainda que às vezes sejam diferentes ou mesmo contrárias às nossas” (HUME *apud* De Simone, 2010, p. 17).

Alguns aspectos chamam a atenção na filosofia de Hume: o destaque para as diferenças entre as formas de pensar e a possibilidade destas serem minimizadas através da comunicação. Porém, embora se refira a “simpatizar”, a referência está mais próxima ao que chamamos de empatia. Esta palavra, porém, até então estava restrita à arte e foi Lipps que adaptou o conceito de *Einfühlung* (empatia) à filosofia geral.

Lipps queria compreender principalmente os processos psicológicos. Em sua teoria, chamada de estético-mecânica, ele busca explicar tipos de ilusões geométricas. Para ele, as ilusões não seriam erros de percepção, mas de julgamento, estes subjacentes às experiências pessoais formadas por “analogia inconsciente” e “inferência”. A partir daí, as diferentes áreas ampliaram a compreensão do tema.

Na psicanálise, para Freud (1920) a empatia estaria entre o sistema pré-consciente e consciente. É no inconsciente que estão todos os aspectos

intoleráveis da mente, ou pensamentos que não deveriam ocorrer. Expulsos pelo consciente e enviados ao inconsciente, exercem vida própria. Vão determinar a simpatia ou antipatia, de acordo com conceitos e preconceitos. De acordo com nossas vivências, principalmente repressões, as experiências subsequentes vão mobilizar esse espaço da mente sobre o qual pouco sabemos, inclusive por conterem informações de situações que nem lembramos mais. É ali que fica o que Freud denominou como ‘representação de coisas’.

Segundo De Simone, a neuropsicologia moderna, que traz outra abordagem sobre a empatia, se diferencia da neurociência tradicional por não exigir que sejam separados os aspectos cognitivos, sociais e afetivos. Para Aleksander Romanovich Luria, psicólogo russo apontado como fundador dessa abordagem, diferente do pensamento freudiano, acredita que é a consciência, não o inconsciente, o grande território onde as funções psíquicas repousam. Para tais conclusões, Luria (1979) cita as observações feitas por Vygotski, para o qual os processos psíquicos têm origem sócio-histórica.

Embora todas essas abordagens anteriores tenham sido importantes, a fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) surge como uma crítica ao que chama de psicologismo, que não consegue resolver o problema do conhecimento, ou, colocado de outra maneira, do sujeito cognoscente. Até mesmo a neuropsicologia, mesmo buscando uma abordagem psico-social, e admitindo a interferência de fatores externos, considera sobretudo a importância das emoções.

Já na fenomenologia a realidade é vista como complexa e a empatia considerada um esforço constante do indivíduo para superar as próprias emoções, sobretudo quando impregnadas de preconceitos. Em sua vertente clássica, tornou-se um posicionamento contrário ao paradigma positivista. Ao propor a fenomenologia, Husserl queria abordar a complexidade, a totalidade ignorada pelo positivismo e passou a se interessar pela experiência vivida e intersubjetiva. (VARGAS; FARIAS, 2018).

Em toda sua vida, o ser humano tem experiências diversas, algumas próprias da natureza animal, outras mais reflexivas. Todas são nomeadas pela fenomenologia como “vivências” (*Erlebnisse*). É um ser vivo que estabelece relações, com capacidade de percepção, reflexão, sentido de tempo, imaginação,

entre tantas outras capacidades, sendo o próprio corpo canal de abertura entre o externo e o interno. No sentido biológico, os órgãos dos sentidos são essenciais nas relações, mas o que diferencia são essas vivências do ponto de vista filosófico-fenomenológico.

Além dos fenômenos exteriores, a fenomenologia também se preocupa com outro aspecto fundamental da espécie humana: a capacidade de apreensão do conhecimento, através da reflexividade. É por essa busca incessante ao sentido das vivências que se caracteriza o método fenomenológico. Trata-se de uma busca pelo conhecimento do mundo e também de autoconhecimento, além de um reconhecimento do outro, de todos os semelhantes com a mesma capacidade que “eu”. Não um coletivo, que responsabiliza todos e ninguém, como já observamos, mas uma reflexão que leva à autorresponsabilidade - ao papel de cada um no mundo. (VARGAS e FARIAS, 2018).

Para Husserl (2017), o psíquico é uma parte do fenômeno, mas a estrutura da consciência é intencionalidade, ou seja, toda consciência é “consciência de”. Apesar de reconhecer experiências não intencionais, para o filósofo é na investigação da própria consciência que conseguimos verificar as crenças de mundo e, assim, podemos chegar à empatia. Segundo ele, a ausência de preconceitos possibilita a busca do significado ideal ou essências.

Conforme Husserl (2017), a formação do “eu” começa ainda antes do nascimento, através de uma relação cinestésica com “o outro” pela barriga da mãe, mas só após o parto todos os sentidos passam a fazer parte do universo de percepções. A relação passa a ser através do tato, olfato, paladar, audição e visão, conforme estes também se desenvolvem. Apesar disso, ainda não tem reflexões sobre si, nem temporalidade formada ou memórias disponíveis. Não há ainda nenhuma empatia (Einfühlung): se manifesta através das linguagens possíveis, sobretudo o choro, sem nenhum tipo de noção do outro, a não ser sua presença. Quando sente alguma necessidade básica, como fome, age sem conhecimento das carências alheias. A relação é uma “premissa” para a satisfação do desejo.

Husserl (2017) explica que é difícil compreender quando a empatia ocorre, mas é possível fazer algumas reflexões em relação a percepção do outro. Inicialmente, a aproximação ocorre pelo toque: as mãos da mãe ou do pai que se

aproximam ou afastam. Há uma conexão “eu-tu”. Ao redor, os outros começam a falar, nominar coisas comuns. Em seguida há a produção involuntária de tais lembranças, em particular sons proferidos originalmente de modo involuntário, como despertares indutivos. Começam então as trocas, geralmente a partir de repetições, depois nomeações como “mamãe”, “papai” e, assim, aos poucos, até a noção da subjetividade, do seu reconhecimento como sujeito e do outro.

Cada homem é objeto no modo segundo o qual seus modos de aparição de homens, assim como as coisas, lhe pertencem também objetivamente. No intrincamento, uma infinidade, ao horizonte. Eu tenho o outro em meu modo de aparição, sua carne como corpo me aparece no horizonte dos modos primordiais de aparição, como substrato da empatia (Einfühlung), na qual o mesmo corpo aparece ao outro em seus modos particulares de doação como carne e como órgão. Mais longe: o outro tem um mundo circundante dentro de seus modos de aparição, aí compreendido eu como dentro de seu campo, e aparecendo em meus modos de consciência dele, tudo é incluído nesses modos de consciência, o que eu disse dele é como que incluído em sua consciência. Precisamente isto continua assim mais adiante – uma “reflexão” recíproca infinita, que naturalmente não é nada mais que uma implicação intencional, uma iteração, que é uma potencialidade de estados de empatia (Einfühlung). (HUSSERL, 2017, arquivo eletrônico)

Um aspecto importante da teoria de Husserl (2017) é que o pensamento que confere a significação seria fundado na “intuição”, mas abrangendo categorias de conhecimento, como a sensibilidade e o entendimento. Sendo assim, a empatia deveria recorrer aos fenômenos do preenchimento, cujo ideal de perfeição vai além dos limites da sensibilidade. Retornando às experiências empíricas de sua teoria, a empatia ideal seria aquela que conseguimos ver não com distorções da forma, através dos julgamentos, mas a geometria real. Não apenas o que “sentimos” em relação ao outro, mas conseguindo refletir sobre ele. É uma relação do “eu” com o mundo das coisas, sendo a intersubjetividade como correlato da objetividade - antes da objetivação humana. Trata-se de uma reflexão recíproca infinita, que não é nada mais que uma implicação intencional, uma interação, uma potencialidade de estados de empatia.

Em sua abordagem, Stein (2005), que foi orientada por Husserl e elaborou uma tese sobre a empatia, justifica que a modernidade até exaltou o sujeito, mas ignorou a necessidade do “eu” de sair ao encontro ao outro, gerando um egoísmo generalizado. Já enquanto sujeito aberto ao outro, a autora acredita que a saída de si mesmo pode colaborar na aquisição de valores comuns, ao mesmo tempo que

confirmam o sujeito na sua individualidade. Há o reconhecimento do que nos aproxima e também do que nos torna únicos.

Segundo a filósofa, trata-se de uma descrição fenomenológica das vivências, de como os sujeitos humanos se reconhecem como semelhantes, sendo que o “próximo” ou “semelhantes” não são somente as pessoas amadas, mas todos aqueles que passam por si. Nessa abordagem, a fenomenologia considera a totalidade da pessoa: o ser humano é espiritual, é livre e vive permeado por vivências pessoais e interpessoais. Neste sentido, só pode ser compreendido no todo se for visto como uma unidade entre si e os outros homens e a natureza, nunca isolado. O objetivo de Stein, e este também é o nosso ao propor esta tese, é suscitar uma possível convivência ética, numa base universal que une os sujeitos e os formam nas suas relações empáticas, ou seja, com respectivos “eus” em vivências partilhadas.

Segundo Stein (2005), a aceitabilidade do Outro como sujeito é fundamental para que a ética possa se efetivar. Vivemos em comunidade e em relações interdependentes, sendo que também somos responsáveis pela nossa comunidade. A empatia constitui assim uma aceitação do valor, através de uma intenção, um sentir que une, mesmo quando não há participação ativa do “eu”, ou seja, mesmo se não somos nós que vivemos aquela realidade conseguimos nos “colocar no lugar do outro”.

Stein (2003) caracteriza a empatia como um tipo de ato experiencial *sui generis*, ou seja, único e não comparável a nenhum outro. Além disso, sugere uma série de reflexões que podem guiar inclusive o jornalista durante uma apuração.

A primeira delas sobre a percepção externa, considerando que nem todo o sentimento alheio é visível: a pessoa pode estar contrariada e não demonstrar ou aparentar tristeza, mas não estar triste. Assim, a empatia transcende o visível e não posso chegar a uma orientação através do semblante ou características externas. No caso do jornalismo, ainda precisamos considerar outros aspectos, como a cultura. Enquanto em alguns países a morte é vista como tragédia, em outros é comemorada com festa, e colocar-se no lugar do outro implica essa percepção.

Para a filósofa, a empatia é uma tomada de consciência do outro como *semelhante a mim*, mas também de suas vivências interiores, que o tornam único.

Há um esforço por colocar-se no lugar do outro, mas também por aceitar a impossibilidade de compreender totalmente, já que não somos iguais em todos os aspectos. Isso nos coloca diante da natureza humana, com toda a complexidade já relatada nos primeiros capítulos. Outro aspecto diz respeito à originalidade da empatia. Ao nos depararmos com uma pessoa que está alegre, por exemplo, podemos ter vivido aquela situação. Neste caso, as lembranças, memórias, não são a alegria originária, mas ajudam a compreender o que o outro está passando. Stein (2003) cita Lipps, que propõe a empatia como uma teoria da imitação interna, já que concorda com muitos pontos da nossa própria vivência. Trata-se, assim, de uma participação interior nas vivências alheias - pela memória, lembrança.

Se alguém que já conhecemos e gostamos está casando, por exemplo, nos alegramos por ele. Não é a mesma alegria que a pessoa está sentindo, nem nos alegramos somente porque ele está alegre, mas porque nós também estamos. Mas e se nunca vivenciamos aquilo? E se não temos nenhuma proximidade com a pessoa? É então que precisamos do exercício de nos colocarmos no lugar alheio, tentando nos suplantar para aquela situação. Para Stein (2003), isto é a empatia: a experiência da consciência alheia. Desta forma, somente poderíamos chamar de empatia a vivência não-originária, ou seja, aquela que se manifesta através da experiência de nos colocarmos no lugar do outro, um desconhecido, ainda que nunca tenhamos vivido a mesma situação. Essa é exatamente a situação que o jornalista vive em seu cotidiano: ainda que a entrevista seja por telefone ou e-mail, ele têm as ferramentas dentro de si para se colocar no lugar do outro, ainda que não o veja pessoalmente.

Conforme a filósofa, ao nos circundarmos daquela situação, chegamos a uma vivência correspondente e nos localizamos ao “eu alheio”, chegando a um saber sobre o que ele vivenciou. Para ela, essa relação é de fundamental importância para a totalidade da pessoa humana.

Enquanto vivo a alegria que é experimentada por outro, não percebo nenhuma alegria originária: ela não brota de modo vivo de meu Eu, nem tem o caráter de ter estado viva anteriormente como alegria lembrada, muito menos como meramente fantasiada, isto é privada de vida real, mas é precisamente o outro Sujeito aquele que experimenta de maneira viva tal originalidade; a alegria que brota dele é originária, embora eu não a viva como originária (STEIN, 2003, p. 78).

Para conseguir essa experiência, Stein (2003) alerta para os valores que estabelecemos. Segundo ela, eles são criados coletivamente, mas é ao nos espelharmos no nosso semelhante que podemos avaliar se o valor cultivado está de acordo com o desenvolvimento da vida humana e o bem comum:

Cada apreensão de pessoas de outra espécie pode se tornar a base de uma comparação de avaliação. E o fato de que o ato de antepor ou pospor, frequentemente vem a um dar-se de valores, que por si só permanecem despercebidas, com isso, aprender a avaliar, de tempo em tempo nós mesmos acertadamente, do momento que vivemos atribuindo a nós maiores ou menores valores em comparação com os outros (STEIN, 2003, p. 228).

Em outras palavras, Stein (2003) propõe uma autocrítica, uma reflexão desses valores que são constantemente moldados, como também sugeriu Morin (2005). Para isso, precisamos compreender a estrutura dos seres humanos além do que vivo e conheço. Isso pode ocorrer pela empatia, mas fundamentada na ética, para que vivenciemos as experiências do dia a dia sempre com responsabilidade em relação ao outro.

A autora ainda atenta para o fato de que o conhecimento que podemos obter também é uma forma de autoconhecimento. São pessoas diferentes, realidades distintas e o resultado é um repertório rico, que nos permite constatar que não somos mais ou menos do que o outro. Desta forma, ao perceber a vida com um valor fundamental, e enxergar valor nas pessoas, encontramos riquezas desconhecidas na própria história.

Já relacionando ao jornalismo, em toda sua obra Cremilda Medina propõe motivar relações mais próximas e humanas entre o entrevistador e a fonte. Para a autora, o reducionismo positivista impede que a sensibilidade do entrevistador e do entrevistado se juntem, resultando em um jornalismo incapaz de contemplar a multiplicidade da vida, pois estaria separado dela.

Para chegar ao resultado que considera ideal, Medina (2016) propõe a humanização e a sensibilidade do repórter, através de um jornalismo autoral, cujas considerações se aproximam da proposta das reflexões feitas pela fenomenologia, especialmente por Edith Stein. Apesar de todos os recursos tecnológicos, Medina

(2016) reitera que, como jornalista ou professora, permaneceram indispensáveis a disciplina racional e a intuição afetiva do ato relacional ao vivo.

Por isso também não entrevisto por telefone nem por internet, não dispenso a observação - experiência - e saio de gabinetes ou salas de redação para a rua; não entreguei às máquinas de escrever o exercício matemático dos cálculos cotidianos ou articulação das informações que colho (MEDINA, 2016, p. 12).

A proposta de Medina (2016) é o conhecimento de novas culturas, o que nos permite sair de nós mesmos e conhecer o outro, numa relação intersubjetiva, contrária ao materialismo e a relação Sujeito-Objeto, que gera desumanização.

A viagem ao outro, à rua, a outros lugares se completa com a viagem mítica, a das culturas. É neste sentido que sempre conjuguei o movimento para fora do EU, a interação Sujeito-Sujeito, e a fruição do encontro intertextual da Arte. O gesto íntimo da intuição criativa dos artistas fertiliza a sensibilidade daquele que vai ao mundo e se expõe aos desejos coletivos de outra história [...] (MEDINA, 2016, p. 209).

Ao tratar sobre ciência e jornalismo, Medina (1990) trata da relação Eu-Tu, não Eu-Isto, como se os outros fossem objetos. A reflexão foi baseada nos apontamentos de Buber (1878-1965), para o qual é a vida comunitária que permite que cada indivíduo se relacione com o próximo de uma forma intersubjetiva. Porém, “o homem que se conformou com o mundo do Isso, como algo a ser experimentado desde destino: em lugar de liberar o que está ligado a este mundo ele o reprime; em lugar de contemplá-lo ele observa, em lugar de acolhê-lo serve-se dele” (BUBER, 1977, p. 51). Um das respostas diante desse impasse é aplicar a vontade para chegar ao verdadeiro conhecimento, que passa pela contemplação:

Primeiramente o conhecimento: é na contemplação de um face-a-face, que o ser se revela a que o quer conhecer. O que o homem viu pode considerá-lo como um objeto, compará-lo com outros objetos, ordenar em classes de objetos, descrever e decompor objetivamente, porque nada pode ser integrado na soma de conhecimento, senão na qualidade de um Isso. Na contemplação, porém, não se tratava de coisa entre coisas, de um processo entre processos, era exclusivamente a presença (BUBER, 1977, p. 47).

Essa reflexão remete à Medina (1999), quando diz que a entrevista pode ser só uma técnica composta por um questionário com perguntas pautadas ou um verdadeiro diálogo. Só assim, conforme Buber (1977), o “Tu” consegue abrir ao “Eu” o mundo do “Tu”. Para o autor, relação implica reciprocidade e essa dificuldade de abertura explica-se pela “coisificação”, pela separação do homem em zonas claramente delimitadas: as instituições, domínio do “Isso”, e os sentimentos, supremacia do “Eu”. As instituições são o “fora”, onde se trabalha, se faz negócios, se exerce uma função. Já os sentimentos são o “dentro”, onde se vive e se descansa das instituições. “Aí o homem usufrui sua ternura, seu ódio, seu prazer e sua dor, quando esta não é muito violenta. Aí a gente se sente em casa, se estira na cadeira de balanço” (BUBER, 1977, p. 51). Para o autor, o funcionalismo e a frieza das relações institucionais têm gerado consequências, entre elas o isolamento e o sofrimento.

O problema da empatia perpassa assim todas as dimensões: o corpo vivo, os sentimentos, a alma. Pelos órgãos dos sentidos - visão, tato, audição, olfato e paladar - podemos mensurar coisas e acontecimentos, mas os resultados não são somente mecânicos. Embora o ouvido capte o som de forma física, se o “eu” fosse apenas um corpo todos ouviriam uma música da mesma forma, mas temos também sensações, como alegria ou tristeza.

Ainda sobre as sensações, Stein (2003) diferencia a capacidade passiva e ativa. Enquanto na primeira as percepções são involuntárias, na segunda há uma possibilidade de escolha. Estou aqui, agora, imerso a situações que me geram sensações determinadas, mas minha atividade reflexiva pode “levar-me” a outros lugares e produzir novas emoções, através das quais posso presentificar vivências anteriores ou hipotéticas.

Além disso, embora sejamos afetados pelo sentimento, a ação passa pela liberdade individual. Diante de uma injustiça, o sentimento pode ser o mesmo para todos os seres humanos: indignação, raiva. Até mesmo a vontade pode ser a mesma: vingar-se, reagir. Entretanto, a ação é individual. Stein (2003) destaca assim os três elementos: o sentimento, sua ação física e a expressão.

Diante de um dilema, podemos refletir e analisar os pormenores, até decidir algo. Um jornalista pode se deparar com um entrevistado que lhe causa sentimentos

de fúria, mas ao determinar que irá buscar uma compreensão verdadeira vai esforçar-se para tal. O mesmo ocorre com as limitações físicas: embora possamos estar cansados, em situação de pressão, decepcionados com o salário ou o ambiente de trabalho, a vontade pode interferir. A “força de vontade”, como o senso comum nomeia, pode determinar a ação.

Em relação à possibilidade de empatia, Medina (2008) também sugere a aproximação, que é sentida por todos os envolvidos: o repórter, que se esforça para alcançar o outro, e leitor, ouvinte ou telespectador, que é envolvido.

Um leitor, ouvinte ou telespectador sente quando determinada entrevista passa emoção, autenticidade, no discurso enunciado tanto pelo entrevistado quanto no encaminhamento das perguntas pelo entrevistador. Ocorre, com limpidez, o fenômeno da identificação, ou seja, os três envolvidos (fonte da informação, repórter, receptor) se interligam em uma única vivência. (MEDINA, 2008, p. 5-6).

Neste sentido, parece surgir um caminho: constatação do problema, autorresponsabilidade, compreensão do que é o humano, autocrítica, educação dos sentidos, além do exercício constante da busca pela empatia, que também nos dá luzes para um jornalismo humanizado, que afinal almejamos.

No próximo capítulo, as análises das reportagens mostram que há inúmeros aspectos a serem refletidos e que a desumanização se reflete no jornalismo tal como ocorre na sociedade: através da discriminação a negros, mulheres, imigrantes e outros grupos que historicamente também foram atingidos pelo preconceito e pelas construções simbólicas de superioridade ou inferioridade. Também com a falta de apuração, reprodução de informações, com consequências que provocam uma distância abissal entre o fato e a informação divulgada - distância que pode ser fatal. A preocupação central é demonstrar as consequências da desumanização, mas numa perspectiva otimista também foram selecionadas reportagens que mostram que a humanização é possível.

6. JORNALISMO E (DES)HUMANIZAÇÃO

6.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após todas as considerações com relação à desumanização como prática social, esta etapa da pesquisa se propõe a analisar os reflexos para o jornalismo. Como já explicitado no capítulo anterior, considero que o jornalismo desumaniza sempre que não observa os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o direito à dignidade humana, desrespeitando outros direitos básicos também previstos nas legislações, como o Código Civil e Código Penal. Além disso, baseado nos apontamentos de Gomes (2010), como também fundamentado em Boaventura de Sousa Santos, podemos fazer uma adaptação ao jornalismo, considerando como desumanização:

- A prática de tratar pessoas como coisas;
- O tratamento das pessoas de acordo com valores históricos, trazendo a discussão das várias formas de hierarquização valorativa dos sujeitos com base em critérios vários de discriminação;
- A prática caracterizada como “pessoas isoladas”, compreendidos como processos de despersonalização;
- Crítica ao caráter de objetividade e neutralidade, que pode resultar relações frias e desumanas;
- Os processos e ambientes que estimulam a desumanização dos próprios profissionais;
- A desumanização pela tecnologia, quando a distância física não é minimizada através de procedimentos na apuração;
- Abordagens sensacionalistas, que priorizam a audiência, em detrimento das consequências aos personagens envolvidos;
- Exploração do grotesco;

- Divulgação de informações sem observância dos limites éticos, direitos humanos e direitos civis, conforme a legislação de cada país.

As narrativas foram selecionadas no período do doutorado, de 2015 a 2019, embora através de pesquisas foram captadas também reportagens de diferentes fases do jornalismo, com o objetivo de refletir a desumanização como um processo histórico, o que também buscamos demonstrar na abordagem teórica. No total, 96 reportagens fizeram parte do *corpus*, sendo que as aqui descritas e interpretadas, 19 casos, são as que mais destacaram a dimensão dos fenômenos: meios de comunicação distintos, tanto em relação à abrangência, nacional ou regional, quanto aos formatos, texto ou audiovisuais, coberturas e notícias isoladas. Estas foram selecionadas através de um critério afetivo, baseado em percepções pessoais. Foram 13 casos que chamaram minha atenção pelos aspectos de desumanização e quatro reportagens de jornalistas que em toda sua trajetória foram responsáveis por reportagens que encaixam-se à compreensão de humanização. Todas foram analisadas através dos procedimentos metodológicos da Análise Pragmática da Narrativa, na perspectiva de Luiz Gonzaga Motta. Trata-se da teoria da narrativa, que abarca também os métodos e os procedimentos empregados na análise das narrativas humanas.

De acordo com Motta (2007), a análise se ampara na hermenêutica de Ricoeur e na fenomenologia de Edmund Husserl. Dedicar-se ao estudo das relações humanas, as quais produzem sentidos através de expressões narrativas, sejam factuais (jornalismo, história ou biografias) ou ficcionais (contos, filmes, telenovelas, videoclipes, histórias em quadrinho).

O primeiro passo é a identificação das instâncias do discurso, conforme proposto por Todorov (1970) e Barthes (1971), que Motta (2016) divide em três: plano de expressão (linguagem ou discurso); plano da estória (conteúdo); plano da metanarrativa (tema de fundo). Em sua proposta metodológica, Motta ainda propõe seis movimentos, que ajudam a compreender o todo.

O primeiro movimento é *compreender a intriga como síntese do heterogêneo*. Esta etapa propõe conectar as partes, identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico para compreender o tema como síntese. A

análise vai buscar afinidades e recorrências nas circunstâncias, personagens, além de aspectos interessantes das estratégias narrativas jornalísticas e dos efeitos de sentido pretendidos, como retardamento do desfecho, ritmo da narração, explicações causais e outras atitudes organizativas do texto.

O segundo movimento é *compreender a lógica do paradigma narrativo*. Este passo remete à essência do objeto, a estória. Parte do pressuposto de que a narrativa tem o objetivo de seduzir, atrair e, para isso, utiliza estratégias como suspense, tensão, conflitos. A proposta, neste sentido, é investigar os conflitos e estratégias, como retardamento narrativo, através do emprego de palavras “aqui”, “lá”, “agora”, pronomes pessoais ou advérbios, usados geralmente com o objetivo de causar alguma resposta emocional ao narratário (audiência).

O terceiro movimento é *deixar surgir novos episódios*. Parte do pressuposto de que a história contada pelo storyline (nova síntese) permite a identificação de episódios mais ou menos unitários, que podem revelar se o narrador “dispõe estrategicamente personagens, cenários, incidentes, conflitos, fracassos e conquistas.” (MOTTA, 2016, p. 160). Estes podem ser organizados para produzir efeitos dramáticos, como suspense, tensão.

O quarto movimento é *permitir ao conflito dramático se relevar* e se propõe a deduzir as artimanhas que, consciente ou inconscientemente, o narrador pode ter utilizado na construção da narrativa. Trata-se de um reconhecimento do conflito dramático, entendido por Motta (2016) como um *frame cognitivo*, ou seja, um enquadramento, ponto de vista ou perspectiva, através do qual o narrador organiza a realidade que pretende narrar. Apesar de ser o quarto movimento, o autor sugere que os conflitos sejam identificados desde o início da análise, para que sejam aprofundados até o fim.

O quinto movimento é o *personagem - metamorfose de pessoa a persona*, que busca identificar como os personagens realizam os enfrentamentos. Ao buscarmos traços de desumanização nas narrativas, este movimento interessa especialmente, já que é na construção do personagem que, geralmente, a desumanização se manifesta.

Conforme Motta (2016), o personagem é uma réplica do homem: apesar de não ser o próprio, mas uma representação dele, uma *persona*; os personagens

sempre apresentam qualidades e atitudes do ser humano. Além disso, são elementos-chave na constituição da narrativa. São analisadas características, como o uso de designantes - nomes próprios ou identificadores - cargos ou funções, buscando compreender porque são utilizados pelo narrador para produzir efeitos do real.

A partir de estratégias, podemos ter protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, doadores, ajudantes, vilões, mocinhos, bandidos, com uma construção. Não interessa quem é o personagem real – político, economista, gari – mas como a narrativa construiu sua imagem.

Tudo isso leva em conta, conforme Motta (2007), que tal como o cidadão comum ordena os dados de seu *curriculum vitae* de acordo com seus objetivos, o jornalista possui igual liberdade ao modelar o “retrato” que constrói de uma pessoa. Porém, não é mera reprodução ou reflexo do “real”, mas uma construção que mobiliza a subjetividade do narrador.

O sexto movimento trata das *estratégias argumentativas*, que busca dispositivos retóricos utilizados pelos narradores capazes de revelar o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos na comunicação jornalística. Estas produzem efeitos (efeitos do real – estratégias de objetivação ou efeitos poéticos – estratégias de subjetivação).

No jornalismo, há normalmente uma “dessubjetivação”, ou seja, uma intenção do jornalista de camuflar sua existência na narrativa e apagar a sua mediação. Porém, para Motta (2007), trata-se de uma linguagem argumentativa e quem narra tem sempre algum propósito: nenhuma narrativa é ingênua, muito menos a narrativa jornalística.

As estratégias de objetivação pretendem a interpretação dos fatos narrados como verdades. Que expressões criam a atualidade? Uma referencialidade geográfica? A referencialidade de autoridade para dizer e poder dizer que autentica a relação da comunicação jornalística? As condições de verdade (a precisão, a lógica da transparência jornalística, da representação fiel)? Que expressões ou perspectivas do discurso criam o “olhar externo” do jornalista em relação aos fatos? Que expressões instauram a legitimidade do narrador (o repórter, o editor, o veículo) como fonte legítima para dizer e poder dizer? Tudo isto inclui a observância de

citações, datação precisa (dia, hora, momento do dia), nomes de lugares e instituições, números, estatísticas, idades, etc. (MOTTA, 2007).

Já as estratégias de subjetivação compreendem a construção de efeitos estéticos. No jornalismo, algumas vezes de forma mais evidente, há uma infinidade de recursos e de figuras que remetem o leitor a interpretações subjetivas, pois cada um promove a identificação do leitor com o narrador, humaniza os fatos e conduz a sua compreensão como dramas e tragédias humanas.

Esses mecanismos estão nos verbos, nos adjetivos, substantivos que estigmatizam, nas exclamações, interrogações, comparações, ênfases, repetições, reticências, nas figuras de linguagem, nas ironias, paródias, nos conteúdos implícitos, nas implicaturas de advérbios como “apenas”, “de novo”, “só”, “ainda”, comuns nas manchetes, nas pressuposições, entre outros recursos.

O sétimo movimento é *permitir as metanarrativas aflorar*. Parte do pressuposto de que toda narrativa é construída sobre um fundo ético e moral, inclusive a jornalística, por mais imparcial que pretenda ser e, assim, busca artifícios que identifiquem a intenção da narrativa.

Para Motta (2007), nas histórias infantis, romances e filmes esse fundo moral costuma ser evidente. Já no jornalismo a intenção do narrador usualmente aparece camuflada em outras estratégias e esse significado simbólico se torna difuso, embora também esteja ali. Algumas metanarrativas culturais frequentes são: o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana, entre outras. Na análise das reportagens, buscamos refletir sobre todos estas perspectivas recomendadas por Motta (2007), buscando entendimentos implícitos e explícitos de desumanização.

6.2 O JORNALISMO PODE DESUMANIZAR?

No dia 9 de setembro de 1906, o jornal *The New York Times* noticiava a nova atração do zoológico do Bronx Park: *Bushman shares a cage with Bronx Park apes*¹³

¹³ Disponível em <https://www.nytimes.com/1906/09/09/archives/bushman-shares-a-cage-with-bronx-park-apes-some-laugh-over-his.html>, acesso em 17 de julho de 2019.

, que traduzido significa: “Homem do mato divide jaula com macacos do Bronx Park”. O menino, chamado Ota Benga, tinha pele negra, estatura baixa e, conforme o cientista que o levou ao local, era de uma espécie rara, o que justificava sua exposição.



Figura 1: Texto publicado no The New York Times no dia 9 de setembro de 1906

Ao buscarmos a intriga como síntese, temos o contexto histórico: não era um caso isolado, mas havia o cenário anterior de escravidão legitimada pelos governos, como tratado nos primeiros capítulos desta tese. A exposição de seres humanos, principalmente negros, como objeto de estudo antropológico e etnográfico ainda era comum na época, mas também já havia mudanças históricas, com a discussão sobre igualdade.

No segundo movimento proposto por Motta (2016), a lógica do paradigma narrativo, o jornal segue a narrativa social: já na primeira reportagem mostra a discordância de parte do público, o que evidencia uma tentativa de mostrar “o outro lado” (Figura 1). Além disso, não nega sua humanidade, chamando-o de “ser humano”, mas traz a exposição em si como notícia principal, e não a discussão sobre o fato de homem ter sido apresentado como atração. Este enfoque é evidenciado no dia seguinte, com o surgimento de um novo episódio: o movimento

contrário à exposição (Figura 2), motivado por clérigos. Entretanto, o mesmo texto traz como subtítulo a frase: “Menino e seu companheiro orangotango são deleite do público do Bronx”.



Figura 2: Texto publicado no The New York Times no dia 10 de setembro de 1906

Entre as estratégias de argumentação está a informação de que milhares de pessoas pegaram metrô ou vieram de carro para o zoológico para ver o “Bushman”, ou “Homem do mato”, ainda sem trazer o nome. O personagem é tratado como “um humano”, sem nome, embora haja uma metamorfose, pois nos dias subsequentes Ota Benga começa a ganhar características pessoais.

A narrativa se encaixa ao que Sodré e Paiva (2002) definem como “grotesco”, fenômeno estético que está presente na literatura, no cinema e no jornalismo por manifestações da paródia em que se produz uma tensão risível e um rebaixamento de valores quanto à identidade de uma forma (SODRÉ; PAIVA, 2002).

Em Ota Benga, apesar de ser referenciado como “humano”, não é tratado como um, tanto pelo zoológico, quanto pelo Estado e pelos meios de comunicação. As estratégias trazem a opinião dos espectadores, inclusive trazendo que “poucos se manifestaram contrários”, mas em nenhum momento há menção ao que o próprio Ota Benga expressava. Ele é algo exótico, animalesco, “da selva”. Ainda que falasse outra língua, há outras formas de linguagem que poderiam ser traduzidas, mas as

reportagens não mencionam uma tentativa de compreensão.

O conflito segue sendo noticiado pelo jornal, com a abordagem dramática e de suspense, com o meio de comunicação aparentemente neutro, embora algumas nuances da narrativa expressem metanarrativas. Alguns dias depois, no dia 24 de setembro, o jornal publicou uma reportagem intitulada “*Whats’s Ota Benga?*” (Figura 3), ou seja “o que é” e não “quem é”, com uma entrevista com um antropólogo.

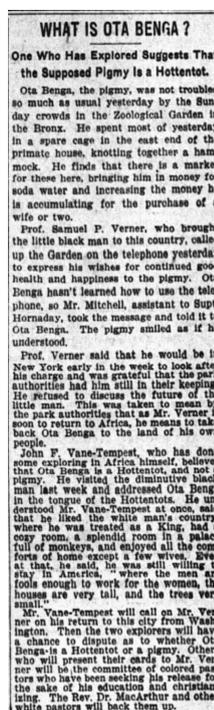


Figura 3: Texto publicado no The New York Times no dia 24 de setembro de 1906

Na lógica do paradigma narrativo, é um cientista que pode responder tal indagação, pois é uma fonte legitimada socialmente para tal. Não obstante, não há nenhum questionamento com relação à relevância dos argumentos, mas uma aceitação passiva de todas as respostas. Com estratégias de objetivação, como o uso das aspas, a narrativa conta que o cientista foi visitar o menino e disse que acreditava que ele não era um pigmeu, mas sim um “hottentot”.

Também menciona em tom afirmativo que o cientista falou com o menino na “língua dos hottentot” e entendeu imediatamente o que ele dizia. Na lógica do paradigma narrativo, isso reforça a citação seguinte, que não é questionada: o menino teria dito que gostava do país “do homem branco”, que foi tratado como um

rei, tinha um quarto confortável e grande, que era um palácio com macacos. Também disse que por enquanto pretendia ficar na América.

A narrativa ainda traz que o cientista iria encontrar com o antropólogo que trouxe Ota Benga para discutir se ele era “um pigmeu ou hottentot”. Não há nenhum questionamento sobre o fato de um ser humano estar em uma jaula. Só no fim da narrativa há um novo episódio: a menção ao movimento para tentar libertar o menino, movido pelos clérigos, que fazia algum progresso naqueles dias.

No dia 12 de setembro, outro episódio surge, mas corroborando com a narrativa do espetáculo: a notícia de que o prefeito não iria ajudar a libertar o “pigmeu” (Figura 4). Na escolha dos termos, as estratégias argumentativas mais uma vez desumanizam, chamando Oto Benga de “pigmeu”, pela “espécie”.

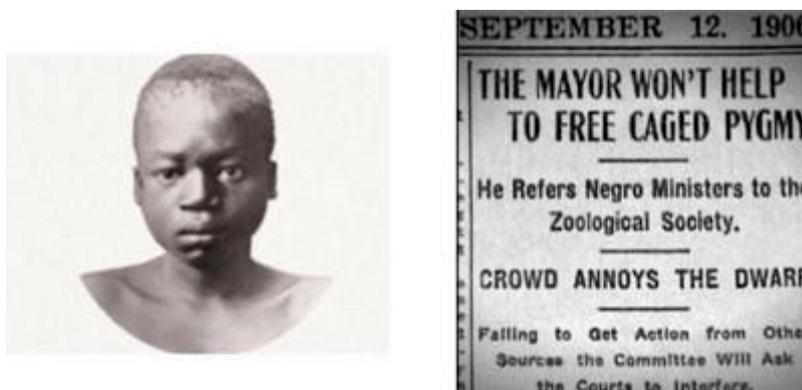


Figura 4: Texto publicado no The New York Times no dia 12 de setembro de 1906

Em agosto de 2006, um século depois do ocorrido, o *The New York Times* fez uma reportagem intitulada “O escândalo no zoológico¹⁴”, que parte da intriga, deixando claro nas primeiras linhas que o caso foi de racismo, mas, ao mesmo tempo, encaminha a narrativa para uma defesa do meio de comunicação, com o surgimento de novos episódios e conflitos. Nas estratégias argumentativas, traz inicialmente os “vilões”: o prefeito da cidade na época, que se recusou a se reunir com os clérigos ou a apoiar a causa, e o diretor do zoológico, que parabenizou o gestor e disse que acreditava que quando a história do parque fosse escrita esta seria a passagem mais divertida. Busca uma contextualização, com a história de Ota Benga, mas a partir de um livro em que um dos autores é neto do antropólogo que

¹⁴ Disponível em <https://www.nytimes.com/2006/08/06/nyregion/thecity/06zoo.html>, acesso em 18 de julho de 2019.

levou o homem ao zoológico. A narrativa traz que Ota Benga foi um sobrevivente de um massacre de pigmeus promovido pelo rei da Bélgica e governante do então chamado Estado Livre do Congo - aqui trazendo um novo personagem e “mais vilão”. Há uma metanarrativa, de que o tratamento foi desumano, mas também uma busca por culpados, sobretudo o Estado, mas também a sociedade, através da descrição da atitude de parte dos espectadores, que zombaram dele.

Os episódios seguem com tensão, contando que no massacre Ota Benga teria perdido a esposa e dois filhos. Posteriormente, foi vendido “pelos assassinos” como escravo e comprado pelo antropólogo Samuel Phillips Verner. Este, por sua vez, havia sido contratado para levar alguns pigmeus e outros africanos para uma exposição de antropologia na Feira Mundial de 1904, nos Estados Unidos. Apesar de trazer um novo episódio, que em um contexto maior poderia ser relacionado ao racismo, ou seja, a exposição de seres humanos, não há um aprofundamento, apenas a menção, a exemplo do que ocorreu 100 anos antes, quando não houve nenhuma contextualização e tentativa de apurar a história.

Antes do zoológico, a reportagem traz que Ota Benga foi levado ao Museu Americano de História Natural, onde foi deixado com alguns chimpanzés e outros materiais considerados “coleção” do antropólogo, ou seja, como objeto, com a desumanização pela coisificação. Posteriormente, conforme a reportagem, por ter se tornado rebelde, foi levado ao zoológico, onde passou a conviver com um chimpanzé. Entretanto, o que chama atenção nessa nova notícia é o relato de que Ota Benga “era livre para ir e vir dentro do zoológico” e que atraiu espectadores justamente por causa da primeira reportagem, no dia 10 de setembro.

A narrativa menciona um editorial escrito pelo meio de comunicação em que diz não entender a emoção que as pessoas sentem ao ver o “espetáculo”. Apesar de trazer uma autodefesa, segue se referindo ao caso como um entretenimento. Além disso, essa nova reportagem conta o que aconteceu ao jovem: em janeiro de 1910, quatro anos depois, foi libertado e passou a viver em um seminário da Igreja Batista, mas em 1916 se suicidou. O texto traz que ele desejava voltar para a África, mas quando percebeu que os custos seriam muito altos e que possivelmente não conseguiria, foi se entristecendo.

Além do *The New York Times*, inúmeros outros meios de comunicação da

época noticiaram o caso com o mesmo enfoque, alguns de forma ainda mais escancarada, defendendo o ponto de vista antropológico desta exposição de Ota Benga e de outras que aconteciam na época. Apesar disso, textos recentes lembram de outro lado da história, com fatos ainda mais chocantes do que a reflexão do *The New York Times*. Na época, o menino havia aprendido algumas palavras em inglês e enquanto a multidão corria atrás dele, gritava: “I am a man! I am a man!”, ou seja, “Eu sou um homem! Eu sou um homem!”, como traz a reportagem do Daily Mail¹⁵. Isso reforça como os meios de comunicação ignoraram o que o personagem dizia, primeiro em sua própria língua, depois já em inglês.

A narrativa remete às reflexões de Morin (2005), para o qual há cegueiras ego-etnocêntricas, que na opinião dele só podem ser superadas pelo desenvolvimento da compaixão.

Para desenvolver a compaixão do coração, o humanismo de espírito, de um verdadeiro universalismo e do respeito das diferenças que nos levará a superar as cegueiras ego-etnocêntricas ou ideológicas que nos fazem ver apenas o estranho no estrangeiro, e que nos fazem ver, naquele que verdadeira ou ilusoriamente nos ameaça, um porco, um ser imundo. (MORIN, 2005, p. 61).

Além disso, não apenas nos Estados Unidos aconteceram casos como o de Ota Benga, mas também no Brasil a desumanização fez parte de narrativas midiáticas ao longo da história, como revelou uma pesquisa de Gustavo Barreto de Campos (2015). O pesquisador analisou mais de 11 mil edições de jornais e revistas entre 1808 e 2015 com o objetivo de verificar a abordagem da imprensa em relação a imigrantes que chegavam ao Brasil. Ao se debruçar sobre as edições de *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* (hoje *Folha de S. Paulo*), *Correio da Manhã*, *O País* e *Gazeta do Rio de Janeiro* ao longo dos 207 anos constatou não apenas que houve preconceito, mas que este se manteve constante ao longo do tempo, inclusive com uma aceitação seletiva e diferenças entre europeus e africanos, por exemplo.

Segundo Campos (2015), a data de 1808 foi histórica neste aspecto, pois foi quando o Brasil abriu os portos ao comércio com as “nações amigas”. Contudo, pela

¹⁵ Disponível em <https://www.dailymail.co.uk/news/article-1224189/Caged-human-zoo-The-shocking-story-young-pygm-y-warrior-monkey-house-fuelled-Hitlers-twisted-beliefs.html>, acesso em 05 de outubro de 2019.

análise do pesquisador, o tratamento foi diferenciado de acordo com o local de origem. Enquanto os meios de comunicação costumavam se referir ao “estrangeiro” como algo positivo, inclusive melhor, a noção de “imigrante” é negativa, utilizada especialmente para os africanos.

Os meios de comunicação refletiam a política do Estado, que se encaixa em todo processo de desumanização. No período, houve a mudança da monarquia à República, em 1888, o que deu início à política de imigração. Conforme Campos (2015), havia uma clara preferência por brancos e europeus, tanto que estes recebiam subsídio do governo para se estabelecerem no país. Já “amarelos e negros” não poderiam entrar com o incentivo do Estado, de acordo com um decreto oficial de 1891. Se entrassem, o dono da embarcação poderia perder o alvará de funcionamento.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. (HOLANDA, 1995, p. 31).

Esses casos foram anteriores à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), mas situações em que há preconceito em relação a imigrantes continuam acontecendo atualmente, contrariando os primeiros artigos da DUDH, que trazem:

Artigo 2:

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, arquivo eletrônico).

Em 2016, um caso que contraria essas determinações ocorreu após a suspeita de que um morador do Paraná recém-chegado de Guiné estivesse com Ebola, o vírus letal que já havia matado milhares de pessoas, a maioria em Guiné, Libéria e Serra Leoa. Ao recompormos a síntese do acontecimento jornalístico, há um sentido de serviço por parte dos meios de comunicação, já que a doença poderia

se proliferar e significar um risco público. Porém, ao buscarmos a compreensão da lógica do paradigma narrativo, durante a divulgação do caso pelos meios de comunicação percebe-se pelo menos duas formas de desumanização: a discriminação e a despersonalização.

Levando em conta o primeiro movimento, ao contextualizarmos a narrativa reconhecemos o pensamento dominante, com o preconceito histórico em relação a negros, o que deveria suscitar uma reflexão maior. Já a despersonalização se dá pela composição da intriga com detalhes desnecessários para a informação como serviço, como o nome completo, foto e imagem dos documentos pessoais.

No segundo movimento, ao identificar conflitos e a funcionalidade dos episódios, percebemos que embora fosse apenas uma suspeita, que estava sendo monitorada pelo governo, ao revelar detalhes de sua vida os meios de comunicação dão ao personagem o status de “vilão”, construindo um personagem perigoso, sendo praticamente uma punição ter seu rosto e passaporte expostos em rede nacional pelas principais emissoras de televisão, como o programa Fantástico, da Rede Globo¹⁶.

O jornalismo audiovisual ainda necessita de imagens, o que faz com que ainda esteja presente no local dos acontecimentos. Porém, esse exemplo reforça o que já foi expresso nos capítulos anteriores: que a desumanização não ocorre pela distância física, mas pelo tratamento. Para Medina (2016, p. 266): “o jornalismo facilmente se satisfaz com estatísticas da morte e da miséria assim como não se descuida dos gráficos da economia. Esse objetivismo herdado do distanciamento na ciência positivista impregna a pauta que alimenta opiniões ligeiras [...]”.

Essa objetividade pode ser encontrada nas estratégias argumentativas, que neste e em muitos outros casos ajudam a desumanizar: além do nome e imagem de documentos, a reportagem do Fantástico chegou a usar imagens das câmeras de segurança de um centro médico de Cascavel - cidade paranaense onde o caso ocorreu - numa função de suspense, sendo que câmeras de segurança são geralmente usadas para registrar crimes (figura 5). Há o surgimento de novos

¹⁶ Disponível em:

<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/10/africano-com-suspeita-de-ebola-esperou-por-4-horas-at-e-ser-atendido.html>, acesso em 12 de março de 2019.

episódios através de conflitos dramáticos, suspenses, cada notícia como se fosse uma revelação.



Figura 5: Reportagem do site do programa Fantástico de 12 de outubro de 2014

A construção do personagem como vilão fica clara com as consequências da divulgação: mesmo após ter sido descartada a suspeita da doença, reportagens noticiavam que ele estava com medo de retornar a Cascavel por causa de ataques nas redes sociais. Os mesmos jornais que antes divulgaram seu nome e todas as informações pessoais e que o tornaram conhecido, posteriormente o apontam como vítima, embora toda narrativa anterior tenha sustentado a imagem de alguém que significava uma ameaça pública.

A revista *Exame*, que no dia 10 de outubro de 2014 publicou reportagens com o nome do imigrante¹⁷, no dia 14 faz uma crítica às manifestações racistas, mas traz o adjetivo “africano” e o nome da vítima já no título¹⁸. (Figura 6)

¹⁷ Disponível em:

<https://exame.abril.com.br/brasil/estado-de-saude-de-africano-e-bom-e-exames-vaio-para-belem/>, acesso em 7 de março de 2019.

¹⁸ Disponível em:

<https://exame.abril.com.br/brasil/africano-souleymane-teme-agora-retornar-a-cascavel/>, acesso em 7 de março de 2019.



Figura 6: Reportagem publicada no site da Exame no dia 10 de outubro de 2014



Figura 7: Reportagem publicada no site da Exame no dia 14 de outubro de 2014

Além disso, embora a narrativa tente tranquilizar em relação aos riscos, já que a doença não foi confirmada, a foto traz pessoas entrando com roupas de proteção em um avião, remetendo a uma situação de risco. Ao digitarmos o nome completo do imigrante no *Google*, temos 15.500 resultados, sendo que na maioria deles o nome sucede o adjetivo “africano”. Há um reforço da origem, sendo esta carregada de generalizações, o que desprioriza. O personagem é tratado pelo estereótipo, e neste caso negativo.

Ao analisarmos as Estratégias argumentativas, as construções são praticamente baseadas em Estratégias de objetivação, com construção dos efeitos de real através de fontes oficiais e imagens, como o registro da câmera de segurança ou o personagem saindo escoltado do avião. São dados objetivos, baseados em um esforço de neutralidade. Entretanto, carregam subjetividade e remetem ao quinto movimento: a relação comunicativa e o “contrato cognitivo”, que basicamente se refere ao narrador (jornalistas) e o narratário (público). Há um sentido de serviço na divulgação, fazendo com que o público se sinta beneficiado de alguma forma. Num fundo ético e moral, os fins parecem justificar os meios, ou seja, o interesse parece amparar a necessidade dos detalhes. Todavia, neste caso personalizar não faz diferença, mas ao contrário: desumaniza. Há um desrespeito à privacidade, à imagem e à honra, previstas tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras legislações, inclusive no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Ao dissertar sobre ética e verdade, Cornu (1994) lembra que o jornalista inscreve-se na história e sua interpretação do tempo presente insere-se num contexto social e político. Assim, embora a liberdade de imprensa seja o ato inaugural de uma ética da informação, é necessário “responsabilidade de garantir o respeito pela verdade perante o conjunto de cidadãos, em nome dos quais se orientam e formulam a busca e a exigência de legitimação”. (CORNU, 1994, p. 381).

Neste sentido, parece haver um embate entre a defesa dos direitos humanos e a própria imprensa infringir tais determinações, como ocorreu neste mesmo caso, com a notícia de que afrodescendentes foram vítimas de preconceito por causa da repercussão. Além disso, não apenas imigrantes do continente africano, mas também do Haiti, que fica na América Central, mas cuja constatação revela que o preconceito é sobretudo em relação à cor de pele, consequência de toda a história anteriormente citada.

Na reportagem do *Estadão*¹⁹, os relatos dos imigrantes demonstram discriminação e os próprios personagens mostram que há desconhecimento por parte dos moradores da cidade:

Na sexta-feira, eu ia para o trabalho e começaram a nos apontar na rua dizendo: 'Olha os caras com Ebola', diz Abdoul Bonsara, de 24 anos, que é de Burkina Faso e há sete meses mora em Cascavel e trabalha como mecânico.

Ele e três compatriotas que dividem uma casa afirmam que a discriminação atesta a falta de conhecimento. "Os brasileiros não sabem que Burkina Faso é longe dos países que têm Ebola. Acham que é tudo a mesma coisa porque somos negros", diz Sitta Compaore, de 25 anos. (ESTADÃO, 2014, arquivo eletrônico).

Todavia, embora a citação relate o “desconhecimento”, a narrativa não esclarece se a informação relatada é verdadeira. Além disso, chama atenção o subtítulo: “Imigrantes afirmam que sofrem ameaças e são vítimas de preconceito nas ruas e na busca por emprego; moradores negam”. Em uma estratégia argumentativa, há um suspense, como se existisse um embate entre os imigrantes e os moradores, em uma situação de generalização, embora apenas duas pessoas tenham se manifestado na narrativa. Apresenta-se como um conflito, uma intriga, através de um novo episódio.

Em outra reportagem do *site G1*, intitulada “Africano é preso suspeito de tentar estuprar duas estudantes na UFSC”²⁰, podemos observar constatações semelhantes, com a desumanização através da discriminação e da despersonalização, além de outro aspecto: a desumanização através dos ambientes e tecnologias.

O personagem é estudante, intercambista e estrangeiro de Cabo Verde, mas não foram estas as características que se destacaram na reportagem. Cada uma delas foi citada apenas uma vez, enquanto o substantivo “africano” é repetido quatro vezes no texto.

Sobre a recomposição da intriga e tema como síntese, um caso de estupro

¹⁹ Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/10/13/imigrantes-sao-hostilizados-no-pr-apos-suspeita-de-ebola.htm?mobile&width=320>, acesso em 7 de março de 2019.

²⁰ Disponível em:

<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/11/africano-e-presos-suspeito-de-tentar-estuprar-duas-estudantes-na-ufsc.html>, acesso em 10 de outubro de 2018.

em um ambiente universitário faz parte de um contexto relevante, embora o fato de o caso ter acontecido durante uma festa dentro do campus tenha sido pouco explorado. Porém, neste caso temos pelo menos dois outros fatores que interferem na funcionalidade dos episódios e identificação dos conflitos: o suspeito é de um país da África e negro, remetendo ao contexto já mencionado nos outros casos já analisados.



Figura 8: Reportagem publicada no G1 SC em 22 de novembro de 2014

No *site*, a narrativa é assinada pelo repórter da *RBS TV*, que fez a reportagem originalmente para um dos telejornais da emissora. Há um autor da narrativa, embora muitos outros tenham tido acesso e talvez interferido na sua significação. No *site G1*, o texto é praticamente igual ao da TV, sem informações adicionais.

Na chamada da reportagem em vídeo, não há nenhuma referência à origem do suspeito, mas já no título da versão *online* há a palavra "africano". São estratégias de argumentação objetivas: a primeira imagem do vídeo é o rosto do suspeito, em diversos ângulos, bem como o nome e idade. O repórter cita que "Claudino, de 28 anos, foi preso em flagrante depois de, segundo a polícia, ter tentado estuprar duas estudantes...". Em seguida, temos a passagem do repórter,

dando a versão das estudantes, depois o depoimento de ambas, e só então a defesa do próprio suspeito, que nega as acusações.

No caso desta reportagem, o narrador utiliza praticamente estratégias de objetivação, tanto no vídeo quanto no texto publicado no *site*, mas o conflito dramático é revelado em todos os episódios. Começando pela divulgação da imagem e o nome, que poderia ser um serviço caso a suspeita fosse confirmada e se tratasse de alguém perigoso. Naquele contexto ainda era suspeito, o que desumaniza pelo desrespeito do direito à honra, à personalidade e a ter a imagem protegida. A personalização, como em outros casos, nesta reportagem significa desumanização. O personagem desde o início é construído como vilão, com a metanarrativa de que é um criminoso, reforçada pela informação final, de que ele estaria morando de forma ilegal no Brasil por estar com a documentação vencida.

As mudanças tecnológicas e o impacto nos processos jornalísticos também devem ser levados em conta. No caso da reportagem de TV, o repórter foi até o local do acontecimento e teve a oportunidade de conversar com as fontes. Já os profissionais do *G1* na maioria das vezes fazem a apuração por telefone. Isso, porém, não reduz a responsabilidade com relação à divulgação de informações e o tratamento dado às fontes.

Apesar disso, em empresas multiplataformas a mesma reportagem é reproduzida em diferentes formatos, sem necessariamente uma nova apuração. Neste caso, a narrativa foi originalmente publicada na RBS TV, atualmente NSC Comunicação, e posteriormente editada em forma de texto no portal de notícias. Nesse sentido, outra constatação importante é que a presença no local do acontecimento não garante ética e tampouco evita a desumanização, como também é possível perceber através dos exemplos seguintes.

Para Charron e Bonville (2016), as condições técnicas podem favorecer os profissionais de muitas formas, como a intensificação da reflexividade: o jornalista pode observar seus concorrentes, a si próprio e avaliar seu desempenho. Também pode inovar com relação a regras de escrita, na escolha do foco da notícia, tom, estilo, originalidade, com muito mais procedimentos discursivos à disposição do que em outras épocas, apesar da precarização do ambiente de trabalho. Contudo, todas

essas vantagens demandam um esforço individual e, como as próximas análises demonstram, nem sempre isso ocorre.

Em 2017, um apresentador do programa Balanço Geral da Rede Record do Distrito Federal chamou a cantora Ludmilla de “macaca”²¹, situação que gerou repercussão principalmente em redes sociais, com mudança no posicionamento da empresa sobre o acontecimento.

Com relação ao conflito e funcionalidade dos episódios, já surgem questionamentos sobre a relevância do fato, já que a notícia é que um garçom de um restaurante em que a cantora esteve contou que ela combinava com eles de dizer que está resfriada para não tirar fotos com os fãs. Embora se trate de uma figura pública, a narrativa desumaniza pela despersonalização, reduzindo a pessoa ao suposto fato, já que também não fica clara a origem da informação. Também constrói um personagem vilão, que se vale da mentira para se beneficiar. Tudo isso contraria o artigo XII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que também pode ser relacionada a outros casos analisados nesta tese:

Artigo XII

Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, arquivo eletrônico).

Como estratégia argumentativa, a imagem da cantora é utilizada durante praticamente toda a narrativa, enquanto a apresentadora faz o relato do caso, embora não haja nenhuma cena remetendo à notícia em si. Não há referência ao garçom, ao restaurante ou ao dia específico, tampouco a defesa da própria cantora. Do ponto de vista de estratégias discursivas, há apenas a menção da fonte: “um garçom” sem, no entanto, compreendermos se houve apuração própria ou se trata de uma matéria reproduzida. Além deste caso, a apresentadora relembra outros, em que a cantora também teria se negado a atender fãs, reforçando a construção do personagem vilão.

²¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NO8_271RkMs, acesso em 13 de outubro de 2019.

Traz também a metanarrativa de fundo moral de que a mentira não compensa e que por isso a cantora mereceu a divulgação. É depois da notícia em si que o apresentador faz o comentário: “Macaca... É uma coisa que não dá pra entender: era pobre, macaca, pobre, mas pobre mesmo, mas pobre de...” E depois de começar a gaguejar, muda o discurso: “eu sempre falo para os meus amigos, eu era pobre e macaco também, sabe? Eu sou rico hoje de saúde, graças a Deus...” Depois de despersonalizar, a narrativa desumaniza novamente, através da discriminação, evocando uma narrativa histórica de preconceito e distinção, comparando um ser humano a um macaco. Após divulgação nas redes sociais, a emissora se manifestou inicialmente declarando que era uma “expressão regional” (Figuras 9 e 10):

[...] referente ao caso que está sendo divulgado nas redes sociais e em alguns veículos, a RecordTV Brasília e o *Balanço Geral* informam que não apoiam quaisquer tipo de preconceito, independente de qual seja. Temos a plena certeza de que o apresentador @MarcaoTV apenas utilizou uma expressão regional para se manifestar, sem o intuito de ofender a cantora Ludmilla ou qualquer outra pessoa. Houve apenas uma troca do adjetivo que acompanha a palavra. A expressão em si é amplamente utilizada em estados do Centro-Oeste.



Figura 9: Captura de tela do Twitter do Balanço Geral DF



Figura 10: Captura de tela do Twitter do Balanço Geral DF

Posteriormente, o apresentador foi demitido e a emissora publicou uma nova nota: “A Emissora repudia qualquer ato dessa natureza e afirma que este tipo de conduta não está na linha editorial de nosso Jornalismo. Por este motivo, a Record TV Brasília optou por rescindir o contrato do apresentador Marcão”²².

Este episódio nos leva à reflexão de Mathien (*apud* Cornu, 1994), que reflete sobre a liberdade *geral* e a liberdade *marginal*. O primeiro se refere à liberdade “que permite, em suma, fazer tudo que não é proibido por lei, entendida esta no sentido lato: as disposições legais, aplicáveis a todos, assim como as diretivas e regulamentos internos da empresa”. (CORNU, 1993, p. 265). Já a liberdade marginal corresponde à flexibilidade da lei:

O seu exercício tem por referência o direito comum, em participar na zona incerta e no entanto muito frequentada pelo jornalismo onde se enfrentam o direito do público a conhecer certos fatos e a proteção da pessoa. É a ela, muito exatamente, que alude ao jornalista Philippe Boucher, quando escreve que a “informação vive da violação das leis”. Exerce-se igualmente tendo por referência as orientações gerais da empresa, o seu círculo imediato de relações, as reações supostas do público ou de certas categorias de público. (CORNU, 1993 pp. 265-266).

Novamente, Cornu (1993) ressalta a necessidade de exercer a liberdade de agir de forma “marginal”, mas com responsabilidade, para saber até onde ir, para não ir demasiado longe.

²² Disponível em:

<https://emails.estadao.com.br/noticias/tv.record-tv-demite-apresentador-que-chamou-ludmilla-de-maca-ca.70001633003>, acesso em 16 de março de 2019.

Em 2019, após o rompimento da barragem em Brumadinho, outro episódio protagonizado pelo mesmo apresentador do caso anterior, desta vez no SBT, suscita reflexões neste sentido (Figura 11)²³, por desumanizar pela objetificação, com a utilização de estratégias de argumentação que desconsideram o drama humano do acontecimento.

Quanto à intriga como síntese, trata-se da cobertura de um acontecimento relevante: centenas de pessoas morreram e havia muitas informações a serem inquiridas, desde as causas do acidente até informações sobre as vítimas. Mas o episódio veiculado neste caso está relacionado mais à curiosidade do que à relevância da informação: apesar de estar no local do acontecimento, a repórter entra ao vivo durante o telejornal para noticiar que o ator Leonardo DiCaprio havia feito uma postagem nas redes sociais lamentando o acidente. E é nas estratégias de argumentação que a desumanização ocorre, com uso de recursos de humor. Antes de completar a informação, a repórter pergunta ao apresentador: “Você assistiu Titanic, Marcão?”. O apresentador responde: “Eu assisti sim, Márcia, claro. Quem não assistiu Titanic? Todo mundo fala que pareço muito com aquele rapaz, o Jack, né? O Leonardo DiCaprio... Não sei se as pessoas estão misturando, mas falam que eu pareço muito com o Leonardo DiCaprio”.

Nesse momento, é inserido no programa um efeito sonoro de risada. “Mas o que tem a ver o filme Titanic, o Marcão DiCaprio, com o que você vai falar agora? Conta pra mim, Márcia”, prossegue Marcão. A repórter continua: “Então... O Leonardo DiCaprio, que eu era fã, tinha álbum, colecionava figurinha dele, tinha caderno, nossa, adorava o Leonardo DiCaprio, ele acabou se revoltando também com essa situação de Brumadinho...”. O apresentador então interrompe a repórter novamente e fala sobre um colar que ela estava usando: “Então é por isso que você colocou esse ‘M’ de ‘Marcão’ aqui? Por que ‘Marcão DiCaprio’? Então você tem várias fotos minhas, recordações, aí colocou um ‘M’ de ‘Marcão’, é por isso, Márcia? É por isso que você fez isso?”, ele pergunta.

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tCCVK3AJuQ>, acesso em 10 de setembro de 2019.



Figura 11: Captura de tela do programa Primeiro Impacto do SBT

Na tela, a legenda traz: “Brumadinho: 99 mortos e 259 desaparecidos. O local onde ficava a pousada destruída pela lama”, enquanto os dois seguem utilizando recursos de humor. Não há nenhuma menção à informação da legenda, que dá a entender que estão no local onde ficava a pousada. É possível que a repórter esteja, inclusive, perto de corpos soterrados. A lógica do paradigma narrativo é seduzir, atrair, com estratégias de curiosidade, como a menção de um ator conhecido, mas se o retardamento narrativo parece querer deixar as informações relevantes para o final, com atualização de informação, não é o que ocorre. Os novos episódios que surgem seguem sendo completamente incoerentes em relação ao fato. Os personagens, nesse caso, são os próprios narradores.

Esse caso e o seguinte, sobre o tiroteio em uma escola de Suzano, nos remetem às características do jornalismo de comunicação apontadas por Charron e Bonville (2016), de que a ocorrência é, muitas vezes, um discurso sobre a ocorrência, o acontecimento um pseudoacontecimento, sendo que, diante da concorrência, “mais vale uma ocorrência banal do que nenhuma ocorrência” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 199). No caso de Suzano, as fontes são escolhidas pela “utilidade”, desconsiderando o drama humano vivido naquele momento e também sem a preocupação com a relevância, se há algo para ser acrescentado à informação.

A lógica do paradigma narrativo é clara: dar a informação o mais rápido possível, já que o acontecimento acabara de acontecer e os telespectadores

possivelmente ansiavam informações, inclusive parentes das vítimas. Ao chegar ao local, a repórter já está ao vivo, e começa a abordar as pessoas, que ainda buscam por informações sobre alunos da escola. A repórter está aflita, fisicamente cansada, enquanto repete “Meu Deus... Marcão, acabei de chegar, corri bastante”. Do ponto de vista de estratégia argumentativa, o fato de a repórter estar no local do acontecimento poderia ser confundida até mesmo com humanização: ela está ali, aflita, vivendo o drama, sendo que o próprio fato é um conflito dramático. O desespero da repórter aparece como estratégia argumentativa. Aborda algumas pessoas, que passam apressadas, até encontrar uma senhora que grita: “eu não quero falar”. Surge então um novo episódio: todos estão em uma situação vulnerável, de desespero, e ligar a câmera como estratégia argumentativa desumaniza ao considerar a divulgação mais importante do que o sentimento daquelas pessoas, ao contrário do que propõe a empatia.

Esses casos envolvendo a mesma repórter e o mesmo apresentador foram aqui tratados para refletirmos sobre o jornalismo como construção individual, com a desumanização como prática recorrente, se não houver reflexão. Em ambos os casos, como refletido nos primeiros capítulos, não se trata de considerar as pessoas como desumanas ou cruéis, mas sim suas ações, objetivamente desumanas. Muitas vezes, falta reflexão sobre as instâncias do discurso: o plano de expressão, referente à linguagem, o plano da história, referente ao conteúdo, e o plano da metanarrativa, sobre o tema de fundo. Os discursos e as estratégias argumentativas se repetem, ainda que os temas não sejam os mesmos.

Em coberturas em que o fato já é um conflito dramático, o risco da desumanização é ainda maior. No caso do tiroteio de Suzano, muitas outras reportagens podem ser analisadas. Uma delas, da TV Band, se destaca: o repórter persegue a mãe de um dos atiradores, morto durante a ação na escola (Figura 12)²⁴. Através da atitude, de perseguir alguém que não quer falar, e de perguntas como “você se sente culpada de alguma forma?”, é como se o fato de ser mãe de um envolvido justificasse tal ação, como se ela “merecesse” ser perseguida e julgada,

²⁴ Disponível em

<https://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/16622849/mae-de-atirador-diz-nao-saber-o-que-motivou-atitude-do-filho>, acesso em 7 de agosto de 2019.

com uma metanarrativa clara. Há a construção de uma personagem que nos conduz a essa interpretação.

Diante de uma experiência de anos entre jornalistas e o público, uma das propostas de Medina (1995) é o diálogo, que remete à personalidade, ao humano:

A entrevista pode ser apenas uma eficaz técnica para obter respostas pré-pautadas por um questionário. Mas certamente não será um braço da comunicação humana, se encarada como simples técnica. Esta - fria nas relações entrevistado — entrevistador — não atinge os limites possíveis da inter-relação, ou, em outras palavras, do diálogo. Se quisermos aplacar a consciência profissional do jornalista, discuta-se a técnica da entrevista; se quisermos trabalhar pela comunicação humana, proponha-se o diálogo. (MEDINA, 1995, p 49).

O que assistimos é o oposto de um diálogo: a mulher esconde o rosto, sem querer ser filmada. A intenção é de apenas uma das partes, sendo que um diálogo pressupõe uma relação dialógica. Não há nenhuma menção ao fato de ela ter acabado de perder um filho, o que também revela falta de empatia.

A narrativa reforça em todas as perguntas o fato de ela ser mãe de um criminoso. Algumas perguntas, buscando novos episódios e revelações, nos trazem reflexões sobre desumanização: o repórter comenta, em tom afirmativo: “Ele ficava jogando videogame até tarde e dizia que ia matar”. A metanarrativa remete ao jogo como causa, bem como o fato de alguém - no caso a mãe - ter permitido que ele jogasse. Depois reforça a narrativa: “não fez nada”. Há uma estratégia argumentativa que traz uma nova metanarrativa, em relação ao risco dos jogos, além de um julgamento moral. A mãe então responde: “Brincando de computador, isso é coisa de criança. Ele era uma criança, gente”, lembrando que o filho tinha 17 anos.

Há um corte na imagem e o repórter volta perguntando: “O que você vai fazer daqui pra frente?”. “Guilherme comentou que queria comprar uma arma?” Ela responde que não, mas o repórter insiste: “E como você soube, você soube só hoje?”, em tom nitidamente incrédulo. “Pra você foi uma surpresa?”. “Qual é o sentimento agora?”. “Você quer ajuda, Tatiana, vamos conversar um minutinho?”. Chama pelo nome e indaga se ela quer ajuda, numa tentativa de demonstrar empatia, depois de tê-la bombardeado de perguntas. “Você quer alguma coisa?” E a mulher responde “Eu quero paz”. As perguntas, porém, continuam: “Qual é a

imagem que você vai ter dele?”. “É uma criança ainda pra você?” - retomando a metanarrativa dela como culpada. Podemos ainda refletir sobre um preconceito de gênero, sendo atribuída culpa à mãe, mas em nenhum momento o pai é mencionado nessa narrativa.



Figura 12: Captura de tela de reportagem do programa Brasil Urgente

Ao tratar sobre o trabalho do repórter, Medina (2001) ressalta a necessidade de desenvolver uma sensibilidade diferenciada, que se manifesta através do gesto, do olhar, da atitude corporal, mas não apenas isso: “Um repórter que se debruça sobre o entrevistado para sentir quem é o outro, como se estivesse contemplando, especulando uma obra de arte da natureza, com respeito” (MEDINA, 2001, p. 30-31). Nessa percepção, ela cita a possibilidade da fonte representar um pensamento totalmente contrário a do repórter, o que não deve excluir o esforço por compreender, sendo que nesta entrevista fica claro que isso não ocorre. Apesar de se mostrar aberto a compreender o outro, ao perguntar “você quer ajuda?”, é evidente que não está ajudando a mulher de nenhuma forma. Ao continuar as indagações que ela não quer responder também demonstra o contrário. Mais uma vez, percebemos que a desumanização não está diretamente relacionada à proximidade física, mas à atitude perante o outro, seja pessoalmente ou por meios eletrônicos.

Ao buscarmos a lógica do paradigma narrativo, temos na história de Suzano apenas um recorte da realidade. Embora haja uma ânsia dos meios de comunicação de buscarem respostas, não há apuração, há apenas a busca de declarações,

através de uma narrativa e uma abordagem desumanizada. A construção de um personagem vilão, no caso do filho, e agora também a tentativa de fazer isso com a mãe.

Outro fato que chama atenção nesta cobertura é a divulgação do nome e foto de um dos jovens envolvidos, que ainda não havia completado 18 anos. Neste caso, ele é protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê, no Artigo 17:

[...] o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990).

Sendo que o Artigo 18, traz:

É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990)

Em outra reportagem do programa Brasil Urgente, da TV Band, intitulada “Chororô na delegacia: acusado de estupro alega inocência”²⁵ (Figura 13) há reflexões semelhantes com relação à desumanização. Na recomposição do acontecimento, o equívoco começa com a chamada, que traz “acusado”, enquanto o jovem é ainda suspeito de roubo e estupro. Há a construção de um personagem “culpado”, com uma metanarrativa semelhante à análise da reportagem anterior, de que por ser um criminoso “merece” tal tratamento, bem como de que o crime não compensa. Embora o objetivo da técnica da entrevista seja “dar voz ao outro”, nessa abordagem é claramente no sentido de buscar uma confissão, por isso, ao invés de humanizar, há desumanização por despersonalizar, discriminar e desconsiderar as determinações da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Quanto à identificação dos conflitos e funcionalidade dos episódios, há a suspeita de um crime, que se trata de uma desordem. Há a questão da falta de segurança, que supostamente justificaria de alguma forma o episódio. Porém, a construção do personagem é feita através do esforço da repórter de reiterar que ele é um criminoso e justificar os conflitos já abordados: enquanto o jovem nega que

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sXo6Gni2Pqk>, acesso em 18 de março de 2018.

tenha cometido estupro, a repórter julga e condena: “Não estuprou, mas queria estuprar”. O jovem então responde que fará o necessário para provar que não cometeu o estupro.



Figura 13: Captura de tela de reportagem do Brasil Urgente Bahia

As estratégias argumentativas utilizadas até aqui e nas cenas seguintes buscam reforçar a construção de um personagem criminoso, mas também o ridicularizam, com recursos de humor e ironia. Após ser inquirido sobre a tentativa de estupro, o jovem tenta se referir ao exame que poderia provar inocência. Não sabe o que é corpo delito e pronuncia outra palavra inexistente. A repórter então pede que ele repita a palavra pronunciada. Ele pronuncia uma palavra semelhante à “próstata”. A jornalista o faz repetir várias vezes o nome do exame e ri das respostas, sendo o riso também uma estratégia argumentativa, que reforça o discurso e a metanarrativa.

Depois, pergunta se ele “gosta de fazer exame de próstata” e no estúdio do programa o apresentador Uziel Bueno reitera a estratégia: “Tá chorando? Você não fez o exame de próstata. Senão, meu irmão, você ia chorar. É metido a estuprador, é? É metido a estuprador? É o seguinte: nas horas vagas eu sou urologista...”.

O vídeo teve duração de quase três minutos, com a inserção de uma cena de humor em que dois personagens aparecem rindo, o que significa que ela e o apresentador não foram os únicos a aprová-lo, mas teve a autorização de outros profissionais antes de ir ao ar. Como outros exemplos já citados, novamente a

desumanização pela estratégia do grotesco aparece. Sodré e Paiva (2002) argumentam que a televisão brasileira aparece como fonte exemplar do “grotesco chocante”, quando há escolhas voltadas apenas para a “provocação superficial de um choque perceptivo, geralmente com intenções sensacionalistas [...]” (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 69).

Do ponto de vista jornalístico e da intriga como síntese, não há uma pauta, com perguntas e informações que ajudem na compreensão do caso. A não ser pela chamada, quem assiste não consegue entender o que aconteceu, nem há respostas sequer para as perguntas básicas. Segundo o Art. 14, inc. III do Código de Ética:

[...] o jornalista deve: a) Ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, todas as pessoas objeto de acusações não comprovadas, feitas por terceiros e não suficientemente demonstradas ou verificadas. b) Tratar com respeito a todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar. (CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA BRASILEIRO, 2007).

Ainda que o jovem fosse culpado, a abordagem da repórter fere tanto as determinações éticas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que traz no Artigo 5:

Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Também contraria o Artigo 9º, Inciso II do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros:

É dever do jornalista: Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem. (CÓDIGO DE ÉTICA DO JORNALISTA BRASILEIRO, 2007).

Podemos refletir se a postura da repórter seria a mesma caso o personagem fosse outro, de outra classe social ou em outra circunstância. Naquele momento, ela ainda teve a conivência dos policiais que possivelmente acompanhavam a gravação e também tinham o dever de garantir os direitos do jovem.

Essa abordagem poderia ser evitada através da empatia, mas é necessário verificar nossos valores, conforme nos alerta Stein (2003). Para a filósofa, embora

muitos tenham sido estabelecidos socialmente, é possível olhar nosso semelhante e então avaliar se o valor cultivado está de acordo com o desenvolvimento da vida humana e o bem comum. Neste sentido, apesar de serem valores determinados, não são condicionantes. Como sugere a autora, o ser “alheio” nada mais é que um “outro eu”, com a mesma estrutura que a minha e vivências distintas e é ao me dar conta disso que consigo estabelecer a empatia.

Em todos os casos citados, não há nenhum tipo de cuidado com relação aos direitos humanos. Se pensarmos que a internet tem memória e em qualquer *site* de buscas podemos recuperar essas imagens, a reflexão é ainda mais importante. O cuidado com relação à imagem não foi respeitado no caso do adolescente envolvido no tiroteio de Suzano e em outros casos, como a morte do menino Rhuan, que teve sua história escancarada, com foto, nome completo, nome dos familiares, sendo que também tem uma irmã que, com a divulgação do caso, também foi exposta.

Ao compreendermos a intriga, há um crime, mas neste caso há novamente a exploração do grotesco, que conforme Sodré e Paiva (2002) é perceptível quando os meios de comunicação utilizam como estratégia argumentativa “os absurdos da realidade, disparates levados a sério, o ridículo advindo do exagero, etc”. (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 66). Isso é perceptível ao compreendermos a lógica do paradigma narrativo em chamadas como a do Correio Brasiliense: “Rhuan Maycon, menino que foi esquartejado, teve pênis cortado há um ano”²⁶.

O conflito dramático se revela ao suscitar sensações, como recurso estético, e revelando uma situação que ocorreu no passado, na intenção de trazer novos episódios, mas com o grotesco como estratégia argumentativa. Essa reflexão pode ser remetida também à análise do caso anterior, em que os recursos levam a outro extremo do grotesco: a caricatura. “É, assim, um recurso estético para desmascarar convenções e ideais, ora rebaixando as identidades poderosas e pretensiosas, ora expondo de modo risível ou tragicômico os mecanismos do poder abusivo” (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 69).

No caso do menino Rhuan, a primeira reportagem do *G1* sobre o caso traz a foto com as duas pessoas suspeitas do crime, embora ainda sejam suspeitas, mas

²⁶ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/06/03/interna_cidadesdf.759663/rhuan-maycon-sofria-maus-tratos-antes-de-morrer.shtml, acesso em 14 de agosto de 2019.

preserva a identidade do menino. Já a segunda o *G1* expõe a imagem, a exemplo de outros meios de comunicação (Figura 14)²⁷.



Figura 14: Reportagem publicada no *site* G1 no dia 4 de junho de 2019

Na revista *IstoÉ* (Figura 15), o conflito dramático é explorado de maneira apelativa já pelo título: “Esquartejado pela mãe, Rhuan teve pênis cortado um ano antes de morrer”²⁸. O grotesco é escancarado, com uma lógica do paradigma narrativo de chamar a atenção pelo sensacional, por aquilo que nos causa sentimentos diversos: mãe, crime cometido por uma mãe, pênis (intimidade), esquartejado.

²⁷ Disponível em:

<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/06/04/corpo-de-menino-esquartejado-no-df-chega-ao-acre-na-madrugada-desta-quarta-5.ghtml>, acesso em 2 de setembro de 2019.

²⁸ Disponível em: <https://istoe.com.br/esquartejado-pela-mae-rhuan-teve-penis-cortado-ha-um-ano/>, acesso em 2 de setembro de 2019.



Figura 15: Reportagem publicada no site IstoÉ no dia 3 de junho de 2019

Há a desumanização pela despersonalização, sendo a mãe, por exemplo, reduzida ao fato, mas também outro aspecto que chama atenção nesta reportagem: a foto do menino é ao lado do pai, em um momento que revela carinho entre eles. Enquanto isso, a foto da mãe é na delegacia, já presa. Os personagens são assim construídos com base nesse recorte da realidade: a mãe, criminosa, o pai, amoroso, reforçado através da citação atribuída ao pai: “O pai do menino, Maycon Douglas Lima de Castro, disse que quer dar ‘um enterro digno’ para seu filho. Ele contou que teve um relacionamento rápido com Rosana e que se desesperou quando ficou sabendo da morte do filho”.

A história é contada a partir do fato e do depoimento de apenas uma das partes. Estamos diante de um ato objetivamente cruel, de uma mãe que mata o próprio filho, como refletido no capítulo sobre desumanização. Contudo, na construção narrativa não há empatia e o que Stein (2003) sugere como exercício: de se colocar no lugar do outro, ainda que o sentimento seja contrário. Com isso, também falta o que Morin (2005) reitera muitas vezes: compreensão.

Mas a partir do momento que estamos conscientes dos nossos paradigmas e dos do outro, o que compreendemos? Compreendemos a incompreensão! Esse saber é capital. Compreendemos assim a inteligibilidade da ininteligibilidade das relações humanas. Compreendemos aquilo que, habitualmente, é atribuído a mal entendidos, dificuldades, surdez, má vontade, idiotias, etc. (MORIN, 2005, p. 129).

Outra característica de práticas em alguns setores da imprensa, que é a reprodução de informações sem apuração própria, aparece nessa reportagem. O primeiro parágrafo traz: “Rhuan Maycon, de 9 anos, assassinado pela mãe, Rosana Auri da Silva Cândido, teve o pênis cortado há cerca de um ano. As informações são do Correio Braziliense e foram divulgadas pelo Conselho Tutelar da região”. A fonte primária - o Conselho Tutelar - não pode ser considerada de difícil acesso, já que essas informações são públicas: embora a IstoÉ não pudesse enviar um repórter ao local do acontecimento, temos os meios eletrônicos para a checagem.

Outro caso que se enquadra às características do grotesco e revela uma situação diferente, em que a desumanização pode ocorrer de outra forma, foi o acidente com o cantor Cristiano Araújo, em 2015. No dia seguinte à morte, o portal R7, da *Record*, usou como estratégia argumentativa o suspense, a curiosidade, através de um vídeo com a chamada “Exclusivo” e o título: “Tragédia - vídeo mostra as últimas palavras de Cristiano Araújo”²⁹ (Figura 16). No vídeo, gravado durante o atendimento dos socorristas no local do acidente, aparece a legenda: “Ai, está doendo demais”. As imagens são de uma pessoa em uma situação vulnerável, que acabou falecendo.



Figura 16: Reportagem do Hoje em Dia publicada no site R7 no dia 25 de junho de 2015

²⁹ Disponível em:

<https://recordtv.r7.com/hoje-em-dia/videos/tragedia-video-mostra-as-ultimas-palavras-de-cristiano-araujo-14102018>, acesso em 10 de outubro de 2015.

Se agirmos com empatia, nos colocando no lugar de um familiar que assiste tais imagens, há diversos questionamentos. O artigo 11 do Código de Ética, traz: “O jornalista não pode divulgar informações: I – visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica; II – de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes”.

Na intriga como síntese, temos o interesse público: trata-se da morte de um cantor famoso. Todavia, a lógica do paradigma narrativo tanto do *R7* quanto do *G1* na chamada: “Pai chora a morte do cantor Cristiano Araújo: será que Deus existe?”³⁰ (Figura 17) é causar sensações, através do drama, do conflito dramático. Nos dois casos, há a exploração do drama humano.



Figura 17: Reportagem publicada no site G1 em 24 de junho de 2015

A narrativa ainda traz o depoimento da irmã, que contribui para o caráter sensacionalista: “Não acredito nisso. Meu irmãozinho do coração, afirmou”. A declaração funciona como atrativo, embora do ponto de vista jornalístico a informação não seja relevante à cobertura do caso: um pai e uma irmã que acabaram de perder um filho e irmão, respectivamente, possivelmente estarão

³⁰ Disponível em:

<http://g1.globo.com/goias/musica/noticia/2015/06/pai-chora-morte-do-cantor-cristiano-araujo-sera-que-deus-existe.html>, acesso em 10 de outubro de 2015.

abalados e vulneráveis, e o meio de comunicação utiliza a situação como estratégia argumentativa para trazer um novo episódio, embora o restante da narrativa, todos os parágrafos seguintes, apenas reproduzam as informações anteriores.

Com relação à divulgação das imagens da morte do cantor, a Polícia Civil de Goiás indiciou três pessoas por divulgarem imagens da preparação do corpo do cantor. O vídeo foi citado em notícias e espalhou-se rapidamente, principalmente por aplicativos de conversa no celular. O *Google* também foi multado por não conseguir barrar o acesso às imagens. Contudo, os meios de comunicação permaneceram sem punição. Alguns fizeram críticas sobre o vazamento de imagens mórbidas, mas em nenhum momento houve reflexão sobre a própria conduta. Além disso, na notícia sobre a punição aos responsáveis pela disseminação das imagens, meios de comunicação como o *G1* expõem os envolvidos³¹, embora não mencione a tentativa de localizá-los. Na estratégia argumentativa, há o depoimento do delegado responsável pelo caso. Os veículos de comunicação consideraram que colher o depoimento de uma fonte legitimada socialmente já justificaria a divulgação, mas não como uma preocupação com a relevância. Há, neste sentido, uma metanarrativa clara de que “merecem” a divulgação.

Percebemos, assim, que a desumanização ocorre nos meios de comunicação exatamente da mesma forma que ocorrem nas relações sociais, com a despersonalização, os aspectos históricos da desigualdade, seja racial, social ou outras minorias, como as mulheres.

6.2.1 Desumanização em casos envolvendo mulheres

A socióloga Ana Liési Thurler (2017) estudou o tratamento dado pela mídia em casos de feminicídio. Segundo ela, a análise das matérias aponta para um exercício do que chama de “pedagogia da crueldade”, por meio da qual a mídia ensina à sociedade a não ter empatia com a vítima.

³¹ Disponível em:

<http://g1.globo.com/goias/musica/noticia/2015/06/juiz-manda-google-e-facebook-tirar-imagens-de-cristiano-araujo-do-ar.html>, acesso em 5 de maio de 2019.

Conforme Thurler (2017), as matérias são predominantemente descontínuas e pontuais, provocando o sentimento de que os feminicídios são fatos isolados. No tema como síntese, a autora cita casos que ganharam repercussão pública e nos meios de comunicação. Os mais conhecidos, segundo ela, são o assassinato de Aída Curi, em 1958, e de Ângela Diniz, em 1976. Entretanto, as vozes em todos os espaços são masculinas: advogados, juízes, jornalistas, etc. que reforçaram lugares-comuns, como a “defesa da honra”, no caso de Ângela Diniz - remetendo a culpa à própria vítima.

No primeiro semestre de 2017, a autora contabilizou 35 reportagens sobre feminicídios, mas sem acompanhamento, com fontes oficiais e predominantemente masculinas, com diversas lacunas, como aponta em suas considerações:

A desumanização das vítimas é um processo de desvalorização, mesmo após a morte, não reconhecendo-as, omitir sua identidade, seu nome, sua profissão/atividade, filhos/as que deixou, se há disputa na justiça pela guarda, se terminou o relacionamento afetivo, se fez denúncia, pediu ajuda, registrou boletins de ocorrência, se tinha medidas protetivas. As vítimas são consideradas e tratadas como vidas que não importam. A desumanização da vítima é feita pela sociedade e pela mídia, pelo apagamento de sua história, por sua invisibilização, com a consequência de nenhum estabelecimento de empatia com a vítima. (THURLER, 2017, p. 28).

As mesmas considerações servem para outro caso posterior, ainda em 2017, com a morte da musicista Mayara Amaral, no Mato Grosso do Sul. A discussão sobre a abordagem só se tornou pública porque a irmã, a jornalista Pauliane Amaral, fez um desabafo nas redes sociais, criticando os meios de comunicação. “Quando escrevem que Mayara era a ‘mulher achada carbonizada’ ela está na foto como uma menina. Quando a suspeita envolvia o ‘namorado’ hipersexualizam a imagem dela. Quando a notícia fala que a cena do crime é um motel, minha irmã aparece vulnerável, molhada na praia”, escreveu Pauliane em um *post* compartilhado milhares de vezes e que deu repercussão internacional ao caso³².

Na intriga como síntese, há uma mudança no discurso dos meios de comunicação após a exposição de Pauliane. Em uma das primeiras reportagens do *site* Campo Grande News, por exemplo, a chamada traz: “Mayara foi espancada até

³² Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/etica-jornalistica/quem-e-mayara-amaral/>, acesso em 10 de maio de 2018.

a morte por dupla que queria roubar carro”³³, sendo que a foto da personagem que ilustra a reportagem é ela com os cabelos molhados, em uma piscina (Figura 18).



Figura 18: Reportagem publicada no *site* Campo Grande News em 26 de julho de 2017

Há desumanização pela despersonalização, embora haja referências pessoais, reforçando que a narrativa personalizada, o que, como já citado, não significa que seja humanizada. O episódio é tratado como latrocínio, sem nenhuma referência a feminicídio, ainda que um dos envolvidos seja uma pessoa que a conhecia e com quem mantinha um relacionamento. O fato de o crime ter acontecido em um motel, e esta informação ter sido posta em destaque no título, também desumaniza pela discriminação histórica que há com relação às mulheres, com a metanarrativa “a culpa é da mulher”, mesmo que essa não tenha sido a intenção dos autores. A narrativa do *Campo Grande News* chama atenção pela metamorfose da personagem. O mesmo *site*, após a introdução de novos episódios ao caso ao longo do tempo, traz no ano seguinte uma reportagem que muda completamente a estratégia argumentativa: “Mayara Amaral, a musicista de MS que virou símbolo contra o feminicídio”³⁴ (Figura 19). A intriga como síntese é outra: agora a personagem é a vítima, com o discurso histórico - antes de discriminação da mulher

³³ Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mayara-foi-espancada-ate-a-morte-em-motel-por-dupla-que-queria-roubar-carro>, acesso em 30 de agosto de 2017.

³⁴ Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/mayara-amaral-a-musicista-de-ms-que-virou-simbolo-contr-o-feminicidio>, acesso em 28 de julho de 2018.

- agora elevado à discussão do feminicídio, sendo que a imagem escolhida para ilustrar, neste caso, é a personagem com um violão.



Figura 19: Reportagem *site* Campo Grande News publicada em 25 de julho de 2018

Outros casos em que a abordagem desumaniza pela despersonalização e discriminação histórica seguem acontecendo, como a reportagem: “Ex-marido é suspeito de matar mulher após vê-la dançando com outro homem em bar, em Formosa”, publicada no dia 3 de junho de 2019, no G1³⁵ (Figura 20). Mesmo que não haja uma intenção de julgamento, o que é importante ressaltar, ao escolher essa informação para colocar no título, a valoração histórica distorcida com relação à mulher remete a uma responsabilidade da vítima. A construção de uma personagem que, apesar de ser vítima, carrega um preconceito histórico. O que chama atenção, inicialmente, é a justificativa dada pelas testemunhas, que é uma estratégia argumentativa do meio de comunicação: “após tê-la visto dançando com outro homem”. Mesmo que o suspeito seja ex-marido, ou seja, já não havia vínculo entre

³⁵ Disponível em:

<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/06/03/ex-marido-e-suspeito-de-matar-mulher-apos-ve-la-dançando-com-outro-homem-em-bar-em-formosa.ghtml>, acesso em 10 de setembro de 2019.

eles, uma leitura apressada deixa surgir um episódio carregado de aspectos do imaginário e a metanarrativa de que “ela mereceu”.

Cornu (1994) nos alerta para as fragilidades da verdade, que não estão simplesmente em trazer os dois lados ou na imparcialidade do relato. Segundo o autor, a verdade permanece sempre sujeita à discussão, principalmente no espaço público privilegiado ocupado pelos meios de comunicação, que pode ter consequências. Como é perceptível nas análises anteriores e nas próximas, a divulgação de informações e a repercussão pública a partir delas tiveram consequências em todos os casos.

Na identificação dos episódios, ainda encontramos outro questionamento sobre a escolha dessa informação: “Testemunhas disseram aos policiais militares que o ex-marido da vítima passou na porta do local várias vezes, a viu dançando com um homem e, na última vez, parou e a matou, fugindo em seguida”. O repórter escolheu uma informação relatada por testemunhas, que disseram à polícia, e que relataram ao meio de comunicação. É o depoimento de uma fonte, que disse a outra e que então contou ao jornalista. Apesar de serem estratégias argumentativas que dão credibilidade ao discurso, as entrevistas trazem a metanarrativa de que “a mulher pode ter sido a culpada”.



Figura 20: Reportagem publicada no site G1 em 8 de junho de 2019

Em 2019, outros casos remetem a situações semelhantes, como a cobertura sobre a suspeitas de abuso cometidas pelo médium João de Deus, em Abadiânia

(GO). No depoimento, o advogado do médium se referiu a uma das denunciante, a holandesa Zehira Lieneke, como prostituta. Apesar de a *Folha de São Paulo*, a revista *IstoÉ*³⁶ e *Fórum*³⁷ citarem no texto o questionamento sobre a divulgação da informação ser uma tentativa de desqualificar a mulher, nenhum menciona ter tentado entrar em contato com ela para dar sua versão sobre o fato. Há a simples reprodução do que o advogado disse, sendo que as notícias revelam o nome completo, nacionalidade e alguns ainda utilizam sua imagem (Figuras 21 e 22).



Figura 21: Reportagem publicada no *site* da Revista Fórum em 17 de dezembro de 2018

Do ponto de vista jurídico, essa informação não teria nenhuma validade, a não ser que o julgamento se baseasse no juízo moral de quem fosse analisar o caso. Já na lógica do paradigma narrativo, os meios de comunicação reproduzem uma estratégia argumentativa do advogado, sendo que a intriga como síntese deixa de ser o suposto crime do médium e passa a ser a credibilidade da vítima. Ao simplesmente reproduzirem o discurso, há a construção de um personagem que

³⁶ Disponível em:

<https://istoe.com.br/advogado-de-joao-de-deus-acusa-vitima-de-ser-prostituta-e-ter-passado-de-extorsao/>, acesso em 19 de dezembro de 2018.

³⁷ Disponível em: ,

<https://revistaforum.com.br/brasil/advogado-de-joao-de-deus-acusa-vitima-era-prostituta-com-passado-de-extorsao/acesso> em 18 dezembro 2018.

colabora para a metanarrativa da “mulher culpada” e desumaniza pela discriminação e também pela personalização.



Figura 22: Reportagem publicada no *site* da Revista IstoÉ em 17 de dezembro de 2018

Além disso, o que chama atenção é que os *sites* acima citam o mesmo depoimento: “Essa holandesa, estou recebendo informações, com um dossiê, de que tem um passado nada recomendável, o que pode descredibilizar sua palavra. Era uma prostituta e tinha um passado de extorsão. O fato de ter sido prostituta, por si só, não a descredibiliza, mas é preciso ver o contexto da vida dessa mulher para ver se ela tem crédito ou não”. O que não fica claro é o contexto em que os meios de comunicação obtiveram o depoimento, além de transformá-lo em um conflito dramático. Para que todos fossem exatamente iguais, somente se fosse uma nota oficial ou entrevista coletiva em que todos estivessem presentes. Pela linguagem coloquial, possivelmente não se trata de uma nota oficial.

Lembramos aqui os processos psicológicos que Lipps (*apud* Simone, 2010) refletiu ao explicar os tipos de ilusões geométricas. Como já mencionado, para ele as ilusões não seriam erros de percepção, mas de julgamento, conforme as experiências pessoais formadas por “analogia inconsciente” e “inferência”. Se há erro de julgamento em algo aparentemente objetivo, matemático, quanto mais são frágeis nossas percepções sobre situações e pessoas.

Conforme nos lembra a fenomenologia, a realidade é complexa, e quando reflete sobre o real, Husserl (2017) pondera a necessidade de buscar a significação abrangendo muito mais do que os limites da sensibilidade. Posso sentir aversão, raiva, nojo, sentimentos incontroláveis, mas conforme as experiências empíricas de sua teoria, Husserl sugere que a empatia ideal nos conduz a ver não com distorções da forma, através dos julgamentos, mas a geometria real, que abrange também o conhecimento e o entendimento.

6.2.2 Desumanização e direito à imagem e a à honra

As redes sociais facilitaram a disseminação e reprodução de informações com mais agilidade. Porém, o alcance de um meio de comunicação, em relação ao compartilhamento individual, é incomparável, e as consequências podem ser irreversíveis, como ocorreu em 2014, em Guarujá, no Estado de São Paulo, quando uma mulher foi espancada até a morte após ser confundida com uma suspeita de praticar sequestros, que teve seu retrato falado publicado por um portal de notícias da região³⁸. Após o linchamento, os agressores foram punidos, responsabilizados pelo crime, mas o dono do portal de notícias não.

Em um levantamento feito pelo *G1*³⁹, foram noticiados mais de 50 linchamentos no mesmo ano, em praticamente todos os estados brasileiros. Conforme a reportagem, os casos seguem uma metanarrativa cultural de que “bandido bom é bandido morto”. Além disso, “a maioria dos justiçamentos ocorreu em bairros pobres. Os alvos foram suspeitos de crimes que lideram as estatísticas nacionais: roubos, estupros, homicídios, atropelamento, agressões a mulheres e crianças”, conforme traz o texto.

Contudo, o que não foi discutida é a “coincidência” de tantos casos, em datas próximas, todas no primeiro semestre de 2014: os próprios meios de comunicação,

³⁸ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/veja-o-passo-a-passo-da-noticia-falsa-que-acabou-e-m-tragedia-em-guaruja.shtml>, acesso em 20 de março de 2019.

³⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/dias-de-intolerancia/platb/>, acesso em 20 de março de 2019.

ao apenas noticiarem o fato, sem contextualização, podem ter contribuído para que outros acontecessem?

O problema, porém, não é restrito ao meio de comunicação que divulgou a imagem: a falta de apuração e a simples reprodução de fatos, como se fosse suficiente para ser considerada prática jornalística, é uma prática cada vez mais comum nos meios digitais. A estratégia argumentativa é referenciar a fonte, como se isso isentasse a responsabilidade pela informação.

Se pensarmos no que é o Jornalismo, não basta que o veículo de comunicação se intitule como portal de notícias, tampouco que esteja em um formato considerado jornalístico. É possível construir um texto baseado em mentiras, como ocorreu no clássico caso do “Boimate”, em que a revista inglesa *New Scientist*, no dia 1º de abril, conhecido como dia da mentira, publicou um artigo divulgando a “descoberta” de dois biólogos da Universidade de Hamburgo, na Alemanha, os quais teriam fundido células de um boi com as de um tomateiro. A revista *Veja*, na edição 764, de 27 de abril de 1983, publicou a matéria “Fruto da carne”⁴⁰, com base no artigo, com um infográfico ilustrativo e a conclusão: “a experiência dos pesquisadores alemães permite sonhar com um tomateiro do qual já se colha algo parecido com um filé ao molho de tomate”.

Um ano depois do equívoco, em 11 de abril de 1984, a revista divulgou uma errata com os dizeres:

[...] na sua edição de 27 de abril de 1983, *Veja* publicou uma notícia na qual revelava que cientistas europeus haviam conseguido cruzar células de boi com outras, de tomate, criando uma substância que denominou de 'boimate' (Figura 26). A revista que tirara as informações da publicação inglesa *New Scientist*, caiu numa brincadeira de 1º de abril, época na qual a imprensa da Grã-Bretanha, por tradição, sempre inclui entre seus artigos uma ingênua mentira. (*VEJA*, 1984, arquivo eletrônico).

⁴⁰ Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/festas/1abril7.htm>, acesso em 10 de abril de 2017.

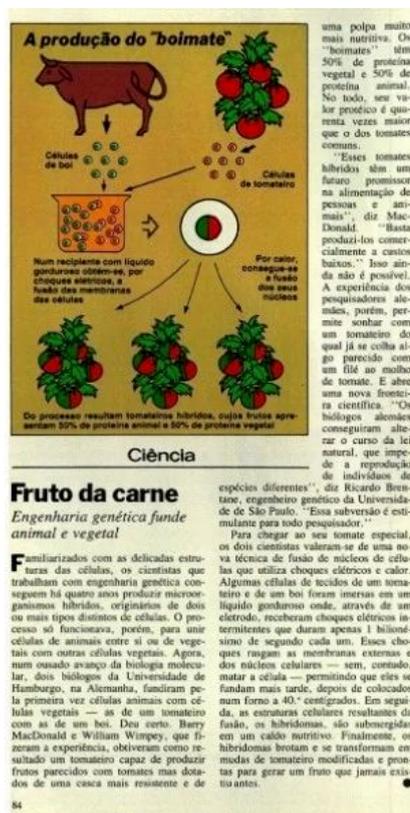


Figura 23: Artigo da revista Veja de 27 de abril de 1983

Outro caso que ganhou repercussão mundial foi uma reportagem intitulada "O Mundo de Jimmy"⁴¹, de Janet Cooke, publicado pelo jornal norte-americano *The Washington Post* em setembro de 1980. A narrativa que conta a história de um garoto viciado em drogas ganhou o Pulitzer, maior premiação mundial do jornalismo, em 1981. A história gerou tanto impacto que o prefeito de Washington na época, Marion Barry, começou a buscar o garoto, com a intenção de ajudá-lo. Porém, a repórter acabou revelando que Jimmy nunca existiu. Após a revelação, a jornalista devolveu o prêmio e deixou o jornal.

No caso da *Veja* e do *The Washington Post*, apesar de serem notícias falsas, com falhas éticas graves, não atingiram diretamente outros seres humanos. Já no caso da mulher do Guarujá, as consequências são irreversíveis e cada vez mais frequentes, principalmente com a facilidade de reprodução. Com relação a crimes,

⁴¹ Disponível em: <https://www.mackenzie.br/fakenews/noticias/arquivo/n/a/i/o-mundo-de-jimmy/>, acesso em 15 de abril de 2017.

sobretudo os que ganham repercussão nas redes sociais e aplicativos de celular, também é comum encontrarmos equívocos em abordagens.

Atualmente, boa parte dos meios de comunicação faz a apuração através de meios eletrônicos. Medina (2016) indaga:

Como desencadear estímulos sensoriais e lembranças sem o contato direto com a circunstância real em que os sujeitos da ação (seja no ensino-aprendizado, seja na reportagem) não *estão afetos ao diálogo possível?* A distância objetiva, corporal, a exclusiva mediação da máquina na comunicação, a racionalização conceitual e a mediação numérica do acontecer tolhem a comunhão poética dos cinco sentidos presentes (MEDINA, 2016, p. 266).

A autora refere-se ao ato presencial, em contraposição à distância física, mas mais uma vez voltamos à empatia como um exercício possível para amenizar tais consequências e buscar resultados que possibilitem os estímulos sensoriais - primeiro ao repórter e posteriormente ao público. Podemos comparar a um namoro à distância: é possível, mas requer um esforço maior dos amantes para que a comunicação alcance os sentidos. Assim como o repórter, apesar de não terem os cinco sentidos mobilizados, podem aproveitar aqueles que são possíveis: a voz, a imagem, a palavra, num ato constante de se colocar no lugar do outro.

Quando isso não é feito, podemos desumanizar, como ocorreu em 2017, durante a cobertura sobre uma investigação de desvio de verbas de cursos à distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Karam (2009) reconhece que no século XXI há desafios ainda maiores para o jornalismo, mas os valores essenciais para a atividade profissional jornalística, que sustentam sua legitimidade e credibilidade, seguem semelhantes:

Vão da questão da privacidade a dos métodos legítimos de investigação, do sigilo das fontes ao selo de autenticidade proposto pelas mensagens de tipo jornalístico, caracterizando uma espécie de “fé pública”, tal como documentos em cartório, assegurando a este ou aquele meio a qualificação e as competências necessárias para a representação do mundo e das crenças, relatos, fatos, interpretações e opiniões que produz. (KARAM, 2009, p. 23).

No caso da UFSC, com relação à intriga como síntese, trata-se de uma investigação que ocorreu em instituição pública e por um órgão que sugere credibilidade à informação (Polícia Federal), mas a lógica do paradigma narrativo

utiliza a prisão do reitor como estratégia argumentativa, enfocando o conflito em seu envolvimento no caso, ainda que não houvesse informações suficientes para relacioná-lo aos crimes investigados, o que contradiz o que traz o artigo XI da DUDH:

Artigo XI

1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948, arquivo eletrônico).

No *Correio Braziliense*, o título traz: “Reitor e outros seis são presos por suspeita de desvio de cursos à distância”⁴² (Figura 24). Nessa narrativa, o personagem do reitor já é construído como vilão, como se estivesse diretamente relacionado ao desvio de verbas. Entretanto, o endereço do *link*, que registra o título como foi inicialmente publicado, traz: “PF Investiga desvio de R\$ 80 milhões em universidade de SC e reitor é preso”.



Figura 24: Reportagem publicada no *síte* do Correio Braziliense de 14 de setembro de 2017

⁴² Disponível em

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/09/14/interna-brasil.625855/pf-investiga-desvio-de-r-80-milhoes-em-universidade-de-sc-reitor-e-p.shtml>, acesso em 20 de setembro de 2017.

No G1, o título original, expresso no endereço do *link*, também não menciona o reitor: “PF faz operação contra desvios de recursos na UFSC”. Porém, a matéria publicada no momento desta análise trazia no título: “Reitor da UFSC e outras seis pessoas são presas em operação contra desvio de recursos” (Figura 25). Seja por iniciativa dos próprios editores ou impulsionados pela concorrência, como estratégia argumentativa, assim como ocorreu no *Correio Braziliense*, o foco foi alterado, em uma clara estratégia argumentativa de privilegiar o sensacional.



Figura 25: Reportagem publicada no *site* G1 em 14 de setembro de 2017

Na lógica do paradigma narrativo, não há informações falsas nesses títulos. Todavia, ao identificarmos a metanarrativa, é inevitável uma associação do personagem diretamente ao crime, o que também não é esclarecido em nenhuma das narrativas.

Assim como essas, há dezenas de outras disponíveis na internet, com informações praticamente iguais. A foto do reitor é utilizada como destaque, assim como seu nome. Embora o assunto seja relevante, nenhuma das reportagens questiona o envolvimento do reitor na investigação, tampouco o motivo da prisão, especialmente por se tratar de suspeitas de irregularidades em gestões anteriores a sua. A metanarrativa corrobora com o discurso de que o Brasil é um país em que as instituições públicas são corruptas, “até mesmo reitor”, ou seja, a figura mais importante.

O reitor foi liberado dois dias após a prisão, com a informação de que não teve envolvimento direto no caso, mas que foi detido preventivamente por suspeita de obstrução da investigação. Contudo, o personagem é construído como um criminoso. As fontes oficiais ocuparam praticamente toda a narrativa, sem indagações sobre a origem das informações ou verificação além das declarações da Polícia Federal.

Duas semanas após a divulgação do caso, ele foi encontrado morto em um shopping center de Florianópolis e o laudo da morte apontou suicídio. Não obstante, mesmo após sua morte as notícias remetem a um envolvimento direto do gestor, também com a construção do personagem como criminoso:

No site *Último Segundo*, a notícia traz “Investigado pela PF, reitor da UFSC comete suicídio em shopping de Florianópolis”⁴³, sendo que a estratégia argumentativa remete diretamente a causa e consequência. Da mesma forma, do *Estadão* traz: “Reitor da UFSC investigado pela PF é encontrado morto”⁴⁴.



Figura 26: Reportagem publicada no site do Estadão em 2 de outubro de 2017

⁴³ Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-10-02/reitor-ufsc-morto-shopping.html>, acesso em 20 de outubro de 2017.

⁴⁴ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/reitor-da-ufsc-investigado-pela-pf-e-encontrado-morto/>, acesso em 20 de outubro de 2017.

A revista *Veja* também trouxe uma abordagem semelhante: “Investigado pela PF, reitor da UFSC é achado morto em shopping”⁴⁵. Em todas as narrativas, há informações equivocadas, o conflito construído a partir do sensacional, não da investigação em si, pois, conforme informações divulgadas posteriormente, o alvo da investigação não era o reitor.

Essa interpretação coletiva, de acertos e erros reproduzidos, é perceptível em outro caso, que também envolveu um catarinense. Um jovem foi detido enquanto tentava entrar em um hospital vestido com um jaleco e um crachá de um médico, que não era ele. Em outro momento, o mesmo rapaz postou nas redes sociais uma foto vestindo um jaleco. Além disso, também havia gravado um vídeo no qual relatava que sua série preferida era *Grey’s Anatomy*, sobre o cotidiano de um grupo de médicos. No mesmo vídeo ele afirmou, em tom de brincadeira: “sou formado em medicina nas 12 temporadas de *Grey’s Anatomy*”.

São diversas informações, de diferentes contextos. Os dados foram sendo reunidos e resultaram em um caso quase extraordinário, praticamente transformado em um espetáculo por dezenas de portais de notícias.

A prisão do jovem ocorreu na cidade de Balneário Camboriú, na noite de 30 de maio de 2017. No dia 31, encontramos ao menos duas reportagens sobre o caso. No *Click Camboriú*⁴⁶, de Camboriú, e outra no portal *Diário do Brasil*⁴⁷, cuja página do Facebook traz um endereço de Mauá, em São Paulo.

Como estratégia argumentativa, o *Click Camboriú* traz o nome completo, o vídeo e a foto do rapaz no momento da prisão, cujo crédito traz “Divulgação/PM” (Figura 27), o que indica uma apuração possivelmente por meios eletrônicos, embora seja um veículo local. No dia seguinte, o mesmo portal traz outra reportagem⁴⁸ já com o vídeo em que o jovem faz a brincadeira e a imagem dele usando jaleco.

⁴⁵ Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/brasil/investigado-pela-pf-reitor-da-ufsc-e-achado-morto-em-shopping/>, acesso em 20 de outubro de 2017.

⁴⁶ Disponível em:

<https://www.clickcamboriu.com.br/policia/2017/05/rapaz-e-presos-apos-invadir-hospital-e-se-passar-por-medico-em-balneario-camboriu-167004.html>, acesso em 10 de junho de 2017.

⁴⁷ Disponível em:

<https://www.diariodobrasil.org/falso-medico-e-presos-pela-pm-de-santa-catarina-sou-formado-em-medicina-pelo-seriado-greys-anatomy/>, acesso em 10 de junho de 2017.

⁴⁸ Disponível em:

<https://www.clickcamboriu.com.br/blogs/humor-local/2017/06/formado-em-medicina-pelo-grays-anatomy-167133.html>, acesso em 10 de junho de 2017.

No *Diário do Brasil*, além do nome, também encontramos o vídeo atribuído ao canal pessoal do jovem no *YouTube*. É neste vídeo, no qual anuncia que vai revelar “50 fatos” sobre si, que o personagem afirma ser fã da série americana *Grey’s Anatomy*. O texto ainda diz que foi durante seu depoimento que ele disse ser fã do seriado citado. Como veremos, em outra reportagem, do *G1*, o advogado de defesa contradiz esta informação, ao afirmar que o rapaz não prestou depoimento à polícia neste dia.



Figura 27: Reportagem publicada no site Click Camboriú em 31 de maio de 2017

Quase todos também explicam a origem do vídeo do Youtube, mas alguns não deixam claro que o comentário sobre a formação em medicina foi uma brincadeira, embora isto seja perceptível no vídeo, que tem uma linguagem informal e recursos comuns em vídeos de humor. Podemos ouvir, por exemplo, a voz de outro interlocutor, que faz comentários e dá gargalhadas durante a gravação, inclusive após a afirmação de que é “formado em medicina”, quando ambos riem.

Ainda como estratégia argumentativa, houve um privilégio pelos episódios curiosos, além de elementos que atraem a audiência, como o vídeo e a foto em que aparece usando jaleco. Entretanto, nem todos tiveram o devido cuidado com relação ao uso da imagem. Além disso, encontramos diversos conflitos entre as informações: algumas matérias mencionam que ele furtou o crachá, outras que ele roubou, como se as palavras fossem sinônimos. Como veremos nos exemplos,

algumas chegam a citar que ele tentou atender pacientes no hospital, embora o boletim de ocorrência registrado pela polícia mencione que ele foi detido antes de entrar na unidade médica.

O G1⁴⁹, por exemplo, traz a construção: “O jovem já teve dez boletins de ocorrência registrados contra ele, por fraude, furto em comércio e estelionato”. Ao pesquisarmos esse parágrafo sobre os boletins de ocorrência, encontramos na internet três páginas de notícias sobre o caso com a mesma informação, a sequência igual, com pequenas variações do verbo inicial: “teve”, “tem”, “tinha” e até “colecciona” 10 boletins de ocorrência, sendo que utilizamos o termo ‘coleccionar’ para designar alguém que guarda algo que gosta, com a intenção de somar mais objetos iguais.

Além disso, percebemos o uso do advérbio ‘já’, que reforça a construção de um criminoso, ou seja, uma pessoa que ‘já’ cometeu outros crimes, embora, do ponto de vista jurídico, qualquer pessoa pode registrar um boletim de ocorrência contra a outra. Quem vai determinar se houve culpa é o órgão judicial. Porém, entre as reportagens analisadas não houve qualquer menção à tentativa de buscar o desfecho de tais boletins, apenas a citação deles. Mesmo que não tenha havido intenção de quem escreveu as notícias, há um julgamento implícito, reproduzido pelos meios de comunicação não só sem investigação, mas possivelmente sem reflexão.

Ao pesquisarmos sobre o histórico jurídico do personagem, encontramos, além deste caso, apenas mais um registrado no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Trata-se de um caso que ocorreu no Réveillon de 2017, quando, segundo o processo, ele “foi preso por populares enquanto tentava efetuar a compra de produto por preço menor que o devido, adulterando o código de barras”. Neste caso, o réu foi liberado, com fiança de R\$ 1.760,00, além da “proibição de frequentar bares, boates e estabelecimentos afins”, já que o produto adulterado era algum tipo de bebida e a tentativa havia sido feita mais de uma vez. Embora se trate de um

⁴⁹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/jovem-de-19-anos-e-presos-ao-tentar-se-passar-por-medico-em-hospital-de-balneario-camboriu-sc.ghtml>, acesso em 10 de junho de 2017.

crime, como a sentença reconheceu, quando os meios de comunicação citam apenas o tipo: “estelionato”, abrem margem para dezenas de interpretações.

Com relação ao *G1*, há distinções em comparação com outras coberturas analisadas. Embora o subtítulo traga a informação: “Em vídeo na internet, técnico em enfermagem diz ser 'formado' em '*Grey's Anatomy*’”, a construção do texto separa, através de subtítulos, o fato que originou a prisão e as informações sobre o vídeo, ficando claro se tratar de contextos diferentes. O portal também usou uma imagem que não identifica o rosto do jovem, e no texto também não utilizou seu nome. Uma das diferenças mais importantes é que o *G1* menciona o depoimento do advogado de defesa, embora este não tenha trazido nenhuma informação que pudesse esclarecer ou dar ‘o outro lado’ da história:

O advogado que responde pela defesa preferiu não se manifestar sobre o caso porque, segundo ele, o jovem não prestou depoimento na delegacia. (G1, 2017, arquivo eletrônico).

Outra construção do personagem que fica implícita, sobretudo nas reportagens que não deixam claro que a ‘formação’ em medicina foi uma brincadeira, é a associação a alguém que poderia ter algum tipo de desequilíbrio mental. Um dos exemplos é a narrativa do *Balanço Geral* de Itajaí, programa local da *RIC*, emissora afiliada à *Record*.⁵⁰ No vídeo, o apresentador anuncia a repercussão da prisão - que já havia sido noticiada - e diz: “Ele afirma que assistiu a uma série de televisão e que, vendo os episódios, conseguiu conhecer para atuar como médico, adquiriu conhecimento, diz ele. Parece piada, não é não? Mas é verdade”. Em seguida, ele chama uma repórter de outro local para comentar o caso. Ela começa com uma brincadeira que reforça a opinião do âncora: “tem que rir pra não chorar da situação”.

Depois, traz não só o nome do jovem, mas a tela é dividida entre a repórter e o referido vídeo do *Youtube*. Ainda, ao invés de deixar que o público ouça o comentário dele, é ela quem repete as palavras, mas sem mencionar o contexto em que foram pronunciadas. Mesmo sendo um veículo local, também não há nenhuma entrevista sobre o caso.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T8Bmy3DY524>, acesso em 10 de junho de 2017.



Figura 28: Captura de tela do programa Balanço Geral da Ric Record

Com relação ao vídeo, outros meios de comunicação, além do *Balanço Geral*, não contextualizam a brincadeira. O portal *Último Segundo*, do IG, usa aspas no título “Jovem que se dizia ‘formado’ em Grey's Anatomy’ é preso ao se passar por médico”⁵¹, mas não menciona no corpo do texto a brincadeira. Além disso, chama atenção o fato de que o *site*, com abrangência nacional, cita como fonte outro meio de comunicação local, sugerindo que, ao menos para conseguir esta informação, não fez uma apuração própria:

[...] De acordo com reportagem do periódico catarinense Jornal de BC, Josias teria roubado...[...] (IG - ULTIMO SEGUNDO, 2017, arquivo eletrônico).

Ao refletir sobre o acesso ao real, Charron e Bonville (2016) já alertavam sobre a diversificação das fontes do jornalismo de comunicação - se nas outras fases havia a preocupação de serem próximas ou relacionadas ao acontecimento, agora passam a ser diversas, inclusive outros meios de comunicação, sendo que além de não isentar a responsabilidade, como disposto no Código de Ética dos Jornalistas, também não há como garantir que as informações apuradas por outro são verdadeiras. Até mesmo se foram apuradas ou também reproduzidas de outro meio de comunicação.

⁵¹ Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-06-01/greys-anatomy-josias-junior.html>, acesso em 17 de junho de 2017.

A notícia da morte do rapaz, encontrado junto com medicamentos antidepressivos, também foi amplamente divulgada, com sua imagem e nome novamente expostos. Na reportagem do *Estadão*⁵² sobre sua morte, há ainda uma suposição atribuída à polícia: “Os policiais acreditam que a repercussão da prisão pode ter motivado a morte”. Nesta reportagem também há informações contraditórias com relação a outras sobre o fato, como a afirmação de que ele teria furtado materiais do hospital, além de ter tentado atender pacientes:

Na ocasião, o garoto furtou prontuários, carimbos médicos, um jaleco e um estetoscópio, além de ter tentado atender os pacientes. Um dia após ser preso, obteve a liberdade provisória na Justiça. (ESTADÃO, 2017, arquivo eletrônico).

Os meios de comunicação podem não ter tido a intenção de difamar, mas, como visto em alguns casos, a imagem e o nome do jovem foram expostos à opinião pública sem a observância de todas as determinações do Código de Ética dos Jornalistas, do Código Civil, da Constituição Federal e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Por muito tempo consideramos tratamentos desumanos àqueles contra o corpo físico. Embora a divulgação de informações não agrida diretamente o corpo físico de uma pessoa, consideramos que as consequências podem ser ainda mais danosas do que qualquer outro tipo de lesão. Neste sentido, o jornalismo pode desumanizar. Além disso, apesar de estarmos sujeitos à comunidade interpretativa, das pressões organizacionais, Karam (2009) lembra que há diferentes produtores de conteúdo, alguns preocupados com a ética, outros não:

Assim, ainda que os cenários mudem, haverá os profissionais, ancorados em determinados valores, e os não-profissionais, que certamente terão outras coisas a fazer além de trabalhar com a perspectiva da área específica jornalística (KARAM, 2009, p. 23).

Conforme as notícias e o boletim de ocorrência registrado por um familiar, o corpo do jovem foi encontrado junto com medicamentos antidepressivos e a suspeita é que ele tenha se suicidado. Se pensarmos que a intenção de quem ingere

⁵² Disponível em:

<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral.jovem-presos-por-se-fingir-de-medico-e-encontrado-morto-e-m-sc.70001826990>, acesso em 10 de junho de 2017.

antidepressivos é se sentir melhor, como saber se o desejo era realmente acabar com a vida, já que seu depoimento não foi, nem será mais ouvido?

Embora haja uma discussão cada vez maior sobre a divulgação de suicídios, o fato de o jovem ter ficado conhecido pela história anterior foi um fator determinante para os meios de comunicação divulgarem sua morte. Por outro lado, nem após a morte os preceitos dos códigos deontológicos foram completamente respeitadas.

Em relação à personalização, ao dissertar sobre a empatia Stein (2013) aponta uma contradição da modernidade, que até exaltou o sujeito, mas ignorou a necessidade do “eu” de sair ao encontro ao outro, gerando um egoísmo generalizado.

O privilégio de fontes oficiais, deslizos éticos e insuficiência nas apurações também parecem ter se intensificado com o jornalismo online e a facilidade de reprodução e disseminação de informações. Os casos analisados são um recorte, mas todos os dias há novas abordagens em que, consciente ou inconscientemente, jornalistas ultrapassam limites éticos e os direitos humanos. Em todos os casos, há desumanização, e também falta de responsabilidade e empatia. Nas redes sociais, que também são meios de comunicação, a reprodução e compartilhamento de imagens e de notícias se tornaram frequentes, ocasionando muitas vezes práticas desumanas.

Além da abordagem desumanizada, em todos os casos aqui analisados também percebemos notícias praticamente iguais, sendo que alguns textos parecem ter sido copiados, colados e reescritos centenas de vezes. Essa repetição de dados revela uma apuração limitada. Todos fizeram as mesmas perguntas às fontes? Só havia aquelas perguntas a serem feitas? As contradições entre as reportagens demonstram que alguém errou ou não apurou de forma adequada.

Apesar disso, há narrativas que se destacam de forma positiva. Uma democracia consistente depende do acesso à informação. É neste sentido que a proposta é a humanização, com a concretização da tríplice tessitura proposta por Medina (1999): técnica, ética e estética, esta última fundamentada na empatia. É o que o próximo capítulo busca propor como contribuição às reflexões sobre a desumanização e a humanização no jornalismo.

6.3 O JORNALISMO PODE HUMANIZAR?

Diante de tantas abordagens desumanizadas e desumanizadoras, há o risco de um pessimismo, mas também há bons exemplos de reportagens e repórteres que se destacaram ao longo do tempo. Entre os nomes estão Marcos Faerman, Neide Duarte, Eliane Brum e Emílio Sant’anna, dos quais quatro reportagens foram selecionadas para contrapor os exemplos de desumanização. A intenção não é fazer uma comparação, sobretudo porque se tratam de grandes reportagens, cujas condições de produção são distintas, com um tempo maior para apuração e um espaço maior para veiculação. Contudo, nos ajudam a compreender aspectos da tríade de Medina (1999): técnica, ética e estética, bem como da empatia proposta pela fenomenologia, isto em diferentes épocas, o que mostra que humanização e desumanização estão presentes em todas as épocas nas abordagens pessoais e refletidas nos meios de comunicação.

Em “Os Valentões, a Máfia, a Vida e a Morte no Porto de Santos”⁵³, publicada no jornal *A Tarde* em 14 de março de 1978, o jornalista Marcos Faerman narra um dia no Porto de Santos (SP). O plano de expressão é uma descrição de acontecimentos que parece ter presenciado, junto com fatos históricos. Já o plano da narrativa, inclusive por ser uma grande reportagem, inclui humanização dos personagens e diversos aspectos do porto, com uma metanarrativa social de crítica à situação dos trabalhadores e a falta de fiscalização no local.

Ao buscarmos a intriga como síntese do heterogêneo, encontramos a descrição de personagens, com cenas específicas, para tratar de um tema maior: a situação dos estivadores e todos os outros trabalhadores do porto. Alguns personagens, inclusive, não tem nome próprio, mas são tratados pelos apelidos, exatamente como são conhecidos no local. Há personalização, mesmo sem nomes próprios, o que nos remete à reflexão de que ter nomes completos não é necessariamente humanizar, como visto em exemplos anteriores.

⁵³ Disponível em: http://marcosfaerman.jor.br/TS_07_VidaEMorte_TX.pdf, acesso em 20 de setembro de 2019.

A lógica do paradigma narrativo se revela entre cenas peculiares, curiosas, e depois a ampliação do tema:

Um velho jornalista lembra desta história: o homem - lá pelos idos dos anos 50 - estava caindo no balcão do bar, mas pedia mais uma pinga. O dono do bar disse que não ia dar, é claro. Ele enfiou a mão no bolso e esfregou no nariz do dono do bar: Olha para esta carteirinha aqui! Eu sou um estivador! (FAERMAN, 1978, arquivo eletrônico).

No trecho acima há suspense: o que significa, afinal, ser um estivador? Nos parágrafos seguintes há a resposta, com a descrição dos estivadores como personagens, mas também da atividade, função e acontecimentos em decorrência dela:

Mas se soube que em cada cem trabalhadores da estiva de Santos, 76 tinha se acidentado, em 1970. E o próprio ministro do trabalho, Arnaldo Pietro, ficou assustado com estes números. Afinal, a percentagem de acidentes na área industrial, no mesmo período, foi de 11,4 por cento. (FAERMAN, 1978, arquivo eletrônico).

Há os diversos personagens envolvidos no tema como síntese, desde órgãos do governo, empresas, sindicatos, até os próprios trabalhadores, cujos depoimentos vão sendo costurados na narrativa. Há assim fontes oficiais e dados que nos ajudam a compreender o tema central. Há os dados estatísticos, objetivos, embora dentro de uma narrativa que traz também outros recursos para contar a história.

ilustrar a contradição do trecho acima, por exemplo, descreve a reclamação de um estivador:

[...] o sindicato não orienta o emprego dos precários equipamentos de que dispõe - os quais, além do mais, são mal conservados, e mantidos em péssimas condições de higiene. [...] o sindicato não fornece copos para os estivadores tomarem água no porão, ficando todos expostos aos riscos de contágio, porque terminam bebendo na tampa do tamboréu. Por outro lado, o tamboréu é exposto seguidamente a algum nível de contato com produtos químicos, cargas venenosas. (FAERMAN, 1978, arquivo eletrônico).

É claro na reportagem de Faerman (1978) a quantidade de fontes que precisou consultar para escrever a narrativa. Embora todas as descrições que faz pudessem ter sido recontadas, ou seja, pudesse ter ouvido dos personagens e transformado em palavras na narrativa, é provável que tenha visitado o local muitas vezes para visualizar o problema, para procurar as fontes, para que conseguisse relatar sob tantos aspectos.

Medina (2016) propõe a *observação-experiência* do contato *dialógico* com os protagonistas sociais, embora observe nos seus alunos de comunicação social uma tendência ao comodismo, que busca quebrar com atividades fora da sala de aula. Para ela, o que interessa é a oportunidade de se mover e encontrar o Outro, perante a “preguicite dos jovens, cheios de energia, mas tímidos, quando não fechados em seu mundinho abastecidos pelas relações a distância” (MEDINA, 2016, p. 19).

Só acreditarei nessa máquina superior à humanidade, quando o computador sentir dores de parto. [...] As máquinas serão capazes de mobilizar a interação social criadora com o olfato, o tato, o paladar, além da visão sutil e a palavra poética Perguntas adiadas para as próximas gerações. Por enquanto, fico com o contato humano vivo. (MEDINA, 2016, p. 23).

Se em algum momento se acreditou que a técnica poderia disciplinar a atuação do comunicador através de regras do “como fazer”, inúmeros trabalhos acadêmicos relacionados à ética jornalística mostram que a técnica não garante a ética. É possível desumanizar escrevendo apenas números e também com poesia. Para tanto, para a humanização da técnica é necessário nos afastar dos paradigmas fundados na certeza, tal como acreditava a ciência ou o “cientificismo”. Para Medina (1993), a racionalidade analítica é pobremente informada e ao invés de argumentos

complexos, ocorrem conceitos dogmáticos e preconceitos ideológicos, que atrofiam os sentidos.

Como criar uma narrativa ao mesmo tempo sedutora e inusitada, se a estética está aprisionada a regras de uma razão instrumental que, por sua vez, não legitima a emoção como motriz do ser humano? Assim, desumanizada, preconceituosa e estática, a narrativa predominante exhibe, sintomaticamente, as crises da Modernidade, da escolaridade e das culturas coisificadas. (MEDINA, 1999, p. 27).

A experiência de Medina (1999) é baseada em toda sua trajetória pessoal e também em um laboratório desenvolvido com alunos e professores de graduação e pós-graduação de universidades de diferentes estados brasileiros e de Portugal. Segundo a pesquisadora, ao sugerir a escrita de um relato espontâneo, ao longo dos anos os laboratórios mostraram uma regularidade assustadora de narrativas com uma descrição esquematizada e permeada de juízos de valor. Essa experiência demonstra que a busca pela humanização, em todas as relações humanas, mas principalmente a quem cujo trabalho é construir narrativas, necessita de uma pedagogia, uma didática que nos ensine a olhar o outro e buscar a produção de sentidos, uma re-significação.

Outra experiência da autora, o projeto São Paulo de Perfil, cuja proposta era contar histórias sobre personagens da cidade, trouxe reflexões com relação ao consumo de informações por parte de jovens leitores:

[...] os leitores rejeitam as cargas conceituais, os quadros puramente estatísticos, as teses ou informações dogmatizadas. Eles manifestam claramente a preferência pela informação humanizada, vivida, exemplificada na cena cotidiana e protagonizada pelos heróis, ou melhor, anti-heróis da aventura contemporânea. (MEDINA, 1999, p. 29).

Não basta informar, mas é preciso contextualizar, como já havia observado Morin (2005). O diálogo exige uma pré-disposição e um esforço, sobretudo quando não concordamos com o que ouvimos. O que nos é dito é objetivo - aí reside a objetividade. Quem nos diz e também nós, como ouvintes, somos sujeitos - aí está a subjetividade, e ambos subsistem no diálogo. Essas reflexões são encontradas com frequência nas reportagens da jornalista Neide Duarte, entre elas uma se destaca, no programa *Caminhos e Parcerias*, da *Rede Cultura*, veiculado no dia 17 de

outubro de 1999⁵⁴. Trata-se de uma grande reportagem de 27 minutos, que é incomum para o jornalismo de televisão, exceto para programas especiais, mas há reflexões que nos ajudam a pensar sobre humanização, principalmente na abordagem da repórter, no diálogo que estabelece com os personagens.

Na síntese da intriga, temos a desumanização social com relação aos catadores, pessoas que vivem geralmente em periferias, com baixa escolaridade e cujos direitos humanos são muitas vezes negligenciados, tanto pelo Estado como pelo próprio Jornalismo. Parcela da população se torna notícia quando se envolve em algum acontecimento extraordinário, como uma morte cruel ou quando são vítimas.

A narrativa de Neide Duarte segue com uma estratégia de trazer diferentes episódios, que vão se conectando em uma metanarrativa de tornar visível, através da humanização, aqueles personagens que têm uma história com dramas e alegrias, como todos, e cujo trabalho tem uma importância social que é defendida ao longo da narrativa.

A reportagem começa com a localização: o “onde” das perguntas básicas do *lead*, primeiro parágrafo jornalístico, mas de uma forma que sensibiliza outros sentidos: música e imagens das ruas. Depois, “o que”: o caminho feito pelos catadores dentro da cidade de Belo Horizonte, a personagem, que na primeira menção já tem nome próprio. As estratégias de objetivação e subjetivação vão assim confluindo em toda narrativa, ao longo dos episódios.

No tema como síntese, temos a inserção social dos personagens à cidade de Belo Horizonte, tal como todos os outros habitantes, embora muitas vezes não sejam despercebidos.

Quando conversa com a personagem Anunciação das Dores, catadora de papel, anda com ela ao lado do carrinho. Com personagem Geralda Vieira, coordenadora da Associação dos Catadores de Papel de Belo Horizonte, senta ao seu lado em cima de um equipamento.

⁵⁴ PROGRAMA televisivo Caminhos e Parcerias – Catadores de papel de Belo Horizonte – Direção: Neide Duarte. Realização: Núcleo de documentários da TV Cultura – Fundação Padre Anchieta. Domingo, 17 de outubro de 1999, 21h.



Figura 30: Captura de tela de reportagem do programa Caminhos e Parcerias, veiculado em 17 de outubro de 1999

Em um texto com uma linguagem poética, temos todas as informações sobre os personagens e também sobre o que acontece em todas as etapas da reciclagem, desde o recolhimento dos rejeitos até a reciclagem efetivamente.

Em todos os momentos, sua imagem aparece nas entrevistas, mas é como se a câmera não estivesse ali: está olhando exclusivamente para as pessoas a sua frente, prestando atenção em cada palavra.

Neide Duarte segue o que Medina (2008) chama de aproximação, que começa com o esforço do repórter para alcançar o Outro e chega até os espectadores:

Ao se dizer, o autor assina como humano com personalidade; ao desejar contar a história social da atualidade, o jornalista cria uma marca mediadora que articula as histórias fragmentadas; ao traçar a poética intimista, que aflora do seu e do inconsciente dos contemporâneos, o artista conta a história dos desejos. (MEDINA e GRECO, 1999, p. 24).

E com um tempo de 27 minutos, consegue trazer diversos tipos de personagens, desde fontes oficiais até a realidade de todos os tipos de catadores de papel: desde aqueles que sustentam a família com o valor arrecadado, mas têm

casa, uma vida como qualquer outro trabalhador, desde aqueles que moram na rua e que trabalham para ganhar o mínimo para sobreviverem.

Também traz outros fatos, como as aulas de alfabetização que também ocorrem na associação de catadores. Direitos humanos e cidadania, sem manifestar nenhum tipo de opinião, apenas através das perguntas e respostas dos personagens, como Silvia da Paixão, que dá aula de reforço escolar para os filhos de catadores. É professora, mas nas cenas seguintes nos espantamos tal qual a repórter: “Você chegou a catar papel?”, indaga Neide Duarte. “Desde que eu nasci”, responde a outra. “Minha mãe tinha 25 filhos, sem marido e catando papel”, continua a catadora. A repórter então pergunta: “E você chegou a morar na rua?” e ouve a resposta: “Tem dois anos que eu saí da rua”, responde a personagem.

As estratégias argumentativas vão revelando os conflitos, humanizando os personagens e ao mesmo tempo, percebemos a surpresa da repórter, o que possivelmente também acontece por quem assiste diante das respostas. A repórter está presente fisicamente na reportagem, assim como suas perguntas, possivelmente como estratégia. Empresta seus sentidos aos telespectadores, justamente conforme as reflexões sobre a empatia enfatizadas no capítulo anterior.

Diferente da simpatia, considerada uma propensão primária da natureza humana, a empatia traz o papel do corpo e a pré-disposição sobre os processos de percepção e cognição. Aquele não é o lugar da repórter, mas ao entrar naquela realidade, em uma cultura diferente, ela conduz o olhar levando em conta as diferenças culturais: senta em cima do equipamento, onde nas cenas anteriores os próprios personagens estavam sentados, ou seja, é ela quem se adequa àquela realidade. Em outra cena, está sentada no sofá, entrevistando a mãe, e deixa a criança, filho da personagem, se aproximar de uma forma quase íntima.

A funcionalidade dos episódios nos leva a muitos aspectos do tema como síntese: os problemas sociais, refletidos pelas histórias pessoais, que nos fazem refletir sobre as circunstâncias, sem julgamentos.

Já na reportagem de revista “Uma bomba aki”⁵⁵, a repórter Eliane Brum não se revela em “pessoa”, como Neide Duarte, mas está ali, com uma autoria tão

⁵⁵ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0.6993.EPT1195267-1664-2.00.html>, acesso em 20 de agosto de 2019.

normal, estudante universitária, filha de comerciantes de uma cidade de 18 mil habitantes. Já nos conduz uma metanarrativa de que a personagem “poderia ser qualquer um de nós”.

Francine Favoretto de Resende ouvia música no rádio. Sua mãe, Rose, conversava com clientes na loja de presentes que abriu há 13 anos, desde que se aposentou como diretora de escola. O pai, Ércio, destrinchava o Imposto de Renda de amigos no escritório em que advoga há 41 anos. Era 11 de abril e fazia sol em Pompéia, a 470 quilômetros de São Paulo. Chamada de 'cidade-coração, por ser carinhosa e hospitaleira', a localidade abriga 18 mil habitantes em torno da igreja matriz. Naquela tarde, que parecia igual a tantas outras, uma rede invisível ia aprisionando a família. Sem que adivinhassem, centenas de pessoas - que depois se tornariam milhares e por fim milhões - espiavam pelo site de relacionamentos Orkut, na internet, uma série de fotos em que Francine, de 20 anos, aparecia nua, fazendo sexo com dois homens: Fábio Avelar, de 30, e Lincon Ferreira, de 23. Como disse a escritora americana Joan Didion em seu último livro, *O Ano do Pensamento Mágico*: 'A vida muda rápido, a vida muda num instante, você senta para jantar e a vida que você conhecia acaba de repente' (BRUM, 2006, arquivo eletrônico).

A narrativa segue com uma estratégia de contar a história de forma cronológica, com descrição, ou seja, de forma objetiva, contando como foi o dia depois da divulgação das imagens. A metanarrativa social de desumanização, com preconceito com relação à mulher, já que isso não aconteceu com os homens envolvidos, é escancarada por Eliane. Ao mesmo tempo, os personagens que vão sendo introduzidos nos episódios suscitam reflexões e trazem novas metanarrativas, da necessidade de empatia, como no trecho:

Nas duas primeiras aulas, nada aconteceu. No intervalo, pouco depois das 21 horas, Francine não conseguiu sair. Cerca de 300 alunos aglomeravam-se pelos corredores. O professor Otávio Custódio de Lima bloqueou a porta para que não invadissem. Os universitários, boa parte deles do curso de Direito, queriam ver 'a vagaba da internet', xingá-la de 'prostituta', avisar que eram 'os próximos da fila', atirar preservativos, empunhar cartazes de 'tire aqui a sua senha'.

Dentro da sala, Francine chorava, apoiada por colegas. 'Eu não sentia meu corpo', diz ela. Rud viu a turba e foi um dos poucos a ter coragem de enfrentá-la. Disse ao professor que era parente e entrou na sala para amparar Francine. 'Fui porque era desumano, ninguém tinha o direito de sair atirando pedras. Tive o apoio da minha namorada. Faria o que fiz por qualquer pessoa. Consigo me colocar no lugar do outro', afirma. (BRUM, 2006, arquivo eletrônico).

A autora Eliane Brum não emite opinião, mas sua objetividade permite fazer escolhas que expressem a complexidade do fenômeno, sem, no entanto, significarem uma falha ética. Ela tampouco se restringe a reproduzir o discurso e a

metanarrativa social e cultural, mas humaniza a narrativa, remetendo ao que indica o Código de Ética e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mostra as contradições das opiniões, numa amostra social:

Uma estudante disse a ÉPOCA, acreditando que assim minimizava a violência: 'Ela não seria linchada, ninguém ia agredi-la fisicamente. Se a polícia não chegasse, no máximo ficaríamos passando a mão na bunda dela'. (BRUM, 2016, arquivo eletrônico).

Traz esse novo episódio sem, no entanto, expor a identidade da fonte, o que certamente poderia ter provocado revolta pessoal - gerado mais desumanização - diante do reflexo do preconceito expresso na declaração da estudante. Preconceito de uma mulher contra outra mulher. Há uma síntese nessa intriga, firmando uma metanarrativa que também é histórica. No entanto, a funcionalidade do episódio, de gerar a reflexão, é alcançada sem criar um bode expiatório, como aconteceu com a jovem que chamou o jogador de futebol de macaco. Esse objetivo fica claro no trecho seguinte, com uma ampliação da abordagem:

Francine não foi a primeira nem será a última. Logo depois dela, outra garota do interior paulista teve fotos divulgadas na internet. A rede permite que a fofoca da cidade pequena assuma os contornos do mundo a um toque do mouse. Bloquear imagens como essas ainda é um desafio para os provedores, e punir os crimes com mais rigor uma tarefa urgente para os legisladores. A série de 12 fotos de Francine era apresentada como 'uma bomba aki'. O texto se referia à filha de 'um advogado conhecido por todos na cidade'. (BRUM, Eliane, 2016, arquivo eletrônico).

A funcionalidade dos episódios, através da história de Francine, remete a muitas discussões mais abrangentes com relação ao tema como síntese, sobre os riscos da internet e também dos próprios seres humanos, capazes de desumanizar:

Com a rede, a mais tacanha fofoca, tão antiga quanto o tempo, foi amplificada em algumas horas. Segundo a polícia, houve pelo menos 20 milhões de acessos em diversos países. Mais de mil vezes a população de Pompéia. 'Eu sempre falei para a Francine tomar muito cuidado para não cair na boca do povo, porque o dia que cair ninguém mais esquece. Mas a que boca do povo eu me referia? Ao nosso pessoalzinho que conhece a gente', diz Rose. 'Minha filha não caiu na boca do povo. Caiu na boca do mundo. A internet é uma arma com um poder sem volta. BRUM, Eliane, 2016, arquivo eletrônico).

As estratégias argumentativas incluem dados objetivos, declarações dos personagens, mas também percepções pessoais, através das escolhas. No entanto,

justamente por meio da subjetividade inegável, cumpre a função social do jornalismo, humaniza, contribui para reflexões, contextualiza. Ainda que discordemos de alguma escolha, é inevitável esse reconhecimento.

Marcos Faerman, Neide Duarte e Eliane Brum provavelmente tiveram um tempo considerável para investigar, apurar, produzir e escrever, o que impossibilita qualquer comparação com o jornalismo diário. Porém, há outros exemplos que evidenciam que a humanização depende mais do olhar que o repórter lança sobre a realidade e de como irá narrar do que com o meio de comunicação e do tempo. A reportagem intitulada “Menino mora em barraca na mesma calçada de shopping de luxo em SP”⁵⁶ foi escrita pelo repórter Emilio Sant’anna e publicada na *Folha de S. Paulo* em 5 de novembro de 2014, na seção *Cotidiano*, e o tema como síntese é a história de um menino que chamou atenção do repórter e cuja narrativa é um relato praticamente descritivo do encontro, mas que ao mesmo tempo traz diversos episódios apurados por meios eletrônicos e que explicitam sua preocupação em contextualizar a história, não apenas registrar.



Figura 31: Reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo em 5 de novembro de 2014

⁵⁶ Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1543460-menino-mora-em-barraca-na-mesma-calçada-de-shopping-de-luxo-em-sp.shtml> . Acesso em 20 de maio de 2017, às 20h.

Boa parte da narrativa trata-se da observação e de sua percepção de repórter, como no primeiro parágrafo:

Volta e abre o zíper da barraca instalada quase imediatamente em frente ao shopping Higienópolis. Ali, ele guarda bem mais do que a dúzia de roupas doadas. Lá dentro, bem no coração do bairro de classe alta paulistano, G. construiu seu mundo”. (SANT’ANNA, 2014, arquivo eletrônico).

Com exceção do nome do personagem, todas as outras informações foram obtidas através da observação. Sant’anna também deixa suas impressões, sua subjetividade sobre aquela realidade. No título e no primeiro parágrafo, coloca lado a lado a condição do menino - que dorme em uma barraca - e a localização - um shopping de luxo, num bairro de classe alta. Entre as estratégias da narrativa, Sant’anna também insere diálogos, o que corroboram suas percepções:

Tenho toda a coleção do Toy Story aqui”, ri de orelha a orelha. Apesar de seus 15 anos, ele ainda é criança. ‘Você já viu esse aqui?’, pergunta. Em suas mãos, um punhado de brinquedos”. (SANT’ANNA, 2014, arquivo eletrônico).

No caso desta reportagem, é o jornalista quem conta a história, não a fonte. Porém, o mais comum atualmente é que a fonte substitua o olhar do repórter. É a realidade vista pelo olhar de outro. Já a história de G. é sob uma perspectiva única, graças ao fato de o jornalista estar diante do menino, observando a cena, conhecendo-o.

Benjamin (1994) via o lado positivo das técnicas novas de reprodução, mas, em relação ao consumo, dizia que era preciso desconfiar das mercadorias, pois elas absorviam a “essência” de um mundo melhor. Teria acontecido isso ao jornalismo? Teria o jornalista perdido ele a essência do seu próprio olhar, atribuindo essa função a outro? O jornalismo teria se tornado apenas uma mercadoria produzida em escala?

Essa essência, de um mundo melhor, conforme citado por Benjamin, que também é uma metanarrativa, é perceptível no trecho seguinte da reportagem da *Folha de S. Paulo*:

Não lhe falta nada. Pelo menos, nada que ele sinta falta. “Ihhh, hoje almocei três vezes. Agora de noite só tenho biscoito, mas tô tranquilo”, afirma. (SANTANN’A, 2014, arquivo eletrônico).

O patrimônio do menino está restrito a uma barraca, um punhado de brinquedos e a barriga cheia. Em frente a um mundo de sonhos, um dos maiores shoppings do Brasil, num bairro de classe alta, ele não sente falta de mais nada. Ao leitor, deixa implícita uma metanarrativa sobre o que é necessário para ser feliz.

Na narrativa de Sant'anna, temos as descrições do repórter, mas também informações importantes que foram apuradas posteriormente, como o trecho:

O menino é de Cachoeiras do Macacu, município próximo a Nova Friburgo, no estado do Rio. Não é a primeira vez que ele foge de casa e vem parar em São Paulo (SANT'ANNA, 2014, arquivo eletrônico).

O jornalista é aquele a quem socialmente é atribuída a função de contar a história. Não é estranho, por isso, que ele seja visto indagando, questionando, tirando todas as dúvidas e depois respondendo indagações que outras pessoas podem ter tido, como onde está sua família e a opinião dos moradores com relação a sua permanência no local:

Alertada por uma moradora do prédio, sua mãe conseguiu juntar dinheiro e levá-lo para a cidade da região serrana fluminense, a mais de 500 km da capital paulista. Nem dois meses depois, G. voltou para São Paulo.

[...]

'Tem gente aqui no prédio que quer me matar. Queriam até colocar uma placa pedindo para não darem esmolas para ele, mas o dinheiro é meu e sempre vou ajudar', diz a aposentada Dulce Santucci, 80. (SANT'ANNA, 2014, arquivo eletrônico).

A narrativa também traz episódios como o diagnóstico do menino, que é hiperativo e tomava medicamentos controlados quando estava na casa da mãe. "Na rua, deixou pra lá", informa o texto, possivelmente reproduzindo o relato do próprio personagem. Sobre isso, registra a opinião de uma terapeuta, que não é apenas uma fonte especializada, mas é também moradora do prédio e o conhece.

"Talvez precise mesmo é de espaço e um tratamento alternativo", diz a terapeuta Luciana Sodré Cardoso, moradora do prédio. (SANT'ANNA, 2014, arquivo eletrônico).

Além da opinião profissional, esse depoimento é importante porque revela um episódio que pode evitar conflitos e metanarrativas de julgamento: segundo a narrativa, Luciana mantém contato com a mãe do garoto:

É ela quem todos os dias mantém a mãe do menino, uma diarista de 38 anos, informada. Pelo Facebook, a mulher fica sabendo se ele está comendo e onde está dormindo. Ele não obedece, já fiz de tudo. Meu medo é que alguém possa explorá-lo na rua, diz a mãe. (SANT'ANNA, 2014, arquivo eletrônico).

Tudo indica que esse mesmo contato do repórter foi feito através da rede social, o mesmo canal de comunicação utilizado pela terapeuta para se comunicar com a mulher. Deixa transparente seu método, ao mesmo tempo que aborda diversos lados do 'problema' de um garoto menor de idade vivendo na rua.

Em outro trecho, o jornalista registra que é época de Natal e lembra que o garoto está diante de um dos maiores centros de compras da cidade. Indaga o que ele gostaria de comprar e - reitera - "se pudesse".

G. não sabe o que quer, mas, se pudesse, compraria um Slinky, cachorro da série Toy Story. Vou lá na Ri Happy, tio. (SANT'ANNA, 2014, arquivo eletrônico).

A reportagem inicia com a primeira cena vista pelo repórter e termina com o que parece ter sido a última cena presenciada por ele.

O menino coloca a cabeça para fora da barraca mais uma vez, espia o outro lado da rua, fecha o zíper da sua 'casa' e se recolhe. Meio minuto depois, uma moradora salta de um carro, caminha até o portão do Santa Emília, olha para o 'mundo' do menino e diz: 'boa noite, durma bem'. Lá de dentro da barraca ainda dá para ouvir. 'Durma bem você também. (SANT'ANNA, 2014, arquivo eletrônico).

Após a narrativa, o texto ainda traz o número de telefone da Central de Atendimento da Prefeitura de São Paulo e o órgão responsável pelo atendimento às pessoas em situação de rua. A funcionalidade dos episódios remete ainda a pensarmos em outros casos como o do personagem, com a reflexão da complexidade daquela realidade, antes que possamos fazer julgamentos a partir da nossa própria percepção. É interessante constatar como, sem fazer análises e conexões, mas apenas através dos fatos escolhidos, ao contar a história o jornalista também faz referência ao todo, como o caso dos moradores de rua e a desigualdade social.

Não resolve as questões, mas também não é esta a função do jornalista e do

jornalismo. Quando tenta fazer isso, não raro incorre em preconceitos, julgamentos apressados, assumindo o papel de juiz, polícia ou Estado. Enquanto faz isso, observa e vive cada vez menos a realidade, mais distante dela. Além disso, faz o mesmo que dezenas de concorrentes, como se não houvesse mais nada a ser acrescentado à realidade. Como se não houvesse mais nada a ser contado. Como se, no mundo todo, acontecessem as mesmas coisas, já que não raro as manchetes são iguais. Além disso, como as informações partem das mesmas fontes, torna-se praticamente opcional acessar um ou outro meio de comunicação.

Nas reportagens de Marcos Faerman, Neide Duarte, Eliane Brum e Emílio Sant'Anna, os episódios diferenciados estão ali porque buscaram se aproximar da realidade, compreendê-la verdadeiramente, se colocar no lugar do Outro. No jornalismo diário, feito por meios eletrônicos, não temos a facilidade do tempo, mas o ser humano "atrás da máquina" é o mesmo, em todos os lados. A distância entre o jornalismo e o fato é, assim, uma escolha: como posso alcançar o outro?

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada pessoa tem uma história e eu sempre achei que a minha tinha me ajudado a me tornar uma “boa” pessoa. Nasci em uma cidade com 3 mil habitantes, dessas que a janela podia ficar aberta em dias quentes. Além disso, estudei em escola pública, convivendo com uma diversidade de cultos, raças e classes socioeconômicas. Entretanto, naquele dia em que quase sujei as mãos ao expor a imagem do homem que estuprou as filhas, me senti tão vulnerável aos riscos da desumanização, ao mesmo tempo vítima e vilã, que a compreensão de “boa” moça se tornou frágil.

Imagino agora um dos maiores vilões da história: Adolf Hitler, o homem que comandou uma guerra e exterminou milhares de seres humanos. Ao mesmo tempo, lembro dos amigos que contam baixinho que seus avós ou bisavós tinham uma imagem dele pendurada na parede, em um lugar de destaque da casa. Para a maioria, vilão. Para outros, herói. Nossa visão tende à dicotomia: ou isso “ou” aquilo. Entretanto, com um entendimento acerca da natureza humana, hoje consigo ver na ação de quem emoldura uma foto de Hitler ou de quem muda o tom para contar isso em relação a um parente, sentimentos comuns: orgulho, medo, vergonha, alegria, tristeza, sempre de acordo com as circunstâncias e toda complexidade que busquei refletir ao longo dos capítulos.

Assim, a jovem que chamou o jogador de macaco, aqueles que queimaram vivo o morador de rua, as dezenas de homens que cometeram feminicídios e os jornalistas cujas reportagens foram analisadas, após toda a pesquisa, não consigo ver como bons “ou” ou maus - mas simplesmente humanos. Eu, tu, eles: todos podemos desumanizar em qualquer momento da vida, a qualquer hora do dia. Entretanto, o que salta aos olhos após todas as constatações é que também podemos humanizar, nessas mesmas circunstâncias.

No dia a dia como seres humanos, há interferências de todos os tipos: uma noite mal dormida, um congestionamento, um insulto, um rompimento amoroso, um filho doente. Na rotina das redações, os desafios também são muitos: a exigência de mais produtividade, pressões organizacionais, problemas financeiros, concorrência. Todavia, na balança, o peso da responsabilidade e da ética precisam ser maiores.

Nos exemplos de desumanização analisados, pesaram outros critérios: a pressa, a concorrência, a curiosidade, o sensacionalismo, o grotesco.

A tese que apresentei, de que todas as distorções sobre o conceito de ser humano, a falta de compreensão ou (in)compreensões se refletem no jornalismo, mesmo sendo este contrário a qualquer prática discriminatória, se confirmou através dos exemplos. Desumanização através da despersonalização, da discriminação, da irresponsabilidade diante da divulgação de imagens, informações contraditórias, em alguns casos de forma criminosa, como no caso do jovem de Camboriú, cuja história contada pelos meios de comunicação poderia ser configurada como calúnia e difamação, ambos os crimes previstos no Código Penal.

Artigo 138 do **Código Penal**. Artigo 138: Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (anos), e multa. § 1º: Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.

Artigo 139: **Difamar** alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. Parágrafo único: A exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções. (CÓDIGO PENAL, 1940).

A exposição da imagem já ultrapassou limites legais, como no caso do adolescente envolvido no tiroteio na escola de Suzano e do menino Rhuan, ambos ainda protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A falta de empatia e as metanarrativas culturais também se revelam em abordagens como a da repórter que humilha o suspeito em uma delegacia e nas piadas entre a repórter e o apresentador durante a cobertura da tragédia de Brumadinho. Durante a pesquisa, encontrei mais casos do que imaginei, com mais consequências do que esperava e em veículos de comunicação que são referência em “jornalismo de qualidade”.

A tentativa de explorar temas sociais, como o racismo, pode gerar mais desumanização, como na abordagem à jovem que chamou o jogador de futebol de macaco. Além disso, o preconceito com relação à cor de pele, nacionalidade e classe social, hoje condenável judicial e socialmente, ainda se revela na sociedade e nos meios de comunicação tal como acontecia na época de Oto Benga, como mostrou a cobertura diante dos dois imigrantes afrodescendentes.

Já a preocupação com feminicídios, pauta dos meios de comunicação constantemente, ainda deixa escapar sintomas do preconceito histórico com relação às mulheres, como na cobertura da morte da musicista Mayara Amaral. A ânsia de audiência e a concorrência, além de distantes do fato, também podem ser fatais, como o caso do jovem de Camboriú e do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, vítimas de suicídio, que antes da morte física passaram pelo homicídio moral. Os títulos alterados, perceptíveis na análise, demonstram que há um “efeito manada” quando se apela ao sensacionalismo. Os equívocos, as informações completamente contraditórias entre uma reportagem e outra, além dos problemas éticos, vitimam também a credibilidade e colocam em risco o próprio Jornalismo.

Entre as constatações da tese está a de que a humanização ou desumanização está, sobretudo, na abordagem, não na distância ou proximidade física. Os pés da repórter que foi até Brumadinho cobrir a tragédia do rompimento da barragem provavelmente estavam ainda mais sujos do que o normal: viajou horas para acompanhar o caso para, no entanto, entrar ao vivo com a informação de que o ator Leonardo DiCaprio havia postado solidariedade às vítimas em suas redes sociais. Além disso, talvez em cima de corpos soterrados, para ainda compartilhar um momento de humor com o apresentador. O trabalho de um jornalista pode ser na rua e ainda assim agir de forma desumana. Também pode ser na sala de redação, por meios eletrônicos, e ser humanizada, de acordo com o olhar sobre a realidade.

Aos jornalistas que devem ler esta tese, reitero as categorias possíveis de desumanização, diante das quais precisamos assumir uma postura vigilante:

- A prática de tratar pessoas como coisas;
- O tratamento das pessoas de acordo com valores históricos, trazendo a discussão das várias formas de hierarquização valorativa dos sujeitos com base em critérios vários de discriminação;
- A prática caracterizada como “pessoas isoladas”, compreendidos como processos de despersonalização;

- Crítica ao caráter de objetividade e neutralidade, que pode resultar relações frias e desumanas;
- Processos e ambientes que estimulam a desumanização dos próprios profissionais;
- A desumanização pela tecnologia, quando a distância física não é minimizada através de procedimentos na apuração;
- Abordagens sensacionalistas, que priorizam a audiência, em detrimento das consequências aos personagens envolvidos;
- Exploração do grotesco;
- Divulgação de informações sem observância dos limites éticos, direitos humanos e direitos civis, conforme a legislação de cada país.

A postura vigilante se torna necessária por toda discussão abordada ao longo dos capítulos: estamos diante de uma razão demente e indolente, como assevera Boaventura de Sousa e Santos (2006). Nossas ações são racionais, mas reproduzimos a crueldade, a animalidade, as injustiças, os preconceitos, sem contudo “doer” mais. É verdadeiramente indolente, com a desumanização histórica e social nos livrando da culpa e da responsabilidade. Para Santos (2006), ao aceitarmos o paradigma dominante, através do qual legitimamos algumas coisas e rejeitamos outras, rejeitamos assim a própria experiência humana. Como resposta, ele sugere um “paradigma prudente para uma vida decente” (SANTOS, 2006, p. 71), considerando que o modelo não pode ser apenas científico, mas também social.

Neste novo paradigma visualizado por Santos (2006), que já figura como alternativa e atende aos objetivos específicos da tese, há uma maior valorização da subjetividade, negada pelo paradigma científico-positivista. \Neste sentido, o conhecimento pode ser considerado como um auto-conhecimento.

Em uma reflexão semelhante, Morin (1999) critica movimento de

racionalidade, que praticamente anulou o sujeito, sendo que é justamente ao assumir-se que o pesquisador ou jornalista arroga sua responsabilidade perante a sociedade. Para o autor, “responsabilidade é noção humanista ética que só tem sentido para o sujeito consciente” (MORIN, 1999, p. 117).

Já referindo-se ao Jornalismo, em todas as suas pesquisas Medina (2008) sugere que haja uma ruptura com os “grilhões positivos”. Para ela, os impasses, complexidades e incertezas dos séculos XX e principalmente XXI têm exigido o rompimento da rígida lógica de Comte na “arte de tecer o presente”, que ela define como uma compreensão do contexto social, protagonismo anônimo, identidade cultural, raízes históricas, além de diagnósticos e prognósticos especializados. O caminho apontado é “reencontrar a intuição criadora em meio ao arsenal racionalista”. (MEDINA, 2008, p. 31).

O jornalismo aparece como uma janela para o mundo, para a realidade além das paredes do escritório ou da casa, onde se encerram cada vez mais os habitantes da cidade. Porém, não é possível ser janela enquanto nós mesmos estamos fechados.

Para emprestar os sentidos às narrativas cotidianas e contá-las de forma humanizada, confio no caminho que começa por abrir-se primeiro à necessidade de (in)formação, de avaliar corajosamente as (in)compreensões e (pre)conceitos, que geram (des)humanização, muitas vezes travestidas de falácias com o sentido oposto. Como seres humanos livres, a mesma chance de desumanizar é a que temos para humanizar, a fim de sermos mediadores sociais.

O que a sociedade espera dos jornalistas são os mesmos pressupostos que sempre guiaram a profissão e que estão contemplados na tríplice tessitura proposta por Medina (1999): técnica, ética e estética. Contudo, compreender requer uma desaceleração, talvez um passo atrás, para depois avançarmos. Os três pilares contemplam, antes de tudo, um reconhecimento de que nosso olhar precisa ser sensível às dores do mundo, como observava Dines (1986), o que remete a autoria e protagonismo social, como defende Medina (1999).

Em nossa vida pessoal, somos responsáveis por tudo, apesar das condições familiares, cultura e circunstâncias. Como jornalistas, apesar da rotina, dos baixos salários, configurações organizacionais e do caos do mundo. Ortega y Gasset (1946)

disse uma frase que se tornou célebre: “eu sou eu e minha circunstância”. Para o autor, o destino concreto do homem é absorver as circunstâncias e as transformar em “eu”, ao invés do “eu” se transformar nas circunstâncias. Contudo, para conseguir isso precisamos de um processo educativo. Não somos nem totalmente condicionados pelo ambiente, nem totalmente condicionados pela subjetividade.

Conforme Morin (2005, p. 60), “[...] são a reforma do pensamento e a reforma moral que permitirão a todos e a cada um reconhecer em todos e em cada um a identidade humana”. Dessa mudança pessoal depende, enfim, a reforma coletiva que almejamos. E diante da desumanização histórica, a empatia exige esforço diário, contínuo, até se tornar cotidiano. Como observou Medina (2016), é necessário superar o “analfabetismo” das vivências humanas:

Analfabetismo ausente na poética do Gesto da Arte, mas visível nos relatos reducionistas das vivências humanas, nas arrogâncias das ideologias que se pretendem verdades absolutas, nas explicações prontas antes mesmo do contato com a realidade, nos julgamentos extraídos de falsas dicotomias. (MEDINA, 2016, p. 215).

É fácil deixar nossa percepção manifestar simpatias ou antipatias, muitas vezes baseadas em preconceitos e arrogâncias. Já perceber, ouvir, compreender, à luz da ética, demanda esforço. Trata-se, conforme Medina (2016), de que a sensibilidade se disponha a compreender e não explicar, a ouvir o outro e não autoritariamente julgá-lo.

Objetivamente, como busquei refletir ao longo dos capítulos, acredito que há atos maus, desumanos, que podem ser punidos judicialmente, conforme estabelecido pelos códigos civis e penais dos países onde foram cometidos. Porém, a Justiça não é incompatível com a caridade. Neste sentido, a ética e a empatia podem guiar nossa conduta pessoal e profissional.

Num ideal de humanização, deveríamos conseguir olhar o “outro” pelo todo, pela complexidade de sua história, e não apenas pelo fato que conhecemos ou pelo recorte da realidade a qual temos acesso. Contudo, o esforço de nos colocarmos no lugar do Outro já é um passo importante, e conseguimos dá-lo ao reconhecermos nossa própria debilidade. Afinal, só poderíamos dizer que somos “melhores” do que qualquer um dos exemplos, até mesmo Hitler, se tendo vivido as mesmas circunstâncias e diante das mesmas oportunidades tivéssemos agido de forma

diferente, o que é impossível saber. Ao mesmo tempo, com conhecimento disso, temos a oportunidade de mudar o que é possível: nós mesmos.

Como jornalistas, a responsabilidade é ainda maior: podemos cometer atos desumanos durante a apuração e também colaborar para a perpetuação de preconceitos, considerando o potencial educativo de um meio de comunicação. Também podemos fazer o caminho oposto: humanizar os processos e produtos e contribuir para uma mudança social. Como nos lembra Medina, alcançar o ato emancipatório (MEDINA, 2003).

Para Kovach e Rosenstiel (2009), o público é guiado pelas decisões dos jornalistas, por isso procura informação, mas também confirmação, autoridade, honestidade e a confiança de que os jornalistas têm como prioridade o interesse público acima de tudo. Concordam também que há vários fatores que levam na direção de uma homogeneidade dentro de uma redação, entre eles a rotina. “A inércia faz com que as pessoas não saiam do ‘arroz com feijão’. A rotina se converte num recurso seguro” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2009, p. 286).

Porém, apesar de reconhecerem a cultura e o caráter coletivo, incentivam a necessidade de um sentido pessoal de ética e responsabilidade, diante do que consideram uma crise no jornalismo atual. Diante das mudanças tecnológicas e no consumo de informações, Pavlik (2014) acredita que em breve não será suficiente ver a notícia, mas será necessário vivê-la. E essas mudanças certamente não ficarão restritas ao consumo de informações, mas também ao modo de produção de conteúdo. Isso possivelmente exigirá do profissional novas habilidades técnicas, que, no entanto, precisam continuar de acordo com a ética e a estética, não restrito à modernização, conforme observa Franciscato: “a inovação tecnológica no jornalismo [...] não pode ser considerada como um investimento isolado em modernização industrial, mas caracterizada também como um aporte que modifica as rotinas e processos de trabalho do jornalista [...]”.(FRANCISCATO, 2010, p. 12)

Entre as sugestões de Kovach e Rosenstiel (2009) está o diálogo e a diversidade nas redações. “Não é uma diversidade de raça ou sexo. Não é uma diversidade ideológica. Não é uma diversidade numérica. É o que chamamos de diversidade intelectual, e compreende e dá significado a outros tipos de diversidade” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2009, p. 285).

Dines (1986) também defende essa pluralidade, conseguida entre a multiplicidade de desempenhos de cada indivíduo e a integração destes quando se juntam nas redações jornalísticas.

É a composição das personalidades, gostos e anseios do grupo que produz a informação. Nenhum ser contém dentro de si, individualmente, os elementos em número suficiente para atingir o universo individual ou coletivo dos leitores. Para se fazer uma ponte, é preciso que no outro lado, nos bastidores, se abra um panorama de mesmo espectro e amplitude. (DINES, 1986, p. 58).

Neste sentido, o autor acredita que um jornal bem sucedido é trabalho de orquestra de personalidades e diferentes ou mesmo antagônicas, mas complementares, harmonizadas e equilibradas por normas ou metas comuns. Esse olhar heterogêneo, pessoal, autoral, responsável, mas que se soma aos outros olhares igualmente pessoais, autorais, responsáveis, podem significar a mudança que tanto almejamos no Jornalismo. Diante de robôs, de máquinas que fazem quase tudo, afinal, nosso desafio é sermos simplesmente e completamente humanos, não (des)humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revisada por Alfredo Bosi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª reimpressão. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2007.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAYER, Raymond, **História da Estética**. Lisboa: Editorial Estampa, Tradução: José Saramago, 1995.

BARROS, Fernando Passos Cupertino de. SOUZA, Maria Fátima de. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o Sus. **Saúde soc.** vol.25 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902016146195>, acesso em 10 de outubro de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica. **Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**, Antropos, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 1992, 1 vol., pp. 71-113.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar em revista** n. 12,

Curitiba, 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/n12/n12a14.pdf>, acesso em 10 de março de 2019.

BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm, consultado em 06 de julho de 2017.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm, consultado em 17 de julho de 2019, às 16h20.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, consultado em 03 de julho de 2019, às 14h.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm, consultado em 07 de agosto de 2019, às 16h.

BUBER, Martin. **Eu-Tu**. São Paulo: Centauro, 1977.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois Séculos de Imigração no Brasil: a construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=16

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo. Cultrix, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**. São Paulo: Summus, 1994.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

COMTE, Auguste. **Discurso preliminar sobre o espírito positivo**. Tradução: Renato Barbosa Rodrigues Pereira. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/comte.pdf>. Acesso em 5 de maio de 2019.

CORNU, Daniel. **Da deontologia do jornalismo à ética da informação**. disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/36646/1/Da%20deontologia%20do%20jornalismo%20%C3%A0%20%C3%A9tica%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>, acesso em 17 de julho de 2017, às 19h30.

DINES, Alberto. **O papel do jornal – uma releitura**. 4 ed. São Paulo. Summus, 1986.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH), da Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf, acesso em 17 de julho de 2019, às 18h.

DESLANDES, Suely F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, p. 1-12, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100002. Acesso em 27 setembro de 2019.

DEVINE, Patrícia. **Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components**. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 1-18, 1989.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FAUSTO NETO, Antonio. **Fragmentos de uma «analítica» da midiaticização**. *Revista Matrizes*. Disponível em <http://revistas.univciencia.org/index.php/MATRIZES/article/viewFile/5236/5260>, acesso em 10 de maio de 2019.

FAPESP, Revista. **Astrônomo brasileiro Marcelo Gleiser ganha o Prêmio Templeton**. Disponível em

<https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/20/astrologo-brasileiro-marcelo-gleiser-ganha-o-premio-templeton/>

FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida pública virtual. In: ARANTES, Antonio (Org.). **O espaço e a diferença**. Campinas: Papiirus, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**, vol. I, Ed. Ática, 1978.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, texto atualizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em 04 de agosto de 2007. Disponível em http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf, acesso em 02 de julho de 2019, às 14h.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. **O ser e ser humano**. São Paulo: Editora da USP, 2000.

FRANCISCATO, Carlos. E. **Uma proposta de incorporação dos estudos sobre inovação nas pesquisas em jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia, 7(1), 8-18, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/J0DzUC>, acesso em 10 de maio de 2019.

FRASER, C. Attitudes, social representations and widespread beliefs. **Papers on Social Representations**, 3, 1-13, 1994. Disponível em: <http://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/download/173/136>. Acesso em 3 de março de 2019.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Obras completas, Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Editora da Unesp, São Paulo, 1991.
<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Giddens.%20Anthony/ANTHONY%20GIDDENS%20-%20As%20Consequencias%20da%20Modernidade.pdf>

GOMES, Rogério Miranda. **Trabalho médico e alienação**: as transformações das práticas médicas e suas implicações para os processos de humanização/desumanização na saúde. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Medicina na Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-04112010.../RogérioMirandaGomes.pdf (último acesso 24/09/2019).

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HASLAM, Nick. **Dehumanization: An integrative review**. *Personality and Social Psychology Review*, 10(3), 252-264, 2006. Disponível em https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1207/s15327957pspr1003_4, Acesso em 10 de abril de 2019.

HASLAM, Nick, LOUGHNAN, Stephen. **Dehumanization and inhumanization**. *Annual Review of Psychology*, 65, 399-423, 2014. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-psych-010213-115045>. Acesso em 15 de julho de 2019.

HOBBS, Thomas de Malmesbury. **Leviatã**. Os Pensadores. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995.

HUDEC, Vladimir. **O que é jornalismo?** Trad. Maria Manuel Ricardo. Lisboa: Editorial Caminho, 1980.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa, Portugal: Ed.70, 1990

HUSSERL, Edmund. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. São Paulo, Brasil: Ideias e Letras, 1990.

HUSSERL, Edmund. **A criança. A primeira empatia**. Publicado originalmente em 1935. In: *Rev. abordagem gestalt*. vol.23 no.3 Goiânia dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000300013, acesso em 8 de fevereiro de 2019.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Jornal escolar e vivências humanas: Um roteiro de viagem.**
Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP, 2002.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Humanização e desumanização no jornalismo: Algumas saídas.** Revista Comunicação Midiática, v.7, n.2, p.117-137, maio/ago. 2012.
Disponível em
<http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/196> . Acesso em 27 jul 2019.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Imprensa e preconceito: O pensamento abissal nos meios de comunicação e a deslegitimação de grupos sociais.** Revista Estudos de Jornalismo, Porto/ Portugal, Número 2, Dezembro 2013, ISSN: 2182-7044.
Disponível em: <http://www.revistaej.sopcom.pt/edicao/59> . Acesso em 25 jul 2019.

IJUIM, Jorge Kanehide. **As diferenças e o diferente: o respeito ao outro como forma de humanizar o jornalismo.** Revista Rastros, Joinville, n. 19, 2014. Disponível em
http://www.ielusc.br/aplicativos/ojs_necom/index.php/SECORD/article/view/232%20Acesso%2027%20jul%202016 . Acesso em 10 jul 2019.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Lisboa: Edições 70, 2007.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo e ética no século XXI.** Disponível em
<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/view/2185/2111>
. Acesso em 19 de junho de 2019.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, Ética e Liberdade.** São Paulo: Summus, 1997.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Ética, deontologia, formação e profissão: observações sobre o Jornalismo.** Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 1,

n. 1, p. 118-130, jan-jun., 2004

KARAM, Francisco José Castilhos. Jornalismo e ética no século XXI. Anuário Unesco / Metodista de Comunicação Regional, São Bernardo do Campo, v. 13, n. 13, p. 15-27, jan-dez., 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/AUM/article/view/2185>. Acesso em: 10 junho 2019.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Retórica, Grécia e Roma Antigas:** vestígios da futura linguagem jornalística. ALCEU, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 109-117, jul-dez., 2009. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu19_Karam.pdf. Acesso em 05 de abril de 2019.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Alguns apontamentos e um futuro aberto:** sociedade da informação e do conhecimento, convergência tecnológica, diversidade midiática e ciberjornalismo. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 278-285, set-dez, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/8195>. Acesso em 19 de julho de 2019.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo:** O que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo – Norte e Sul.** São Paulo: Edusp, 2002.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Disponível em http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2015/04/Ideologia_comp.pdf, acesso em 12 de agosto de 2019, às 17h15.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira, FARO, André, SANTOS, Mayara Rodrigues. A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos. In: .Psicologia: Teoria e Pesquisa - vol.32 no.1 Brasília Jan./Mar. 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722016012053219228>, acesso em 10 de abril de 2019.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira, ALMEIDA, Alan Magno Matos de. **Representações sociais dos índios em Sergipe:** Ausência e invisibilização. Paidéia, 20(45), 17-27,

2010. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/2512> . Acesso em 10 de abril de 2019.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira, VALA, Jorge. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo**. Estudos de Psicologia, 9, 401-411, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v9n3/a02v09n3>.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação & jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker editores, 2000.

MARIAS, Julian. **La persona**. Conferência proferida em Madri em 2000. Disponível em: <http://www.hottopos.com/mp2/mariaspers.htm>

MARIAS, Julian. **La moralidad colectiva**. Conferência professora em Madri em 1998. Disponível em: http://www.hottopos.com/videtur5/a_moralidade_coletiva.htm. Acesso em 15 de junho de 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. **A Ideologia Alemã**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: Jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **A arte de tecer o presente** – narrativas do cotidiano. São Paulo, Summus, 2003.

_____. **O ato presencial, mistério e transformação**. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

_____. **Ciência e jornalismo: Da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda e GRECO, Milton (orgs). **Caminhos do saber plural** – Novo pacto da ciência 7. São Paulo. ECA/USP, 1999.

MEDINA, Cremilda e LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente**. São Paulo, Media, 1973.

MELO, José Marques de (org.). **Imprensa brasileira**: personagens que fizeram história. v. 2. São Paulo: Imprensa Oficial; São Bernardo do Campo: Metodista, 2005.

MERTON, Robert L. **Sociologia, teoria e estrutura**. São Paulo. Mestre Jou, 1970.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007a. Disponível em: <https://revistadesvioblog.files.wordpress.com/2018/08/carlos-moore-racismo-e-sociedade.pdf> . Acesso em: 06 de junho de 2019.

_____. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. Carlos Moore, 2007b. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf> . Acesso em: 07 de junho de 2019.

MORIN, Edgar; KERN, Anne B. **Terra-Pátria**. 5.ed. Porto-Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução do pensamento complexo**. Porto Alegre Sulina, 2006.

MOTTA, Luiz Gonzaga (2004). **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2 - coleção Textos em Comunicação, ano II, v.2, n.5, 2004.

NEVEU, Erik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. **Obras Completas**. Madrid: Revista de Occidente, 1. ed., Tomos I e II, 1946.

_____, José. **A Rebelião das massas**. Martins Fontes: São Paulo, 1987

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAVLIK, J.. **Ubiquidade**: O 7.º princípio do jornalismo na era digital. In J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença* (pp. 159-184). Covilhã: Livros Labcom, 2014. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/12>

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

PEIXOTO, Fernanda. **Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil**. In Revista Estudos de Sociologia, Unesp, 1998. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/904/859>. Acesso em 30 de agosto de 2017, às 11h30.

PEREIRA, José Aparecido. Uma discussão sobre a dignidade da pessoa humana a partir da ética de Kant. Griot : Revista de Filosofia, Amargosa/Bahia, v.17, n.1, p.1-11, junho/2018. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/813>. Acesso em 17/01/2018.

PULEDDA, Salvatore. **Interpretaciones del humanismo**. México: Plaza y Valdés Editores, 1996.

RESTREPO, Luis Carlos. **O direito à ternura**. Trad. Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis. Vozes, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro. Imago Editora, 1978.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa** (tomo I). São Paulo: Papyrus, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4675.pdf>, acesso em 2 de março de 2018.

RUSSELL, Bertrand. **Ética e política na sociedade humana**. São Paulo. Cia

Editora Nacional, 1977.

RUSSELL, Bertrand. **A sociedade humana na ética e na política**. Trad. Oswaldo de Araújo Souza. São Paulo. Cia Editora Nacional, 1956.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa.. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 237-280. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1285> Acesso: 27 jul 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro de 2002. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1285>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, Outubro 2007: 3-46

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção Multicultural da Igualdade e Diferença**. Oficina do CES, n 25, 1999. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>, acesso em 18 de junho de 2019.

SANTOS, Diego Junior da Silva. PALOMARES, Nathália Barbosa. NORMANDO, David. QUINTÃO, Cátia Cardoso. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J Orthod**, Maio e Junho, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>, acesso em 10 de abril de 2018.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2000.

SILVEIRA, Carlos Frederico. ROCHA, Felipe Augusto da Cruz, CARDOSO,

Rafael Esteves. A ética da autenticidade na concepção multiculturalista de Charles Taylor. In: Lex Humana. volume 4, número 2, 2012. Disponível em <http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/275/187>. Acesso em 10 de maio de 2019.

SPAEMANN, Robert. **Personas: acerca de la distinción entre “algo” y “alguien”**. Navarra, Espanha: EUNSA, 2010.

STANGOR, C., & SHALLER, M. **Stereotypes as individual and collective representations**. In C. Stangor (Ed.), Stereotypes and prejudice (pp. 64-82). Londres: Psychology Press, 2000.

STORK, Ricardo Yepes. ECHEVARRIA, Javier. **Fundamentos da antropologia: um ideal de excelência humana**. Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2011.

STEIN, Edith. **Sobre el problema de la empatía**. Traducción Constantino Ruiz Garrido e José Luis Caballero Bono. Coeditores: Espiritualidad; Monte Carmelo; Ediciones El Carmen, 2005.

STEIN, Edith. Obras completas, II. **Escritos filosóficos**. Etapa fenomenológica. Madri: Monte Carmelo, 2005.

SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

SOUZA, Karine Pontes. **Crianças selvagens: a expressão das emoções após situação de extrema privação de convívio social**. Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2008. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/8215/1/arquivo3877_1.pdf

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica**, Ed. UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. **(Não) Reconhecimento e Subcidadania, Ou o Que é “Ser Gente”?***. Lua Nova, Nº 59, 2003.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**, Rio de Janeiro : LeYa, 2018.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000

TAYLOR, Charles. **Uma Era Secular**. Tradução: Nélio Schneider e Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self**. A construção da identidade moderna. Tradução: Adail Sobral e Dinah Azevedo. 3ed. São Paulo: Loyola, 2007.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2000.

THURLER, Ana Liési. **Femicídios na mídia e desumanização das mulheres**. In: Revista Observatório, Palmas, v. 3, n. 6, p. 465-49 - 6, out.-dez. 2017. Disponível em: <https://doaj.org/article/78e438912155412ca95f0f5acfc4123f>.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracia na América**. São Paulo: Nacional, 1969.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Consulta processual disponível em <https://esaj.tjsc.jus.br/cpopg/open.do>, acesso em 15 de julho de 2017, às 17h30.

VAN DIJK, Teun A. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona: Paidós, 1997.

VARGAS, Carlos Eduardo de Carvalho. FARIAS, Moisés Rocha. Análise fenomenológica da empatia na perspectiva do desenvolvimento de uma filosofia da pessoa humana. **Revista Steiniana**, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7764/Steiniana.2.2018.1>, acesso em 5 de julho de 2019.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Diálogos de**

la Comunicación, n.48, Lima: Felafacs, 1997.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

ZELIZER, Barbie. **Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa**. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo 2000**. Revista de comunicação e linguagens. Lisboa, Relógio D'Água, 2000.

APÊNDICE

Pesquisas com a palavra-chave “desumanização” no banco de teses da Capes (1998 - 2019):

Ano	Título	Pesquisador	Área	Instituição
1998	Medo e exclusão social. Um estudo sobre a morte, o medo dos pobres e o medo de pobres	Gislene Aparecida dos Santos	Psicologia	Universidade de São Paulo
2002	Burnout: relações com a afetividade negativa, o coping no trabalho e a percepção de suporte organizacional	Maurício Robayo Tamayo	Psicologia	Universidade de Brasília
2004	Um olhar filosófico sobre o pensamento médico	Jose Nivaldo da Fonseca	Filosofia	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
2006	O significado do cuidado em terapia intensiva e a (des)construção do discurso de (des)humanização em unidades tecnológicas	Roberto Carlos Lyra da Silva	Saúde	Universidade Federal do Rio de Janeiro
2009	Trabalho e subjetividade e mulheres de uma comunidade: fatores de risco e proteção	Luiz Roberto Paiva	Saúde	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
2010	Trabalho médico e alienação: as transformações das práticas médicas e suas implicações para os processos de humanização/desumanização do trabalho em saúde	Rogério Miranda Gomes	Saúde	Universidade de São Paulo
2010	A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de uma situação de lumpemproletariado	César Augustus Labre Lemos	Geografia	Universidade Federal de Goiás
2011	Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro. Discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas	Cristina Miyuki Sato Mizumura	Comunicação	Universidade de São Paulo
2011	Trabalhador autônomo hipossuficiente e a necessidade de reclassificação do contrato de emprego paradigma da	Rodrigo Fortunato Goulart	Direito	Pontifícia Universidade Católica do Paraná

	essencialidade e valorização do trabalho na ordem econômica			
2012	O significado da humanização da assistência para os profissionais de saúde que atuam na sala de emergência de um pronto socorro	Mercia Aleide Ribeiro Leite	Saúde	Universidade Federal de Minas Gerais
2013	O conceito de direito em Emmanuel Levinas: a alteridade e o primado da ética como fundamentos do sistema jurídico	Carlos Eduardo Nicoletti Camillo	Direito	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2014	A Arqueologia de uma Babel Moderna: fundamentos histórico-filosóficos da política nacional de humanização (PNH)	Roberto Pereira Miguel	Saúde	Universidade de São Paulo
2014	A catástrofe de janeiro de 2010, a 'Internacional Comunitária' e a recolonização do Haiti	Franck Seguy	Ciências Sociais	Universidade Estadual de Campinas
2014	Vidas precárias: experiência prisional e mecanismos particulares de encarceramento no presídio do Serrotão- PB	Virgínia Palmeira Moreira	Ciências Sociais	Universidade Federal de Campina Grande
2014	Desumanização e violação dos direitos humanos nos cárceres de São Paulo: limites e possibilidades de enfrentamento	Eliane Aparecida Nicoletti	Ciências Sociais	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
2015	Vivência de profissionais da atenção primária à saúde relativa aos direitos dos pacientes	Maristela Santini Martins	Saúde	Universidade de São Paulo
2017	Os sentidos atribuídos ao acolhimento pelas enfermeiras na estratégia saúde da família	Ana Maria Cavalcante Lopes	Saúde	Universidade Federal da Paraíba
2017	A intersubjetividade na internacionalização do ensino superior: perspectivas para um processo humanizador	Andre Albino de Almeida	Educação	Universidade Estadual de Campinas
2017	Escola! cuidado crianças: o cotidiano escolar e as (im)possibilidades de educação libertadora	Jose Messias Eiterer	Educação	Universidade de Brasília
2017	Estranhamento como nexos causal do adoecimento docente na Universidade Federal de Uberlândia	Cristina Damm Forattini Dias	Educação	Universidade Federal de Uberlândia
2017	Os espelhos das exclusões radicais: o mundo prisional feminino	Claudia Cristina	Educação	Universidade Federal de Mato Grosso

	brasileiro visto do outro lado da linha abissal	Ferreira Carvalho		
2018	Distanásia e ortotanásia: ética e legalidade na prática da anestesiologia	Rodney Segura Cavalcante	Saúde	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
2018	O ensino da clínica ampliada na atenção primária à saúde: a prática de professores tutores e alunos de graduação médica	Daniele Cristina Godoy	Saúde	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
2018	Produzindo Consenso: a disputa por hegemonia na produção de sentido sobre a favela e seus moradores	Vitor Monteiro de Castro	Comunicação	Universidade Federal do Rio de Janeiro